

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO**

**O PROCESSO DE TRABALHO DOS AVICULTORES PARCEIROS DA SADIA S.A:
CONTROLES, MEDIAÇÕES E AUTONOMIA**

ROSANE TOEBE ZEN

**CASCAVEL – PR
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NÍVEL
DE MESTRADO/PPGE**

ROSANE TOEBE ZEN

**O PROCESSO DE TRABALHO DOS AVICULTORES PARCEIROS DA SADIÁ S.A:
CONTROLES, MEDIAÇÕES E AUTONOMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração Sociedade, Estado e Educação, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa.

CASCAVEL – PR
2009

UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

“O PROCESSO DE TRABALHO DOS AVICULTORES PARCEIROS DA SADIA S.A.:
CONTROLE, MEDIAÇÕES E AUTONOMIA

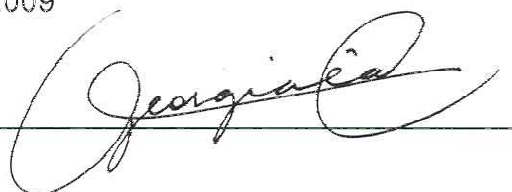
Autor: Rosane Toebe Zen

Orientadora: Prof^a. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa

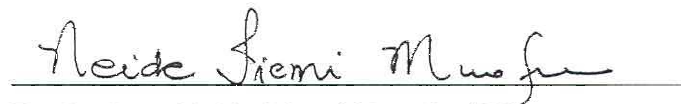
Este exemplar corresponde à Dissertação de Mestrado defendida por Rosane Toebe Zen, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para obtenção do título de Mestre em Educação.

Data: 12/03/2009

Assinatura:
(orientadora)



COMISSÃO JULGADORA:



Prof^a. Dra. Neide Tiemi Murofusão



Prof^a. Dra. Edaguimar Orquízas Viriato

Ficha catalográfica
Elaborada pela Biblioteca Central do Campus de Cascavel – Unioeste

Z54p Zen, Rosane Toebe
 O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S.A.:
 controles, mediações e autonomia. / Rosane Toebe Zen.— Cascavel, PR:
 UNIOESTE, 2009.
 124 f. ; 30 cm

Orientadora: Profa. Dra. Geórgia Sobreira dos Santos Cêa
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do
Paraná.
Bibliografia.

1. Avicultura. 2. Avicultores - Processo de trabalho. 3. Formação. I.
Cêa, Geórgia Sobreira dos Santos. II. Universidade Estadual do Oeste
do Paraná. III. Título.

CDD 21ed. 636.5037

Bibliotecária: Jeanine da Silva Barros CRB-9/1362

RESUMO

Esta pesquisa foi originalmente concebida para compreender a formação para o trabalho dos avicultores, sujeitos responsáveis pela produção da matéria-prima frango para a indústria avícola. A partir da constatação de que o aprendizado da atividade acontece no exercício do trabalho, dispensando a capacitação formal para o trabalho, a pesquisa foi redimensionada, e o “processo de trabalho dos avicultores” assumiu a centralidade da investigação. A realização da pesquisa contou com a utilização de fontes primárias e secundárias, sendo que as primeiras consistiram na aplicação de questionários, visitas às propriedades e análise de documentos solicitados aos avicultores. As fontes secundárias foram levantadas por meio de pesquisa bibliográfica. O estudo revela que as marcas do capitalismo contemporâneo se fazem presentes na avicultura industrial: eminente participação política e econômica do Estado no desenvolvimento do setor; reestruturação produtiva; e heterogeneidade na composição do trabalhador coletivo no processo de produção. De forma genérica, este estudo identificou os limites e possibilidades dos avicultores exercerem o controle sobre o processo de trabalho que realizam. Indústria e avicultores estabelecem uma relação na qual a primeira exerce forte controle sobre estes. O controle se faz mediante a assistência técnica, o preenchimento de formulários e de informações que são prestadas à indústria por meio de telefonemas. Ainda que o controle da agroindústria sobre todo o processo de produção seja preponderante, existem situações em que tal controle lhe escapa, pois entre as orientações e cobranças da empresa e o agir cotidiano dos avicultores estão situados os espaços de mediação, que são explorados pelos avicultores para, em momentos propícios, atuar autonomamente no processo de produção. Ainda que exerçam alguma autonomia, esta se faz com o objetivo de alcançar melhores resultados produtivos, que incidem diretamente sobre sua renda. Sendo assim, o ganho do capital industrial sobre o trabalho dos avicultores acontece mesmo nos espaços de autonomia que estes sujeitos conquistam no processo produtivo. Este estudo revela que os avicultores, embora problematizem o controle a que se submetem, não reivindicam maior autonomia no processo de trabalho: em essência, suas disputas com a indústria giram em torno da busca por maiores retornos econômicos na atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Avicultura; avicultores; processo de trabalho; formação.

ABSTRACT

This research was originally designed to understand the training for the work of poultry farmers, subject responsible for the production of raw chicken in the poultry industry. Upon finding that the learning activity is the pursuit of work, with the formal training for work, the search was scaled, and the “work process of the poultry assumed the centrality of research”. The completion of the research involved the use of primary and secondary sources, and the first consisted in the application of questionnaires, visits to the properties and analysis of documents requested to poultry farmers. The secondary sources were raised by means of literature search. The study shows that the marks of contemporary capitalism are present in the poultry industry: an eminent political participation and economic development in the state sector, production restructuring and heterogeneity in the composition of the collective worker in the production process. In general, this study identified the limits and possibilities of the poultry farmers to exercise control over the process of their work. Poultry industry and poultry farmers establish a relationship in which the first exerts strong control over them. The control is through technical assistance, the completion of forms and information are provided to industry through phone calls. Although the control of agribusiness over the entire production process is paramount, there are situations where such control eludes him, because between the guidelines and charges of the company and the daily act of poultry farmers are in the areas of mediation, which are operated by poultry farmers to in opportunity, act independently in the production process. While exercising some autonomy, it is aiming to achieve better production results, which focus directly on their income. Thus, the gain of the industrial capital on the work of poultry farmers case even in the spaces of autonomy that these subjects earn in the production process. This study shows that the poultry farmers, while the control question as subject, not demanding more autonomy in the workplace: in essence, their disputes with the industry revolve around the search for greater returns in economic activity.

KEYWORDS: poultry; poultry farmers; work process, formation.

Dedico este trabalho a uma mulher com quem a muito convivo, mas que só recentemente conheci.
Uma mulher linda, alegre, cheia de vida e sem medo de ser feliz.
Sem a sua ajuda, vencer este trajeto da minha vida teria sido mais árduo e difícil.
Dedico este trabalho a Renate, minha mãe.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente aos professores do Colegiado de Pedagogia da UNIOESTE, que num intenso esforço de superação e abnegação, conseguiram, finalmente, a aprovação pela CAPES do Mestrado em Educação.

Agradeço aos colegas da primeira turma do mestrado em Educação da UNIOESTE: Alfredo, Ênio, Celso, Cezar, Claudio, Luiz Carlos, Mário, Renata e Vanice, pelo intenso convívio, pelos debates, pelas boas risadas, e por tudo o que tornou a experiência do mestrado tão rica.

Agradeço a meus filhos: Joana, Vítor e Julia. Por mais que esta conquista tenha um grande significado pessoal, a minha razão de viver continua depositada na existência destes três seres.

Agradeço a Estevam, amigo e amante. Pelo amor e carinho, compreensão e apoio.

Agradeço aos avicultores que me receberam com carinho e atenção em seus lares, pela riqueza das informações prestadas e sem as quais este trabalho estaria destituído do sentido que alcançou.

E o agradecimento final é devido à pessoa que cumpriu o mais importante papel no trajeto desta pesquisa: à minha amiga confidente, “psicoterapeuta” e professora; ainda que biologicamente tenhas te furtado da experiência da maternidade, peço-te licença para considerar-te minha progenitora intelectual. Sou imensamente grata por tudo o que tens feito por mim, amada orientadora, Georgia Cêa.

Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade
e eu te direi onde está a educação.

Emir Sader.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Antecedentes	1
O objeto, os objetivos e o problema da pesquisa	3
A pesquisa bibliográfica	4
A pesquisa de campo	6
As categorias de análise	8
O materialismo histórico como referencial teórico-metodológico	9
A apresentação dos capítulos	11
CAPÍTULO I	
A AVICULTURA E A LÓGICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	13
1.1 O ESTADO BRASILEIRO E A AVICULTURA	16
1.2 A REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SETOR AVÍCOLA	28
1.3 AVICULTORES: Uma categoria <i>Sui Generis</i>	37
CAPÍTULO II	
O PROCESSO DE TRABALHO DOS AVICULTORES DA SADIA S.A. UNIDADE DE TOLEDO-PR	42
2.1 O CONTRATO DE PRODUÇÃO	46
2.2 OS CONTROLES DO PROCESSO	58
2.2.1 O Controle sobre o tipo de ave e sobre o tempo de intervalo	61
2.2.2 O Controle sobre a produção	67
2.2.3 O Controle sobre as fórmulas de pagamento	75
2.2.4 O Controle sobre o tempo de trabalho	77
2.2.5 Quarteirização de serviços	78
2.3 A PRODUÇÃO AVÍCOLA E AS FALHAS DO <i>JUST IN TIME</i>	80
CAPÍTULO III	
A FORMAÇÃO DOS AVICULTORES PARCEIROS DA SADIA S.A.	85
3.1 A FORMAÇÃO CULTURAL DOS AVICULTORES: ORIGENS, ETNIAS E PENSAMENTO IDEOLÓGICO	87
3.2 O APRENDIZADO DA AVICULTURA	97
3.3 O EXERCÍCIO TÁCITO DA AVICULTURA	103
3.4 A ORGANIZAÇÃO COMO APRENDIZADO	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
BIBLIOGRAFIA	119

APÊNDICES

APÊNDICE I: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PILOTO

APÊNDICE II: ROTEIRO DA ENTREVISTA – VERSÃO FINAL

ANEXOS

ANEXO I: CONTRATO PARA PRODUÇÃO AVÍCOLA INTEGRADA

ANEXO II: BORDERÔ DE ACERTO DE LOTE

ANEXO III: EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE BIOSSEGURIDADE

ANEXO IV: FICHAS DE CONTROLE

INTRODUÇÃO

É bem possível que estejamos correndo o sério risco de comprometer, senão no conteúdo, ao menos na forma, a exposição deste estudo, porque logo na introdução optamos por seccionar o texto. Gostaríamos de justificar este formato em virtude do excessivo número e variedade de informações, o que dificulta a exposição de todo o conteúdo em um mesmo corpo. Tais informações, por constituírem as bases da dissertação e servirem de orientação para a leitura, tornam-se imprescindíveis neste momento do trabalho. Assim sendo, a introdução está organizada nos seguintes tópicos: Antecedentes; O objeto, os objetivos e o problema da pesquisa; A pesquisa bibliográfica; A pesquisa de campo; As categorias de análise; O Materialismo histórico como referencial teórico-metodológico; e A Apresentação dos capítulos.

Antecedentes

A história desta pesquisa tem início no meu ingresso no “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação – GP-TESE”, em 2003. Naquele momento, o grupo já manifestava interesse em investigar a precarização das relações de trabalho dos trabalhadores dos frigoríficos avícolas da região oeste do Paraná.

A avicultura, importante setor no cenário nacional, ocupa lugar de destaque no oeste deste estado, onde estão situadas 8 unidades de processamento de aves, sendo responsáveis pela maior geração de empregos industriais da região (Murofuse, *et al.*, 2008, p. 12). Ainda que responsável por grande impacto econômico (como gerador de empregos, impostos e lucros), os impactos sociais deste setor são ainda mais significativos, e dizem respeito aos malefícios físicos e psicológicos a que se submetem os trabalhadores, assim como pela precarização aresponsáveis pelo fornecimento da matéria-prima frango para as indústrias. A escolha dos avicultores como sujeitos da pesquisa evidenciou-se, sobretudo, em função de três fatores ligados à minha vida pessoal: a) minha origem campesina e participação, durante alguns anos, como militante do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), motivo pelo qual o estudo da pequena agricultura me desperta um interesse peculiar; b) o fato de familiares atuarem como avicultores

de uma indústria de produção de frangos; e c) o fato de, a partir de 2005, passar a residir em Toledo-PR, cidade que sedia uma Unidade da Sadia S.A.¹ a maior geradora de empregos do município, e também de contradições de toda a espécie².

Em janeiro de 2006 apresentei a primeira versão deste projeto, quando participei da seleção do Mestrado em História da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon, que recebeu o título de “As Relações Históricas de Trabalho: a Precarização das Relações de Trabalho dos Avicultores da Sadia S.A. – Unidade de Toledo-PR”. Como não fui aprovada nesta seleção, o projeto permaneceu engavetado por alguns meses, enquanto concluía a pesquisa dos Planos Plurianuais. Com a aprovação, pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da UNIOESTE – Campus de Cascavel, em julho de 2006, o desejo de realizar este estudo vinculado a um mestrado foi reanimado. Mas o projeto apresentado para a seleção da Pós-Graduação em história deveria passar por algumas readequações, pois o pleito a uma vaga para o mestrado em educação exigia um tema mais específico e alinhado aos aspectos educacionais.

O projeto que apresentei no processo de seleção da primeira turma de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Educação da UNIOESTE recebeu como título “A Formação dos Trabalhadores Rurais que Produzem Frangos para a Sadia S.A. - Unidade de Toledo-Pr”. De alguma forma, a maior preocupação – dar um sentido educacional ao tema – foi temporariamente sanada.

De antemão, já tínhamos o entendimento de que o aprendizado da atividade dispensaria a escola como instituição mediadora desse processo. Porém, a pesquisa

¹ A Sadia S.A. é a maior empresa produtora de frangos do país. Em 2007 foi responsável por 15,07% da produção nacional do produto (UBA, 2007, p. 38). É a empresa de alimentos que mais gera empregos diretos no país. Em 2008, a empresa contava com 60.000 funcionários, atuando em 22 unidades fabris, localizadas em 5 estados brasileiros (Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul) e Distrito Federal. Possui um portfólio de mais de 680 itens, distribuídos em mais de 300 mil pontos de venda. Seus produtos são exportados para 117 países (PIAS, 2008, p. 1). O faturamento bruto da empresa em 2008 foi de cerca de R\$ 12 bilhões (MOREIRA, 2009, p.1).

² As contradições a que me refiro dizem respeito aos impactos financeiro e social que a Sadia S.A. provoca neste município. Toledo tem aproximadamente 104.000 habitantes. Destes, cerca de 10.000 estão direta ou indiretamente vinculados à empresa, quer seja como funcionários regularmente contratados, quer seja efetuando trabalhos terceirizados – segurança, limpeza, carregadores, etc. Assim sendo, o papel de geradora de empregos na cidade parece ser inquestionável. No entanto, os salários médios pagos a estes trabalhadores são baixos, giram em torno de R\$ 650,00 (menos de 1 salário mínimo e meio). Considerando este fator, à empresa não fica somente resguardada a função de geradora de empregos, com também de catalisadora de miséria, uma vez que muitos são os trabalhadores que vêm de outras regiões do estado, do país e de países vizinhos – sobretudo do Paraguai, vender na cidade de Toledo-PR a força de trabalho a preços que dificultam a reprodução da vida material.

mais acurada nos levou a compreender que não só a escola, mas qualquer mecanismo institucionalizado é dispensado. O agricultor torna-se avicultor no processo de trabalho a que se submete. Por esta razão, durante a qualificação, por sugestão da banca, definiu-se que o tema da pesquisa fosse redimensionado para o processo de trabalho dos avicultores. O que sustenta a substituição da centralidade desta pesquisa do processo de formação dos avicultores para o processo de trabalho a que estes sujeitos se submetem, é o fato do processo de trabalho determinar sua formação, e não o seu contrário.

O objeto, os objetivos e o problema da pesquisa

A partir da definição e exploração do tema, centrado no processo de trabalho dos avicultores, esta pesquisa buscou enfrentar o seguinte problema: “que mediações da relação do avicultor com a agroindústria permitem identificar os limites e possibilidades do controle do avicultor sobre o processo produtivo que realiza?”.

Para tanto, os objetivos específicos deste estudo foram explorados a partir do tratamento das seguintes questões:

- a) compreender em que medida o setor econômico da avicultura produz e reproduz a lógica do capitalismo contemporâneo, assim como os desdobramentos dela decorrentes;
- b) identificar as diferentes dimensões do controle sobre o processo de trabalho envolvendo a Sadia S.A. e os avicultores, e estes, com o trabalho que realizam;
- c) compreender e identificar os espaços de mediação que se colocam entre os controles da empresa e o agir cotidiano dos avicultores, e em que medida estas mediações representam acúmulo de conhecimentos adquiridos e construídos.

A abordagem do tema foi realizada a partir de duas fontes: primária, por meio da realização de entrevista e análise de documentos solicitados aos avicultores e visitas às propriedades, com a finalidade de conhecer as relações (de trabalho, a integração, as atribuições) entre a agroindústria e os avicultores; e as fontes secundárias, que se constituíram principalmente de estudos já realizados (teses e dissertações) sobre o mesmo tema, bem como obras publicadas (artigos, livros) que contribuíram na apreensão do objeto.

A pesquisa bibliográfica

Um dos movimentos que exerceu papel decisivo na formulação do percurso deste estudo foi a leitura de trabalhos que realizaram pesquisa de campo e bibliográfica. Os estudos já concluídos nos serviram de indicativos metodológicos para definir o percurso que esta pesquisa deveria percorrer. Os estudos consultados podem ser organizados em três grupos: estudos que tiveram como preocupação imediata o setor avícola; trabalhos que se ocuparam do estudo de processos de trabalho; estudos sociológicos que se ocuparam da compreensão das mudanças do meio rural.

Os estudos que pertencem ao primeiro grupo (COSTA, 1993; AZEVEDO, 1993; MONTEIRO, 1999; SHEID, 2001; FREITAS, 2002; BILK, 2003; DINTEN, 2005) não se identificam, necessariamente, com os pressupostos teórico-metodológicos que esta pesquisa pretende perseguir, mas foram de fundamental importância no sentido de estabelecer os avanços que este trabalho deverá apresentar sobre o tema. Do universo de pesquisas consultadas, nenhuma delas se ocupou em problematizar o controle do avicultor sobre o processo de trabalho a que se submete, tampouco em compreender se existem espaços de mediação entre as determinações da empresa e o trabalho que o avicultor efetivamente realiza.

Já os estudos não vinculados ao setor avícola (SCHREINER, 1997; SCHNEIDER, 1999; OLIVEIRA, 2004; MARCELINO, 2004; NAVARRO, 2006), contribuíram no sentido da compreensão, apropriação e recorte do objeto de estudo e para a definição do movimento investigatório. Deste conjunto de obras, três movimentos investigatórios puderam ser identificados: em algumas pesquisas se observa que o autor buscou realizar primeiramente um estudo bibliográfico de fundamentação teórica, para posteriormente ater-se especificamente ao estudo de caso; em outros, verifica-se que os autores trabalham com a reconstrução histórica do objeto, atendo-se à ordem cronológica dos fatos; e por fim, identificamos os estudos em que os pesquisadores não se detiveram à ordem cronológica dos fatos, Neste último caso, as informações coletadas no campo de pesquisa foram incorporadas ao texto sempre que o dado se mostrou relevante para a compreensão do objeto, sem separação metodológica entre o estudo bibliográfico e de campo. O movimento de que se apropriam os estudos desta natureza revela-se mais completo, pois o que se observa é que teoria e empiria se complementam, não há a busca em

tentar comprovar na teoria o que se observa na prática ou vice e versa. Optamos em apresentar este texto a partir desta terceira perspectiva, por compreendermos que nesta forma de exposição os dados são tratados com maior riqueza de sentidos.

Nas obras de Schneider (1999) e Navarro (2006) alguns aspectos comuns merecem ser destacados. Ambas as pesquisas foram organizadas a partir do método de exposição alinhado à terceira perspectiva descrita acima; ambos os estudos trabalharam com a constituição da indústria calçadista, ainda que em diferentes regiões do país (região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, no primeiro caso, e região de Franca em São Paulo, no segundo) e ambas as obras iniciaram pela constituição histórica das regiões que mais tarde vieram se consolidar como pólos calçadistas. Estas pesquisas não revelam preocupação com a linearidade cronológica dos fatos, mas em expor ao leitor a história de cada um dos aspectos abordados e na medida em que estes contribuem com o desvelamento do objeto em estudo. Em ambos se verifica que foi imprescindível recuperar a história da região por estar estreitamente ligada ao processo de constituição da indústria calçadista. A partir da leitura destes estudos, e da indicação feita pela banca na fase de qualificação, entendemos que seria necessário realizar, ainda que de maneira muito breve, uma recuperação da constituição histórica da região oeste do Paraná, pois este fator foi de extrema relevância para a instalação da Sadia S.A. em Toledo-PR, unidade que integra os sujeitos desta pesquisa.

Durante a pesquisa bibliográfica foram estudados dois clássicos da sociologia (CÂNDIDO, 1982; SANTOS, 1984). A profundidade com que os autores mergulharam nos universos que constituem os respectivos objetos de análise, a amplitude das informações exploradas e a atenção ao rigor acadêmico nas investigações foram os movimentos que de forma mais significativa trouxeram contribuições a esta pesquisa. Por outro lado, sem a pretensão de justificar as falhas e incorreções deste estudo, ousou afirmar que me parece impossível realizar investigações da magnitude de “Parceiros do Rio Bonito” e “Colonos do Vinho” num mestrado de dois anos de duração, sem estrutura, materiais e apoio logístico. Os prazos, a burocracia, e a falta de apoio que marcam de maneira geral a relação dos órgãos oficiais de fomento à pesquisa com os pesquisadores, me levam à triste conclusão de que o resultado deste trabalho é também resultado de uma relação precária de pesquisa. A precarização nas relações humanas marca não somente as

situações relacionadas aos espaços produtivos, mas os sujeitos que vivem do trabalho em todas as esferas da sua vida.

A pesquisa de campo

A primeira versão do projeto previa a realização de entrevista com um número determinado de avicultores, de forma que a amostra fosse representativa em relação à população. Contando com a informação de que a Sadia S.A. possui aproximadamente 201 avicultores residentes em Toledo-PR³, o plano inicial consistia em entrevistar de 10 a 20 produtores, de forma que a amostra se constituísse de 5 a 10% da população. Esta visão “representativista” foi abandonada, por duas razões: pelas limitações tanto do cronograma (curto prazo para a realização das entrevistas e inviabilidade logística), quanto ao acesso às propriedades (os endereços fornecidos inicialmente pela empresa não dizem muito para quem não conhece as estradas rurais da região, pois as informações se reduzem à indicação de que Linha ou Estrada dá acesso à residência do avicultor). A segunda razão está no fato de que a pesquisa de campo assumiu, neste estudo, a predominância do caráter qualitativo, no qual o conteúdo das informações predomina sobre a quantidade.

As informações que os avicultores forneceram são o elemento mais importante que a entrevista pode garantir. A preservação da qualidade das informações não se faz necessariamente mediante a ampliação quantitativa dos sujeitos que comporão a pesquisa, já que entrevistar um número maior de produtores pode implicar na repetição das mesmas informações já colhidas. A leitura de outros trabalhos (NELI, 2006; FREITAS, 2002) revelou que a técnica de amostragem conhecida como bola-de-neve (*snowball technique*) constitui uma boa alternativa para a seleção dos entrevistados. A técnica implica na auto-indicação dos sujeitos que irão compor a amostra (o entrevistado indica o próximo a ser entrevistado). O tamanho da amostra pode ser determinado pela saturação teórica das informações, processo que ocorre quando as informações prestadas se repetem.

Na fase de qualificação apresentamos à banca a versão preliminar do roteiro de entrevistas, e as entrevistas piloto, aplicadas a dois avicultores. A partir deste

³ Informação prestada pela Sadia S.A., em 04 de janeiro de 2006, quando visitei o setor farmacêutico da empresa, onde me foi fornecida a relação dos avicultores.

teste, foram sugestionadas alterações que foram acatadas para compor a versão final do roteiro da entrevista. Os roteiros piloto e versão final estão em apêndice (Apêndice I: Roteiro das Entrevistas Piloto; Apêndice II: Roteiro das Entrevistas – Versão Final).

A metodologia adotada para elaborar o roteiro das entrevistas contou com a leitura de tese, dissertações e de artigo acadêmico (COSTA, 2003; DINTEN, 2005; FINKLER e CÊA, 2007; FREITAS, 2002; NELI, 2006; SCHEID, 2001). A leitura destes textos nos proporcionou algumas pistas de como proceder metodologicamente para o levantamento de dados, sobretudo os empíricos (por exemplo: que tipo de questionamentos deveria ser realizado junto aos entrevistados, que tipo de informações deveria ser buscado, etc.).

Uma vez realizada a pesquisa de campo, uma nova leitura dos mesmos textos tornou possível estabelecer em que medida este trabalho pôde ou não apresentar avanço frente aos já realizados. Neste movimento de “retorno” às fontes, foi possível estabelecer o diálogo com as pesquisas já finalizadas, o que possibilitou um maior aproveitamento qualitativo das informações coletadas empiricamente.

Durante as entrevistas, os avicultores nos informaram que a categoria organiza e reivindica melhorias nas condições de trabalho e aumento de renda através da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR), o que suscitou a necessidade de conhecer este mecanismo organizativo, bem como suas ações. Para acessar a estas informações, entrevistamos um representante da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar), com quem pudemos compreender como aconteceu o processo de consolidação da associação.

Na pesquisa com o representante da associação, acreditávamos que as informações que seriam coletadas ficariam circunscritas ao âmbito da organização da resistência dos avicultores. Entretanto, o processo produtivo integra e se faz tão presente na vida desses sujeitos, que mesmo nesta entrevista nos foram fornecidos importantes dados que tratam do processo produtivo da avicultora. Este fator nos leva a compreender que o trabalho desses sujeitos orienta todo o sentido de ser que eles representam, e que o processo do trabalho dos avicultores está impregnado no que dizem e fazem, mesmo quando estão fora do espaço produtivo.

A pesquisa de campo também nos levou à constatação de que o grau de exigência de produção e de inovações tecnológicas que a indústria impõe aos avicultores é um meio de coação, pois diante do não atendimento aos critérios

produtivos do contrato de produção pode ser rompido pela empresa. Entretanto, em função do esgotamento do tempo, não foi possível entrevistar ex-avicultores, com os quais gostaríamos de saber como acontece o processo de desligamento.

As categorias de análise

No projeto inicial foram plantados os germes das categorias que, naquele momento, receberam a nomenclatura de “elementos”. O cuidado no sentido de não utilizar o termo “categorias” deveu-se ao entendimento de que estes “elementos” deveriam assumir a forma de “categorias” no decorrer do processo investigativo, desde que viessem exercer a função de fios condutores na compreensão do objeto de investigação⁴.

O processo de consolidação dos “elementos” em “categorias” foi construído a partir da conjugação dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica e de campo. As informações levantadas foram organizadas e estruturadas sobre os seguintes pontos:

- Caracterização da avicultura industrial como setor que representa o movimento do capitalismo contemporâneo: a relação Estado x avicultura; a incorporação tecnológica do setor (biotecnologia, maquinários e equipamentos); os tipos de contrato que as indústrias do setor estabelecem com os trabalhadores; o aumento da capacidade de produção com a utilização de quantidades inferiores de matéria-prima. Estes são alguns dos elementos por meio dos quais a **reestruturação produtiva** se manifesta como categoria capaz de conduzir estas análises;
- A Relação avicultor x agroindústria: o estabelecimento do contrato com a agroindústria – e os papéis que agroindústria e avicultor devem cumprir dentro deste contrato; a constante incorporação de novas tecnologias – por indução da agroindústria ou por opção do avicultor; o trabalho sob encomenda – quantidade, qualidade e tipo de produto estabelecido pela agroindústria. São informações com as quais se consolidaram as categorias **organização do trabalho** e **controles do processo produtivo**;

⁴ Tomando o materialismo histórico como referencial teórico-metodológico, as categorias são compreendidas como o que permite conduzir a reprodução do concreto imediato pelo caminho do pensamento; categorias são “modos de ser”, “determinações da existência” do objeto e têm, portanto, existência histórica (MARX, 1978, p. 121).

- O processo de trabalho, descrevendo as atividades, o manejo, os cuidados, as relações de poder, incluindo informações como a jornada de trabalho e a remuneração. Os conhecimentos que o avicultor adquire e que não são valorizados pela empresa; as orientações que os avicultores recebem, mas que são desprezadas; a medida da autonomia que o avicultor tem para decidir sobre os encaminhamentos no processo produtivo e em que pontos específicos a empresa os impõe. Entender que domínios das técnicas produtivas os avicultores alcançam nos auxiliaram na construção da categoria **mediações do processo produtivo**;
- O aprendizado da avicultura: a origem da propriedade onde trabalham os avicultores; as razões que levam os agricultores a se tornarem avicultores; a compreensão e análise do aprendizado da avicultura; os instrumentos com que o avicultor pode contar para aprender a produzir frangos; em que medida os conhecimentos que o avicultor dominava como agricultor o auxiliaram no aprendizado da avicultura. O acesso a estas informações nos auxiliou na construção da categoria **formação dos avicultores**.

O materialismo histórico como referencial teórico-metodológico

O referencial teórico-metodológico pelo qual esta pesquisa busca orientar-se é o materialismo histórico, entendendo que a identificação do método num estudo não está no anúncio do pesquisador: o método deve revelar-se no movimento da apreensão do real, na forma como este é compreendido e abstraído. Sendo assim, a leitura de manuais de marxismo tende não consistir o veículo mais eficiente para a compreensão da lógica dialética que rege o método materialista histórico. Por outro lado, estudos que tenham apreendido o real por esta orientação podem servir de indicativo do caminho que a pesquisa deve percorrer. Por isso a leitura de estudos assim caracterizados assumiu papel importante na investigação.

Outra preocupação deste estudo refere-se à tendência (que não pretendemos seguir), de analisar as transformações pelas quais o trabalho vem passando na atualidade como se estas revelassem a ruptura com o trabalho da sociedade moderna. O modo dos homens produzirem a vida na contemporaneidade sofreu mudanças inegáveis, entretanto, não se pretende perder de vista a intrínseca relação desta condição de vida com noções fundamentais que tiveram na modernidade a marca inicial.

No campo do marxismo, e, mais especificamente, no interior da área do Trabalho, autores de diferentes teses debatem a atualização do marxismo no que refere à composição da classe antagônica ao capital. Nos tempos de Marx e Engels, a sociedade capitalista estava organizada em classes que assumiam contornos nítidos: de um lado, o capital (classe que vive da mais-valia explorada pela outra classe – o trabalho) e de outro, o trabalho (classe que vivia especificamente de salário). Hoje, porém, outras formas de organização da produção permitem a remuneração da classe explorada de outras formas, além do salário: trabalho por produção, por tempo determinado, por contrato de serviço, etc.; e ainda se mantém o trabalho assalariado, núcleo que vem sendo reduzido paulatinamente, o que dificulta a identificação da extração da mais-valia absoluta e mais-valia relativa. Também as empresas capitalistas já não apresentam as mesmas configurações, assumindo predominantemente a forma de capitais acionários, de tal modo que o próprio trabalhador da empresa pode adquirir partes do capital da empresa.

No que se refere às análises destas novas configurações, no campo da Sociologia do Trabalho, pautamos este estudo em análises que passam a creditar também a trabalhadores que não são explorados da forma clássica o papel de classe antagônica, e, portanto, revolucionária (ALVES, 2000; ANTUNES, 2005). A identificação da precarização⁵ das relações de trabalho na nova morfologia do capital, compreendendo que a intensificação da expropriação da mais valia se amplia inúmeras vezes, tanto na sua dimensão relativa como absoluta, é outra leitura da qual nos apropriamos para realização deste estudo. Atualmente a jornada de trabalho incorporada à produção tende se aproximar cada vez mais, em termos de extensão, daquelas identificadas na fase da acumulação primitiva do capital. No entanto, diferentemente do que ocorreu nos séculos XVI e XVII nos países onde o capitalismo se constituiu de forma central, nos dias de hoje, a intensa exploração pode ocorrer aliada ao emprego de um número cada vez menor de trabalhadores assalariados. Com o avanço tecnológico, o capital é capaz de elevar os níveis de produção rejeitando a maior parte da mão-de-obra disponível, aumentando o

⁵ Antunes (2005) elenca, dentre outros, os seguintes elementos que caracterizam o trabalho precário: trabalho terceirizado, por subcontrato ou *part-time*; inclusão precoce e criminosa de crianças; divisão sexual do trabalho, onde o trabalho feminino tende ocupar as vagas que exigem menor qualificação sendo conseqüentemente menos remunerado; difusão do trabalho no denominado “Terceiro Setor”, onde as ocupações geralmente não são remuneradas – trabalho voluntário; trabalho em domicílio; etc. O autor destaca ainda que os altos índices de desemprego aumentam o exército de reserva, pressionando a redução dos salários bem como reduzindo a capacidade organizativa dos trabalhadores, gerando, com isso, mais um elemento da precarização.

exército de reserva. Estes elementos são identificados pelos pesquisadores desta corrente do campo do Trabalho como características do trabalho precário. Todo o trabalho no capitalismo tende ser precário, isto é certo; no entanto, na atual fase, o trabalho atinge níveis de precarização só comparados à fase inicial da produção industrial.

Dos pressupostos marxianos que pautam este estudo, a centralidade do trabalho nas relações sociais, a estrutura social mantida sob a égide da luta de classes, e a exploração do capital sobre o trabalho são alguns aspectos que serão trazidos com frequência à análise e tratamento dos dados.

A apresentação dos capítulos

No primeiro capítulo buscamos apresentar esta a que chamamos de “uma das manifestações do movimento capitalista” que é a avicultura. Neste setor produtivo são identificadas muitas das propriedades que têm caracterizado o capitalismo recente: a participação do fundo público no desenvolvimento do setor, a reestruturação produtiva e o surgimento de novas formações sociais que atuam diretamente na produção, como os avicultores, sujeitos responsáveis por importante fase do processo produtivo.

No segundo capítulo tratamos do “processo de trabalho dos avicultores da Sadia S.A. Unidade de Toledo-PR”, onde buscamos caracterizar a especificidade da atividade dos avicultores e os fatores que determinam o seu vínculo com a agroindústria, ou seja, como acontece “o processo de integração” dos avicultores. Neste capítulo também apresentamos alguns dos elementos que caracterizam “os controles do processo”, compreendendo que a produção da avicultura industrial se caracteriza pelo *Just in Time*, o que em parte explica a dimensão do controle da agroindústria sobre o trabalho executado pelo avicultor. Por fim, identificamos e apresentamos algumas das falhas do processo de produção, que são as situações em que o controle sobre o processo produtivo escapa aos domínios da empresa.

No terceiro capítulo apresentamos algumas considerações acerca da “formação dos avicultores parceiros da Sadia S.A.”. Nesta fase do trabalho, alguns fatos da história do surgimento da região oeste do Paraná são trabalhados, e através deles buscamos explicar o surgimento de uma categoria de sujeitos que reúnem condições propícias para a parceria com a agroindústria: possuir pequena

propriedade fundiária, apresentar de forma predominante a mão-de-obra familiar, e culturalmente orientada pela ideologia da superação individual por meio do trabalho. O aprendizado da atividade e os elementos e fatores que podem ser considerados cruciais nesse aprendizado são apresentados, onde constatamos que os avicultores não são submetidos a processos institucionais de instrumentalização para o desempenho da atividade, mas a aprendem empiricamente. Neste aprendizado, estes sujeitos constroem os espaços de mediação, situados entre os controles da empresa e o agir cotidiano, situações em que os avicultores adquirem conhecimentos que permanecem alheios à empresa. Ainda neste capítulo, apresentamos brevemente o processo de constituição da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná – Aaviopar, compreendendo que a organização coletiva também faz parte do processo de aprendizagem informal por que passam os avicultores.

Na fase final do trabalho, apresentamos algumas considerações que expressam os limites desta pesquisa, a partir dos quais se abrem perspectivas para pesquisas futuras.

CAPITULO I

A AVICULTURA E A LÓGICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Se há alguma contribuição que este trabalho possa trazer ao meio científico, esta reside no fato de se dedicar ao estudo da avicultura industrial, uma atividade recente, e que traz em si, assim como outros setores produtivos, a lógica do capitalismo contemporâneo. Obviamente não nos compete desvelar todas as tênues especificidades que caracterizam o capitalismo recente, ou mesmo destrinchar todas as características da atividade avícola, mas no limite das nossas possibilidades, alguns elementos serão tratados neste trabalho. Dentre estes, destacaremos a participação inalienável do Estado no desenvolvimento do setor, que atuou seja por meio de incentivos fiscais, financiamento, ou pela criação de leis que vieram trazer benefícios à avicultura industrial. A reestruturação produtiva, que também contou com a participação do Estado, é outra característica que coloca a avicultura no marco do setor produtivo capitalista que, com o surgimento do neoliberalismo, passa a se apropriar privadamente do fundo público.

A produção avícola nacional sofreu forte inserção no mercado internacional na virada do milênio. Segundo dados da OCEPAR (2006, p.1), em 2004 o país assume a posição de maior exportador de carne de frango do mundo. Aveword (2009, p.1), em notícia veiculada, informa que em 2008 as exportações do produto geraram uma receita de 6,9 bilhões de dólares, o que representou um aumento de 40% frente a 2007. As expectativas de crescimento do setor para 2009 são menores, em razão da crise financeira mundial⁶. Segundo Moreira (2009, p.1), a expectativa de queda do crescimento das exportações de frango não ocorre pela falta de demanda por alimentos, mas pela falta de liquidez de alguns dos mais importantes mercados compradores. Estima-se, assim, que neste ano o crescimento nas exportações não atingirá os patamares registrados nos anos anteriores, embora essa projeção não diminua o peso e a importância econômica do setor.

Apesar de ser o segundo maior produtor mundial (10,2 milhões de toneladas em 2007, contra 16 milhões de toneladas produzidas pelos Estados Unidos), o Brasil

⁶ A atual crise teve início aproximado em julho de 2007 com a crise imobiliária norteamericana, e desembocou em 2008 na crise financeira mundial. Para conhecer melhor as causas, efeitos e desdobramentos da crise, indicamos a leitura de MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Disponível em:

<<www.pcb.org.br/crise_desdobramento.pdf>>. Acessado em: 15/01/2009.

lidera o *ranking* de exportações de frango (3.286 milhões de toneladas exportadas em 2007, contra 2.618 milhões de toneladas exportadas pelos Estados Unidos). Ao final de 2007 o Brasil chegou a um total de 150 mercados compradores, e uma participação de 40% no comércio internacional de carne de frango. Juntos, Brasil e Estados Unidos abarcaram cerca de 75% do mercado mundial de carne de frango em 2007 (UBA, 2007, p. 26).

O Paraná é o maior estado produtor de frangos para abate do país, e divide com Santa Catarina a liderança na exportação. A carne de frango é o segundo produto mais exportado do estado, perdendo somente para a soja. A produção de frango do Paraná foi responsável, em 2008, por 25% da produção nacional, com o abate de mais de um bilhão de aves, média mensal que supera 86 mil cabeças (UBA, 2007, p. 41). De acordo com a OCEPAR (2006, p. 1), a avicultura emprega no estado, 60 mil pessoas diretamente em granjas, frigoríficos e incubatórios; e indiretamente é responsável por mais de 550 mil postos de trabalho.

Na região oeste do Paraná, onde estão situados os avicultores que prestaram as informações para a pesquisa de campo deste trabalho, a importância do setor é ainda mais relevante: são oito unidades de abate e processamento avícolas. O segmento é o maior gerador de empregos da região, responsável por 13,83% da mão-de-obra industrial empregada em 2003 (MUROFUSE *et al*, 2008, p. 12).

A avicultura de porte industrial no Brasil já nasceu na condição de oligopólio, com a preponderância de algumas empresas que, desde sua origem, detêm o controle do setor. Duas empresas lideram a produção avícola brasileira, somando 25% da produção nacional: a Sadia, primeira do *ranking*, é seguida pela Perdigão⁷. Na terceira e quarta colocação estão a Seara e Frangosul, e em quinto, a Avipal (UBA, 2007, p. 38).

Os relatórios anuais da União Brasileira de Avicultura⁸ apresentam o *ranking* das cinquenta agroindústrias que mais produzem frango, onde fica evidente a diferença das duas primeiras colocadas em relação às demais. O percentual de

⁷ Os presidentes-executivos e representantes dos acionistas da Sadia e da Perdigão assinaram o contrato de fusão das duas empresas na noite do dia 18 de maio de 2009, criando Brasil Foods (BRF). “A nova empresa nasce com os apostos de décima maior empresa de alimentos das Américas, segunda maior indústria alimentícia do Brasil (atrás apenas do frigorífico JBS Friboi), maior produtora e exportadora mundial de carnes processadas e terceira maior exportadora brasileira (atrás de Petrobras e da mineradora Vale)” (FOLHAONLINE, 2009, p. 01). Ainda que este estudo não contemple os desdobramentos deste acontecimento, em virtude de que a pesquisa que resultou neste texto aconteceu em período que antecedeu à fusão, julgamos imprescindível mencionar o fato, a título de informação.

⁸ Os relatórios anuais da UBA ficam disponíveis no site da Associação: <<www.uba.org.br>>

participação entre Sadia e Perdigão no cenário nacional revela que há competição entre elas. As demais empresas não apresentam risco de aumentar a participação no mercado, pois apresentam queda de participação ano a ano.

A Sadia S.A., empresa que lidera a produção de frango nacional, integra os avicultores sujeitos deste estudo. A história da empresa tem início em 1944, no Município de Concórdia, oeste catarinense. Ao longo dos anos, firmou espaço no segmento agroindustrial e na produção de alimentos derivados de carnes suína, bovina, de frango e de peru, além de massas e margarinas. A empresa é uma das maiores em produção de alimentos da América Latina e uma das maiores exportadoras do país (PARMIGIANI, 2004, p. 6).

A partir da década de 1950, a empresa já produzia mais do que o mercado catarinense podia absorver; assim, passou a transportar produtos perecíveis derivados de suínos de Concórdia para São Paulo, onde a empresa começava a ocupar espaço no mercado. A produção de frangos foi iniciada em 1956, com o abate de 11,2 mil aves/mês. Em 1961 a Sadia S.A. introduziu o sistema de produção integrando avicultores com base em experiências americanas (PARMIGIANI, 2004, p. 2). Esta forma de produção consiste na parceria da empresa com produtores rurais, o que permitiu à empresa atingir, quatro anos depois, a capacidade de 324,5 mil cabeças de frangos abatidas por mês em Concórdia, onde o experimento foi pioneiro. Nas décadas de 1960 e 1970 a empresa adquiriu novas unidades de produção e modernizou seu parque tecnológico.

A empresa possui 60.580 empregados, 11 indústrias de grande porte e 19 filiais comerciais no Brasil, além de uma unidade comercial na Argentina e representações no Uruguai, Paraguai e Chile. Mantém escritórios comerciais em Milão, Tóquio e Dubai e uma churrascaria em Pequim. Os produtos [...] são distribuídos no mercado interno em 90 mil pontos de venda (COSTA e SILVA, 2007, p. 2).

Os números que dão à empresa a condição de líder no setor avícola podem ser assim apresentados:

A [Sadia S.A.], maior produtora brasileira de alimentos semi-prontos e industrializados, terminou o primeiro semestre de 2007 com um lucro líquido de R\$ 205,5 milhões enquanto no mesmo período do ano passado o lucro foi de R\$ 84,5 milhões. O faturamento da empresa neste mesmo período foi de R\$ 4,5 bilhões, aumento de 26,6% sobre igual período de 2006. O faturamento com o mercado externo registrou alta de 41,2%, chegando a R\$ 2,08 bilhões,

enquanto no mercado interno a alta foi de 16,1%, atingindo R\$ 2,3 bilhões. Para os próximos 18 meses a Sadia anunciou investimentos de R\$ 2 bilhões, para atingir a meta de dobrar o faturamento em cinco anos. Os recursos serão aplicados no segmento de industrializados (R\$ 720 milhões), na construção da unidade industrial de Lucas do Rio Verde (R\$ 640 milhões), no segmento bovinos (R\$ 130 milhões) e em projetos de expansão e ampliação de unidades (COSTA e SILVA, 2007, p. 2).

Estes dados revelam que, apesar do capital atingir desde as últimas décadas do século XX o seu estágio de consolidação monopólicio, onde a produção, a circulação e o consumo são, em maior ou menor medida, dependentes do capital financeiro, não significa que os setores produtivos da economia tenham deixado de produzir e acumular capital. O setor produtivo – que aí inclui a produção agropecuária – veio se adequando às novas regras do jogo: buscou ampliar a exploração através da reestruturação produtiva, e, seguindo a tendência de solidificação de grupos hegemônicos, veio concentrando atividades e segmentos nos monopólios.

Os números que anunciam o crescimento da empresa e de sua lucratividade são amplamente mencionados em muitos estudos. No entanto, as raízes do desempenho que dá à Sadia S.A. e a outras agroindústrias essa importância econômica são pouco exploradas. A participação do Estado no desenvolvimento do setor, que aconteceu tanto na forma do incentivo a pesquisas, mas principalmente na forma do financiamento, é um exemplo de informação que não é facilmente disponibilizada, e será nosso objeto de análise na próxima seção.

1.1 O ESTADO BRASILEIRO E A AVICULTURA

Durante as próximas páginas, buscaremos apresentar alguns dados relevantes para o entendimento do processo de constituição dos complexos agroindustriais no Brasil, compreendendo estas estruturas produtivas como essenciais para o desenvolvimento do setor avícola. A partir do surgimento dos complexos agroindustriais, todas as etapas do processo produtivo de qualquer produto passam a ser inteiramente coordenadas pela indústria, que controla todos os elementos envolvidos. Assim, por exemplo, na produção do frango, a indústria tem o domínio sobre a compra dos cereais (matéria-prima para a ração), o fabrico da ração, a criação dos frangos, a industrialização, a comercialização da carne e seus

derivados (MONTEIRO, 1999, p. 6-8). No que concerne aos avicultores, responsáveis pela criação dos frangos, sua atividade fica subjugada aos interesses da indústria.

As mudanças econômicas e produtivas que podem indicar um marco inicial para o surgimento dos complexos agroindustriais acontecem na década de 1950. Neste período, a economia nacional revela as primeiras evidências dualistas – uma modernização urbana (ainda que conservadora, com importação de tecnologia dos países centrais) e atraso no meio rural (BILK, 2003, p. 25). O país passa por forte crise econômica e política, evidenciada, entre outros, pela necessidade de oferta de alimentos e pelo questionamento por parte dos movimentos sociais do latifúndio como unidade produtiva capaz de atender a essa demanda, entendendo-se que, no Brasil, historicamente a produção de alimentos tem sido atendida pela pequena propriedade rural.

A solução encontrada pelos grupos políticos e econômicos no poder, para não abrir mão da organização da propriedade agrícola fundada no latifúndio, e, ao mesmo tempo, atender à demanda por alimentos, foi a de organizar a produção de modo que as grandes empresas capitalistas pudessem articular aos seus interesses a produção da pequena propriedade fundiária. O objetivo foi o de não desqualificar a grande propriedade fundiária, dedicada à monocultura de exportação, e fazer mais “eficiente” a produção de alimentos da pequena propriedade, responsável pela demanda interna (BILK, 2003, p. 25).

Para o campo, a fórmula da modernização contou, assim como na indústria, com mudanças que se fizeram sentir na base técnica da produção, com a implantação de indústrias processadoras de matérias-primas de origem agrícola, encurtando o ciclo de produção (KAGEYAMA et al, 1990, citado por, 1998, p. 3).

O Estado atuou, neste processo, como articulador financeiro e gerencial destas mudanças, com subsídios, determinando as alterações nas estruturas sociais agrárias, promovendo

[...] a capitalização dos processos de trabalho rurais e a mercantilização crescente da agricultura de pequena escala, acelerando a taxa de proletarização rural [e gerando] a rearticulação fundamental à reprodução de capitais industriais. O Estado passa a ser encarado como agente de uma estratégia deliberada e coerente no sentido de transformar a base produtiva da agricultura via sua integração ao complexo agroindustrial (BILK, 2003, p. 24).

O Estado brasileiro jamais empreendeu esforço significativo no sentido de incentivar a agricultura de pequena escala. Depois do golpe de 1964, o Estado brasileiro assume de forma definitiva o apoio ao latifúndio. O governo ditatorial sufocou as formas de resistência e dos movimentos de contestação, e as agroindústrias assumiram o papel de tornar os produtos nacionais atrativos ao mercado externo. Os mecanismos legais de articulação para a modernização do campo foram criados sem que, para tanto, ocorresse uma reestruturação fundiária. Dentre os mecanismos financeiros criados pelo Estado durante a década de 1960 para beneficiar as grandes propriedades rurais, podemos citar o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), que utilizava recursos externos, do BACEN (Banco Central) e de bancos comerciais para financiar a compra de produtos industriais (máquinas e insumos). Essa iniciativa favoreceu também a indústria, responsável pela produção dos equipamentos que passam a ser adquiridos (BILK, 2003, p. 27).

Na análise de Delgado (1985, citado por BILK, 2003, p. 32), o papel mediador do Estado nas relações econômicas e sociais no processo de modernização nas décadas de 1960 e 1970 foi funcionalmente organizado em medidas de ordem normativa, financeira e fiscal, na esfera produtiva e previdenciária, nos seguintes termos: a) *normativos*: ao criar leis e bases contratuais nas relações sociais do meio rural, promovendo, assim, condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura, regulamentando as relações formais de trabalho, a propriedade privada rural e a valorização patrimonial; b) *financeiro e fiscal*: através de financiamentos, taxas de juros e prazos de carência favoráveis aos conjuntos de agroindústrias; c) *esfera produtiva*: via a representatividade da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência e Extensão Rural) para adaptar e difundir tecnologia no meio rural; d) *esfera previdenciária*: exercida pelo FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) para assistir ao número crescente de subempregados e desempregados do campo, pequenos produtores e trabalhadores rurais (BILK, 2003, p. 32).

O processo de modernização da agricultura teve como marco de novas políticas o impasse dos anos 1950, o papel assumido pelo Estado a partir da segunda metade da década de 1960, e apresenta os mais marcantes resultados na década de 70, quando os latifúndios ganham em definitivo a forma de empresas capitalistas.

Assim, o Estado provou ter sido um “bom articulador” quanto ao destino que tomaria a agricultura brasileira. Sua aproximação com o capital das indústrias de transformação (boa parte multinacionais) estariam traçados [sic]: abriu-se o sistema de crédito rural aos bancos privados e ao FMI, [...] reduzindo impostos às agroindústrias exportadoras, muitas delas subsidiárias de multinacionais. O crédito rural foi alvo para a aplicação de tais prerrogativas que, a princípio, seria destinado pelos pequenos produtores para compra de insumos agrícolas, mas que serviu para atender de um lado, as indústrias de transformação e do outro, ao capital das indústrias internacionais de máquinas e insumos, injetando dinheiro na agricultura para facilitar a compra destes produtos. O acesso ao financiamento foi ou esteve restrito aos pequenos produtores que dependeram não da esfera federal, mas das normas estabelecidas pelos bancos. Tal fato foi ainda mais marcante nas décadas que se seguiram, pois os mecanismos de acesso ao crédito continuam a fazer parte das beneficências do Estado ao grande empresário (BILK, 2003, p. 28).

No plano ideológico, o incentivo estatal estava sendo feito às unidades agrícolas de produção familiar, mas estas, na prática, tiveram que recorrer a empréstimos comerciais para investir na produção. Os recursos estatais, advindos, seja, por receita própria, ou pela contração de empréstimos de organismos internacionais, foram na verdade destinados aos grandes empreendimentos agrícolas, que agora assumiam a forma orgânica e articulada do agronegócio.

A aquisição de empréstimos bancários por parte dos pequenos produtores rurais os colocava em situação financeira e produtiva cada vez mais frágil, pois as mesmas condições objetivas que os incentivaram a contrair financiamentos foram as que inviabilizavam o seu pagamento, pois o destino dos subsídios passou a ser direcionado aos grandes produtores que poderiam arcar com os custos elevados da produção, além do que, a maioria destes, teria condições de aplicarem seus próprios recursos na produção, capitalizando-os. Houve, desta forma, uma limitação do crédito rural, ao mesmo tempo em que passavam aos bancos comerciais, o poder de ampliar seus limites de aplicação, de estipular as normas e de escolher o destino para os empréstimos. Para o governo, os pequenos produtores não estariam aptos a competir, mas a auxiliar no crescimento capitalista (BILK, 2003, p. 33)

A modernização da agricultura, com a introdução da prática do uso de maquinários e defensivos agrícolas, reduziu, por um lado, a necessidade de mão-de-obra na produção e, de outro, levou os pequenos agricultores a se tornarem

financeiramente dependentes para produzir. Esta nova realidade foi extremamente favorável aos empreendimentos agroindustriais: por um lado, as tecnologias do campo proporcionaram redução do tempo necessário ao plantio, manutenção das plantas e colheita, e de outro, a redução da renda e a dependência financeira. A conjugação destes fatores levou os agricultores a adoção de atividades complementares para diversificar a produção e aumentar a renda. As indústrias do tabaco, da seda, do vinho, além dos frigoríficos (avícola, bovina, suína), são exemplos de empreendimentos capitalistas que passam a adotar o pequeno produtor rural como parceiro no fornecimento de matéria-prima:

Na época era plantio convencional, tinha muito ainda... a gente capinava no soja, né. Eu não mexia muito com herbicidas. Só com inseticida, na época. Ai depois veio a mecanização, o plantio direto, aí já começou mais trabalhar com herbicidas, fungicidas. Aí praticamente o trabalho braçal sumiu. (Informações prestadas por E6⁹ em entrevista).

P.: E tinha alguma coisa que vocês faziam antes do aviário e que agora vocês não fazem mais?

E7.: Antes a gente plantava e não tinha esse negócio de plantio direto, e pra limpar [retirar as ervas daninhas] era tudo na base da enxada. Então era bastante serviço. Que nem agora tá fácil. Tem os venenos, tudo... não dá tanto serviço.

P.: E por que vocês resolveram começar com a criação de frango? Qual foi o principal motivo?

E7.: O serviço era pouco, né. Pra ter um serviço a mais, uma renda a mais (Informações prestadas por E7 em entrevista).

Ainda no que concerne à ação do Estado para fomentar o desenvolvimento industrial, cabe mencionar o incentivo às exportações a partir da década de 1970, através do Decreto-lei 1.189 de 1971 (SCHNEIDER, 1999, p. 68). Enquanto a crise econômica trouxe queda ao consumo interno, os mecanismos de isenção de impostos a exportações permitiram ao setor industrial a ampliação da produção, agora com a possibilidade de atender a demanda de outros mercados consumidores. Para a avicultura industrial, os incentivos fiscais renderam neste período um dos maiores e mais importantes mercados: o Oriente Médio. É provável que a Sadia S.A. também tenha se beneficiado com os incentivos estatais à exportação, uma vez que passa a comercializar frangos para o Oriente Médio na

⁹ Na digitalização das entrevistas, optamos pela utilização das nomenclaturas E1, E2, E3 (etc.) para denominar os avicultores sem expor suas identidades, e P para nomear o pesquisador. Também optamos por manter a linguagem utilizada pelos depoentes, mesmo que desobedecendo à norma padrão da língua.

década de 1970, e este continua sendo, ainda hoje, um dos mercados compradores mais importantes para a empresa. Em 2003, 24% das exportações da empresa foram direcionadas para países da região, como Arábia Saudita e Emirados Árabes. Em 1998, este percentual chegou a ser de 47% (PARMIGIANI, 2004, p. 3).

O movimento de intensificação e ampliação da industrialização que ocorreu durante os anos 1970 em todos os setores produtivos (automobilístico, têxtil, bens duráveis) alcançou também, neste mesmo período, a agricultura. Este terreno tornou-se extremamente fértil para a avicultura industrial. A política de crédito subsidiado financiou tanto a instalação de frigoríficos e a comercialização para as agroindústrias, quanto a instalação de aviários e equipamentos aos fornecedores de matéria-prima (o produtor integrado), ainda que as vias e condições de acesso aos recursos tenham sido diferenciadas para grandes e pequenos proprietários (RIZZI, 1998, p. 3).

As agroindústrias assumiram, neste contexto, a função de beneficiar e comercializar em grande escala produtos que em geral continuaram sendo produzidos pelos pequenos proprietários rurais. Às agroindústrias, a relação foi desde sempre extremamente benéfica, por poder contar com a quantidade e qualidade de matéria-prima necessária, com amplo poder para determinar o preço a ser pago por elas. Ao pequeno produtor rural a produção em pequena escala torna-se cada vez mais inviável, deixando-o diante de poucas possibilidades. A venda da terra (configurando o movimento de concentração fundiária e êxodo rural) e a adaptação da propriedade a segmentos em que a mão-de-obra familiar é bem-vinda (parceria com agroindústrias) têm sido os caminhos mais freqüentemente tomados:

Pelo fato de eu ser um pequeno proprietário, e na época eu consegui comprar dois pedacinhos de terra... mas naquela época já estava se encaminhando, já dava pra se ter a visão de que quem era proprietário, era proprietário, quem não era, dificilmente ia ser, do jeito que a coisa tava indo. Então como eu tinha uma pequena propriedade eu tinha que diversificar a minha propriedade pra eu conseguir me manter e de repente manter a minha família na propriedade (Informações prestadas por E6 em entrevista, Apêndice IV, p. 48).

No Paraná, os mesmos mecanismos de apoio à avicultura podem ser identificados, tanto para o financiamento da produção (a título de exemplo, criação

da CODEPAR, mais tarde transformada em Badep¹⁰), como de órgãos de estudos e pesquisas para o desenvolvimento agrícola (fundação do IPARDES¹¹).

No início da década de 1960, através de um estudo realizado em convênio com a Aliança para o Progresso¹², chegou-se à conclusão que o Paraná reunia condições para a exploração avícola em termos industriais. Diante deste diagnóstico, o poder público estadual desenvolveu um projeto visando a implantação e o desenvolvimento de uma avicultura racional no Estado, que teve como prioridade selecionar os municípios que fariam parte do projeto piloto. Feito isso, foram selecionados entre 5 a 10 agricultores que aceitaram participar do experimento. Nesta fase, receberam em suas propriedades as instalações físicas (galinheiro com 10 metros quadrados), 100 pintinhos de um dia e rações suficientes para um período de criação. O programa fornecia ainda assistência técnica, vacinação e curso de treinamento para todos os agricultores (que agora se tornavam, pelo ao menos a título experimental, avicultores). Os que conseguiram melhores resultados foram encaminhados a agentes financeiros para dar continuidade e ampliar a criação.

Atingidos os objetivos, explica um técnico da Secretaria da Agricultura, o governo se retirou deixando à iniciativa privada [a]

¹⁰ A Codepar – Companhia de Desenvolvimento do Paraná, criada em 1962 e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) em 1968, possibilitou o aporte de recursos para a construção da infra-estrutura básica do Estado, reunindo os requisitos físicos e financeiros para o *boom* econômico da década seguinte. O braço financeiro da Codepar foi representado pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), formado por um adicional restituível de 2% da alíquota de 4,5% do Imposto sobre Vendas, Consignações e Transações, antecessor do ICMS, instituído com a reforma tributária de 1966. Nessas condições, o FDE funcionava como um autêntico orçamento paralelo de gastos e investimentos públicos (LOURENÇO, 1999, p. 5).

¹¹ IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, fundado em 1973, é órgão vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná. Está constituído por três centros, Centro de Pesquisa, Centro Estadual de Estatística e Centro de Treinamento para o Desenvolvimento. Essa estrutura tem por finalidade obtenção e sistematização de dados, treinamento dos servidores públicos, realização de estudos e pesquisas e a formulação de políticas estaduais de desenvolvimento sócio-econômico. É considerado instituto de referência no Estado para a iniciativa privada, órgãos de representação política e social, instituições de pesquisa e ensino (<http://www.ipardes.gov.br>).

¹² “No início da década de 1960, a América Latina tornou-se a primeira prioridade da agenda externa dos Estados Unidos que formulou e engendrou a criação da ‘Aliança para o Progresso’. Criada oficialmente no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta del Este, no Uruguai, no período de 5 a 17 de agosto de 1961, a ‘Aliança para o Progresso’ pretendia ajudar e acelerar o desenvolvimento econômico na América Latina. Na tentativa de garantir o estabelecimento de governos ‘plenamente democráticos’ foi produzida uma carta de intenções que propunha uma série de melhorias na distribuição de renda do continente latino-americano, reforma agrária e o desenvolvimento de planejamentos econômicos e sociais (...). Se oficialmente o objetivo dos EUA era promover o progresso econômico da América Latina através de uma aliança com todos os países do continente, oficiosamente e veladamente tratava-se do processo de enfrentamento do ‘perigo’ comunista no continente. Em 1959, tal ‘perigo’ havia se materializado na ‘Revolução Cubana’ que, por sua vez, constituiu grande entrave ao controle estadunidense sobre a América Latina” (PEREIRA, 2005, p. 01).

exploração da atividade. *“Depois disso, a avicultura, como todos os setores econômicos do país, passou pelo processo de concentração de capital engendrado pelo modelo de desenvolvimento em vigor e atingiu o estágio atual onde poucas empresas controlam o mercado”, conclui o técnico*” (COSTA, 1993, p. 105-106; grifos do autor).

Até 1969 a produção avícola e o abate no estado do Paraná ficaram concentrados próximos à região de maior consumo, Curitiba, principalmente. Depois, esta concentração foi se deslocando para o oeste e sudoeste (COSTA, 1993, p. 100; 132). Para efeitos deste estudo, merece menção a aquisição por parte da Sadia S.A. do Frigorífico Pioneiro, em Toledo-PR, oeste do estado, em meados de 1964. O abate e a industrialização de frangos foram iniciados nesta Unidade a partir de 1979. Na década de 1980, a agricultura de monopólio passa a ser identificada pelas classes econômicas e políticas que assumem o poder público como uma opção para o ajuste do balanço comercial do país:

A década de 80, principalmente em sua segunda metade [...] foi marcada de grandes vitórias dos defensores da “modernização” do campo [...] *“via valorização da agricultura empresarial, via consolidação do direito alienável da propriedade privada e via integralização crescente dos capitais financeiros, comercial, industrial e agrícola”*. [...] este foi também um período de vitórias também da UDR (União Democrática Ruralista) que conseguiu *“unir não somente distintas classes de produtores rurais e latifúndios, mas também segmentos mais modernos do capital urbano”*. Que obteve como resultado, o apoio de uma sociedade que abafou a reforma agrária, frente ao avanço do capital gerador da modernização agrícola e das idéias influenciáveis provenientes dos países desenvolvidos, que o autor [MARTINE, 1990, p. 3-4] classificou como *“conjugação de fatores extra-agrícolas”* (BILK, 2003, p. 33; grifos do autor).

No plano ideológico, o Estado brasileiro assume a defesa e o incentivo financeiro das grandes corporações agrícolas, sob o argumento de que, mais do que financiar grupos econômicos, estaria fazendo cumprir uma função social, pois é de interesse social o equilíbrio econômico, para o quê o superávit na balança comercial cumpre importante papel. Grigorovski (*et. al.*, 2001) revelam quão evidente se torna o apoio governamental ao setor avícola a partir da década de 1990:

[Na década de 1990] O BNDES desembolsou R\$ 940 milhões para o setor, ou seja, 29% do valor destinado à cadeia de carnes. Os financiamentos para a criação de aves representaram 42% desse valor, com os 58% restantes sendo destinados às atividades de abate.

A dinâmica da avicultura no período esteve diretamente relacionada ao aumento do consumo de frango verificado imediatamente após a implantação do Plano Real. No ano seguinte (1995), o consumo per capita

creceu 22%, passando de 19,2 kg/hab/ano para 23,4 kg/hab/ano. Os financiamentos do BNDES acompanharam essa tendência: o valor desembolsado, que até o final de 1994 foi de R\$ 163 milhões, cresceu exponencialmente, totalizando R\$ 777 milhões na segunda metade da década, ou seja, cinco vezes o verificado pré-Plano Real.

Os financiamentos foram utilizados para a implantação e a ampliação da capacidade de granjas e complexos avícolas voltados para a produção de animais para abate. Foram apoiados também investimentos para alojamento de matrizes para a produção de ovos para gerar pintos de um dia e investimentos em tecnologia, que visaram ao melhoramento genético das aves com o propósito de aumentar a produtividade do setor e contribuir para a diminuição do risco de doenças nos criatórios.

A construção de abatedouros e incubadoras e a aquisição de plantéis de matrizes adultas foram os itens mais freqüentemente financiados (GRIGOROVSKI *et. al.*, 2001, p. 169).

No Paraná, um marco importante do financiamento das atividades agrícolas por parte do Estado, foi a criação do Programa Panela Cheia (1991/94). O programa consistia no financiamento de produtos e equipamentos aos agricultores. O valor do financiamento era calculado no momento da tomada do empréstimo, pelo seu equivalente em sacas de milho e, no momento do resgate, o produtor poderia optar em pagar em dinheiro ou produto, aquele que tivesse a menor correção (AEN, 2003, p. 1). Dentre os 11 (onze) avicultores entrevistados durante a pesquisa de campo, 5 (cinco) tornaram-se avicultores por incentivo deste programa. O que este dado revela é que, por mais que este programa tenha sido benéfico aos pequenos produtores rurais que encontraram nele um incentivo para integrar-se à agroindústria, seus efeitos repercutiram muito favoravelmente à indústria de frangos, que pode contar com a adesão de um número maior de avicultores com o apoio financeiro do Estado. Os depoimentos abaixo revelam como o programa Panela Cheia foi decisivo no processo de integração dos avicultores:

E9.: Nós fomos procurar a empresa. Tinha aquele projeto do Panela Cheia, aí nós podia fazer financiamento, aí quando saiu o dinheiro nós construímos. A Sadia tinha as vagas, então a gente podia fazer aviário (Informações prestadas por E9 em entrevista).

P: E o senhor entrou com recurso próprio...

E14: Não, eu financiei pelo Panela Cheia, programa do Requião. Financiei 3 mil sacos de milho, pra fazer 50 metros de aviário (Informações prestadas por E14 em entrevista).

A intensificação da produção avançou consistentemente na década de 1990 pelas alterações conjunturais de cunho neoliberal. Além dos incentivos financeiros reportados pela citação acima, outras medidas que caracterizam a política neoliberal também cumpriram seu papel. Diferentes estudos (COSTA, 2005; CANAVER *et. al.*,

1998; FIGUEIREDO et. al. 2006; MENEGHELLO et. al., 1999) apontam a abertura comercial e a reestruturação produtiva como elementos que deram propulsão à avicultura nacional. Estes estudos compreendem a reestruturação produtiva como o fator que possibilitou o aumento da produção do setor, e a abertura comercial como o elemento que possibilitou a participação do produto nacional no mercado externo, sem que as conseqüências destas transformações para os trabalhadores fosse tomada como preocupação por parte do poder público. A reestruturação produtiva foi um processo incentivado pelo Estado brasileiro que contou, ao mesmo tempo, com a incorporação de tecnologia ao processo produtivo (flexibilização produtiva) e flexibilização das relações de trabalho¹³.

A abertura comercial foi uma medida adotada pelos governos neoliberais – nos países de capitalismo central, a partir da década de 1970; nos países periféricos a partir de 1980, e no Brasil mais tardiamente, a partir da década de 1990 – que resultou na quebra de barreiras aduaneiras, objetivando a internacionalização da economia. Do ponto de vista ideológico, esta medida foi propalada pela possibilidade de que as leis do mercado, através da livre concorrência, possibilitariam a comercialização de produtos das empresas que se mostrassem mais competitivas, ou, em outras palavras, que o consumidor poderia comprar de quem ofertasse o produto pelo menor preço, isso num cenário internacional. Tal medida obrigaria o setor produtivo nacional baixar os preços, ou perderiam mercado para empresas internacionais mais competitivas. Para as empresas nacionais, a vantagem estaria resguardada na possibilidade de concorrência em mercados internacionais pela mesma regra. Mas o que ocorreu de fato foi um processo de consolidação de monopólios na maioria dos setores. Pequenas empresas sem condições de competir quebraram, foram compradas ou fundidas a grupos maiores. A monopolização de setores da economia não só inibiu a concorrência, como também deu a grupos limitados a oportunidade de determinar os preços dos produtos e as relações com os compradores e fornecedores (incluindo aqui os pequenos avicultores).

A abertura comercial não proporcionou a concorrência entre empresas de países periféricos com empresas de países do capitalismo central (BOITO, 1999, p.

¹³ Dentre as medidas que durante a década de 1990 tiveram por objetivo flexibilizar as relações de trabalho podem ser apontadas: Contrato por tempo determinado (lei 9601/98); Contrato por jornada parcial (MP 1709/98); Trabalho temporário (Portaria 2, 29/06/96); Terceirização (Portaria MTE de 1995 e Enunciado 331 do TST); Banco de horas (Lei 9061/1998 e MP 1709/98).

31). Se, no Brasil, as barreiras aduaneiras foram quebradas para livre acesso de produtos produzidos em outros países, sobretudo os de capitalismo central, esse movimento não ocorreu de forma recíproca. Na avicultura, por exemplo, o produto brasileiro não circula livremente no mercado americano, resguardado por medidas protecionistas às agroindústrias daquele país, o que não significa que a avicultura brasileira não tenha se beneficiado da abertura comercial, apenas que não encontrou abertas as portas de um mercado específico, exatamente aquele que está a sua frente em volume de produção.

Se a abertura comercial trouxe perdas para a maioria dos setores da economia nacional, a avicultura, que já nasceu na condição de oligopólio, se beneficiou, e teve suas exportações multiplicadas a partir da década de 1990. A indústria avícola é um típico exemplo de setor econômico que se desenvolveu fortemente em país periférico e encontrou nichos de mercado na divisão internacional do trabalho, caracterizando o que Schneider (1999, p. 63, citando LIPIETZ, 1988¹⁴) chama de fordismo periférico. Atualmente, no Brasil, cerca de 70% da produção serve ao mercado interno, e aproximadamente 30% da produção são destinados à exportação (UBA, 2007, p. 4).

A avicultura nacional se projetou internacionalmente, teve sua produção ampliada, bem como sua lucratividade. Mas este crescimento não livrou a indústria da dependência tecnológica:

[...] no padrão de incorporação de tecnologia, em termos de genética não ocorreu nenhuma alteração em relação ao esquema vigente nos anos 70, enquanto a área de processamento apresentou um ritmo mais lento do que ocorreu nos países desenvolvidos. No primeiro caso, o modelo de importação de tecnologia e a dependência total persistem; no segundo (de processamento), algumas empresas líderes introduzem máquinas e equipamentos automáticos e/ou mesclam operações manuais e automatizadas em suas plantas. O nível tecnológico do processo produtivo se aproxima do nível internacional, mas verifica-se um retardo devido principalmente à existência de recursos naturais abundantes e uma força de trabalho mal remunerada, que tendem a compensar redução de custos associada à incorporação de novas tecnologias (RIZZI, 1998, p. 29).

Portanto, o setor avícola seguiu o modelo da modernização conservadora¹⁵,

¹⁴ LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**. Rio de Janeiro: Nobel, 1988.

¹⁵ A noção a que nos referimos diz respeito à modernização que se dá a partir das necessidades das próprias elites dominantes de se adaptarem às novas e crescentes exigências do sistema produtivo, sem, entretanto, romper com a dependência tecnológica dos países de capitalismo central. Assim, o sistema produtivo atende aos interesses da burguesia interna, pois as estruturas produtivas são

caracterizado pela dependência tecnológica tanto no que se refere ao maquinário – que compõe os parques de abatedouros e os aviários – como de aperfeiçoamento genético. Não por acaso, o país de origem da tecnologia são os Estados Unidos, líder mundial na produção aviária. De acordo com Rizzi (1998, p. 10-11), apesar de o Brasil ter apresentado avanços no setor, a sua total dependência de tecnologia importada é preocupante, sobretudo porque não se manifesta nenhum movimento no sentido de reversão deste fator. O setor privado, mais preocupado com o retorno econômico imediato, não demonstra o menor interesse em investir em pesquisa, porque estas implicam investimento de alto risco e retornos incertos e em longo prazo. Esta constatação segue a tendência de modernização que predominou durante todo o processo de modernização do parque tecnológico brasileiro, do setor industrial às agroindústrias.

No que tange às mudanças das relações trabalhistas, uma das manifestações da política neoliberal, é interessante observar que a flexibilização das relações de trabalho no setor avícola foi legitimada e aprimorada, visto sua existência pretérita no setor. Desde que a avicultura assume importância econômica, a partir dos anos 1970, uma parte substancial do processo – a produção dos frangos – já ocorria na forma de trabalho terceirizado, modalidade que recebe diferentes nomenclaturas: parceria, integração vertical ou fomento agropecuário. A parte industrial e urbana da produção – beneficiamento e industrialização dos produtos – contou, desde os seus primórdios, com mão-de-obra pouco qualificada e mal remunerada. A nova legislação trabalhista não promoveu substantivas alterações, mas legitimou e aperfeiçoou práticas que já eram vigentes e comuns nas relações contratuais de trabalho nos frigoríficos de abate: contrato por tempo determinado (ou por período de experiência, como é comumente denominado); demissão sem aviso prévio; demissão de trabalhadores afastados por doença; entre outros. No que refere à relação contratual que a Sadia S.A. mantém com seus avicultores, observa-se a desigualdade jurídica e econômica em que as cláusulas são assentadas, pois o contrato prevê inúmeras obrigações aos avicultores, ao mesmo tempo em que prevê amplo controle por parte da empresa integradora sobre a sua propriedade e seu trabalho. Estas dimensões da relação contratual de integração são exploradas com maior intensidade no item “2.1 O processo de Integração” do Capítulo II.

capazes de produzir lucro, mas atende também aos interesses da burguesia internacional, que por meio do domínio tecnológico, são capazes de limitar o avanço da produção dos países periféricos.

Na próxima seção buscaremos aprofundar a temática da reestruturação produtiva, que se fez sentir em quase todos os âmbitos da produção nacional a partir dos anos 1990, e entender como estas mudanças do processo produtivo alcançaram os avicultores.

1.2 A REESTRUTURAÇÃO DA PRODUÇÃO NO SETOR AVÍCOLA

Partimos do entendimento de que a reestruturação produtiva e os processos de flexibilização do trabalho atingem, atualmente, todas as esferas de produção, tanto urbanas como rurais. Enquanto as indústrias concentram suas produções em atividades centrais, terceirizando serviços e atividades secundárias a empresas menores ou a empresas de trabalhadores organizados em subcontratos, a agricultura sofreu a inviabilização da produção em pequena escala. Ao mesmo tempo, a propriedade da terra sofreu novo processo de concentração fundiária. No plano ideológico, o agronegócio é propagandeado como única alternativa possível de sobrevivência e manutenção da agricultura em tempos de modernização tecnológica.

No tocante ao Brasil, e em particular na região oeste do Paraná, quando estas transformações começam a ser encenadas no campo, com introdução de tecnologia atualizada acompanhada da defesa do agronegócio como sobrevivência da agricultura em tempos de globalização, a produção da Sadia S.A. já seguia os moldes da flexibilização. A Sadia S.A. é pioneira no sistema de parceria entre indústria e produtor rural, modelo que foi denominado, a princípio, de integração vertical. Criada em 1951, que mais tarde veio a se chamar Fomento Agropecuário, a idéia de parceria consiste no fornecimento, por parte da agroindústria, da ração, assistência técnica e aves de um dia; o produtor rural, por sua vez, devolve o animal em ponto de abate. Esta forma de produzir veio mais tarde tornar-se padrão de produção no país (PARMIGIANE, 2004, p. 1).

O objetivo desta fase do texto é compreender em que medida, por meio da reestruturação produtiva, a produção do setor sofreu alterações; e se a atualização tecnológica orienta as exigências das agroindústrias sobre os avicultores: constante compra de equipamentos, aumento dos índices de produtividade e dos padrões de incorporação tecnológica.

O setor avícola passou por dois momentos em que os processos de produção sofreram mudanças significativas: o primeiro em 1970, quando o setor se expandiu e foram introduzidas novas tecnologias; e o segundo, a partir de 1990, quando a reestruturação do setor produtivo aconteceu seguindo a lógica da globalização e com participação do Estado neoliberal.

Na década de 1970, a indústria agroalimentar se modernizou, graças a uma política agrícola fortemente vinculada à liquidez financeira internacional, e de crédito subsidiado, destinada à instalação de frigoríficos e incentivo à comercialização. Se antes a avicultura inexistia em termos de processamento industrial, passou, a partir deste período, a constituir o principal segmento da indústria de carnes, com a implantação de grandes empresas oligopolizadas e integradoras, que passaram a integrar verticalmente a produção das atividades, por meio contratos junto aos pequenos proprietários rurais – que passam a dedicar-se, além da agricultura, à avicultura (RIZZI, 1998, p. 4).

Também a partir da década de 1970 o setor agroindustrial investiu maciçamente no apelo social, no sentido da defesa da expansão deste setor, com objetivos ideológicos bem definidos:

Foi um período que, do lado social, crescia a credibilidade dos consumidores aos produtos elaborados, provenientes dos grandes complexos agroindustriais, sendo muito semelhantes aos consumidos pelos norte-americanos e europeus, em detrimento dos produtos “não elaborados” dos pequenos agricultores brasileiros. Deste modo, também a sociedade contribuiu à [sic] ampliar o contato entre a pequena produção com a indústria de transformação de alimentos. Aliado ao crescimento urbano e industrial, crescia também o critério significativo da propaganda maciça em cima dos produtos e das melhores condições de vida nas cidades, apoiado por uma sociedade consumidora que mesmo diante das dificuldades financeiras que [seus membros] presenciavam, apoiavam as alterações nas estruturas agrícolas (BILK, 2003, p. 31).

A mudança do padrão de vida dos brasileiros é apontada por Rizzi (1998, p. 3) como outro fator que deu impulsão ao desenvolvimento do setor avícola:

[...] o crescimento urbano nos anos 70, em função do forte processo de migração rural-urbano e da incorporação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, ampliou as bases de desenvolvimento da indústria de bens de consumo não duráveis em geral e, dentro dela, da indústria de carne de frango.

A incorporação de novas tecnologias não contou somente com a instalação de modernos equipamentos na indústria de abate e nas unidades integradas

(aviários dos avicultores). Contou também com mudanças genéticas e desenvolvimento de alimentação especial, de modo que as aves passaram a se desenvolver mais rápido (atingindo o tamanho de abate em menos tempo), como também para vincular o produto às exigências do mercado (mais peito, mais coxa, ou tipo de peito diferente, etc.) (RIZZI, 1998, p. 10).

Portanto, os fatores que marcam o impulso ao setor avícola a partir dos anos 1970, que contou e continua contando com a decisiva atuação do Estado brasileiro, podem ser sinteticamente assim assinalados: fortes investimentos de caráter financeiro; desenvolvimento tecnológico, tanto no que refere a máquinas e equipamentos quanto a alterações genéticas e alimentação das aves; construção de um senso ideológico favorável à recepção por parte da população dos produtos agroindustriais geneticamente modificados; e mudança no padrão de vida da população. O conjunto destes fatores fez da carne de frango industrial e seus derivados produtos receptivos no mercado de consumo interno.

Nos anos 1980 o setor passou por novas mudanças qualitativas, assentadas, entre outros, na mudança do processo produtivo de caráter tecnológico. A tecnologia ao nível de abate de aves sofreu aceleração, com maior grau de automatização e introdução de novos tipos de máquinas e equipamentos. O abate do frango deixa de ser necessariamente a linha final no processo de beneficiamento do produto, com a criação de novos cortes e produtos derivados. Entre os derivados, podem ser citados: os industrializados imulsionados (salsichas, mortadelas, fiambres, apresetados), os industrializados reestruturados (hambúrguer, *nuggets*, almôndegas, lingüiças), os empanados e os pré-cozidos.

Residem, nestas alterações, elementos do chamado regime de produção flexível¹⁶, pois ocorre a passagem da produção de alimentos homogêneos para alimentos de características variadas, produzidos com base na mesma matéria-prima – carne de frango – e numa mesma base produtiva.

A partir da década de 1990, o processo que se verifica no que tange às

¹⁶ Entendemos o regime de produção flexível como o modo como as mercadorias são produzidas no regime de acumulação flexível. Segundo Harvey (1992, p. 117-118), de 1945 a 1973 o capital teve como base um conjunto de práticas de controle de trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico rígidos, regime de acumulação conhecido por fordista-keynesiano. O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, fluidez e incerteza. Os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e do período de expansão do pós-guerra são indicativos da passagem do fordismo para o que o autor chama de regime de acumulação “flexível”, caracterizado por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, mobilidade geográfica e rápidas mudanças nas práticas de consumo.

mudanças do padrão tecnológico e aprimoramento da produção flexível do setor acontece tanto pelo aumento da produção, com redução de mão-de-obra na indústria beneficiadora da matéria-prima, como no aumento da produtividade via automatização das atividades entre os avicultores – os produtores desta matéria-prima.

Como ilustração da intensidade com que o processo industrial procurou aumentar sua produção nos anos 90, Rizzi (1998, p. 15) aponta:

Supondo [...] a existência de proporcionalidade entre a necessidade de força de trabalho e a capacidade de produção, uma planta anual com capacidade de 15.000 aves/hora e com operações manuais requer-se uma quantidade de 320 trabalhadores no conjunto das etapas, numa mecanizada e supondo somente a automatização da evisceração a necessidade seria de 140 trabalhadores; enquanto na operação manual a produtividade seria de 46,9 frango/hora por trabalhador, na mecanizada seria de 107,1, ou seja, quase o dobro da produtividade.

Para o avicultor, tais mudanças na implementação de tecnologias também passam a ocorrer mais rapidamente desde a década de 1990. A receptividade dos avicultores quanto às rápidas mudanças tecnológicas podem ser analisadas à luz do seguinte depoimento:

E3.: [...] é bom. Só que as mudanças são muito rápidas. Então você compra um equipamento novo, instalou ele, daqui uns dia ele já tá quase ultrapassado. Então as mudanças da avicultura, a avicultura... quando começou em Toledo, até perto do ano 2000 aí, em 98, 99 ela ficou muito parado. O pessoal fez os barracão e assim ficou. Daí quando entrou a modernização, a tecnologia ela correu tão ligeiro que as mudanças são praticamente... compra uns negócio aí, daqui uns dia tu vai no Show Rural¹⁷, lá em Cascavel tu olha: “puxa vida! Eu comprei esse negócio há uns dois meses atrás, e agora tem tudo coisa nova aqui” (Informações prestadas por E3 em entrevista).

A rapidez com que a empresa foi exigindo tais alterações pode ser assim ilustrada, na mesma entrevista:

E3.: [...] comedouro, comprei, troquei. Aquecimento, trocado duas vezes, três vezes. Bebedor... duas vezes...

17 O Show Rural é um evento anual promovido pela Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, que acontece desde 1995. A exposição é definida como uma “uma vitrine tecnológica que facilita o acesso de produtores rurais a equipamentos e técnicas que auxiliam a produzir mais e melhor, mesmo com severas adversidades [...]”. Em 2009, entre os dias 09 e 13 de fevereiro, aconteceu a 21ª edição do evento. Em 2008, o Show Rural contou com 320 expositores, que tiveram seus produtos expostos a um público de 180.729 pessoas. <<http://www.showrural.com.br/evento/index_his.html>>

P.: Isso em 15 anos?

E3.: Bebedor duas vezes, comedor 3 vezes, aquecimento 3 vezes, ventilação 3 vezes, tela uma vez. Então praticamente do que eu comecei, tem os postes e o telhado. O resto tive que modificar tudo. Não que isso, eu tinha que fazer tudo isso, mas é que eu tentava [...] sempre aperfeiçoar, sempre ver, acompanhar as tecnologias pra não adaptar tudo numa vez. E se modernizando normalmente teu resultado é melhor, se tu pega equipamento novo o resultado é melhor. E o pessoal que ficou com equipamento antigo, ou ventilação antiga, o aquecimento... hoje ele já não consegue mais acompanhar. O custo é muito alto [...] (Informações prestadas por E3 em entrevista).

No entanto, cabe lembrar que a compra dos equipamentos é feita pelos avicultores, com recursos providenciados por eles próprios. A agroindústria consegue, desta forma, fazer aumentar a produção sem que isso signifique ampliar significativamente o número de avicultores parceiros e, o que é mais expressivo, sem que o aprimoramento da produção da matéria-prima represente aumento de custos para as empresas. Os avicultores que não acompanham as inovações tecnológicas e não atendem aos níveis de produção exigidos pelas agroindústrias acabam sofrendo a exclusão do processo produtivo:

P.: É muito caro comprar as máquinas?

E3.: Exato. Que realmente o equipamento é muito caro. Então hoje tem muita gente que tá parando, tem barracão antigo que o cara pára. Que a renda não dá mais, daí pára. E tem outros começando também. Então às vezes é que nem Fórmula 1: você correndo já tá ruim; agora, se você andar devagar, já é péssimo. Agora, se você parou, tá fora. Então é competição. Tu tem que estar pelo menos igual o outro. (Informações prestadas por E3, Apêndice II, p. 29).

O aumento do nível tecnológico a que os produtores se submetem não acompanha, na mesma proporção, os rendimentos da atividade. Isso é problematizado pelos avicultores:

E2.: E o problema é que o frango não acompanha o como sobe os equipamentos. Não acompanha. Isso é que é o nosso grande problema hoje. A empresa exige, o preço do equipamento tá lá em cima, e frango tá ali [fazendo gesto com a mão indicando o chão] (Informações prestadas por E2 em entrevista).

O aumento das exigências tecnológicas da indústria tornou-se mais nítido a partir do final da década de 1990. Quando os avicultores realizam o exercício de comparar os equipamentos necessários quando iniciaram a atividade com os utilizados atualmente, eles relatam que apesar dos recursos tecnológicos incipientes,

o que tornava a atividade mais trabalhosa, do ponto de vista da rentabilidade os retornos eram maiores, pois atualmente a troca de equipamentos lhes consome boa parte da renda:

E3.: E na época quando eu comecei na avicultura, em 1993, era muito mais barato produzir frango. O custo era mínimo. Energia elétrica a gente tinha um sistema de ventilação natural, a natureza é que ventilava. Hoje a ventilação é toda com exaustor. A maravalha¹⁸ era o custo mínimo. O gás era subsidiado, era barato. Então na época você gastava talvez 10 ou 20% do lote era custo. Hoje ele chega em 40, 50%. E isso quando o lote sai bem. Quando sai mal, chega a 90% do custo de produção. Então, cada ano tá complicando mais, tem que produzir bem, reduzir custo, pra se manter, senão... praticamente tá fora (Informações prestadas por E3 em entrevista).

E9.: Há 3 anos atrás a gente tirava em média 6, 8, 10 mil o lote. Hoje a gente tá tirando isso também. Só que 6 mil era dinheiro. Agora 6 mil não é mais dinheiro. E a despesa aumentou muito. A maravalha subiu muito [...], a energia, mais motores, então o consumo aumenta muito.

E10: Vai diminuindo a renda porque aumenta o gasto que você tem. (Informações prestadas por E9 e E10 em entrevista).

Pelos depoimentos acima, podemos considerar que a renda dos avicultores sofre paulatina redução em função do aumento dos gastos de produção. Nesta constatação reside o fato de que a reestruturação produtiva na fase rural do processo é cobrada pela indústria e custeada pelos avicultores. A incorporação de novas tecnologias promove o aumento da produção. No caso da avicultura, uma das mais importantes unidades utilizadas para medir o aumento da produtividade é a conversão alimentar, que se traduz na capacidade do produto (frango) ganhar peso utilizando-se a menor quantidade possível de ração. A ração representa cerca de 70% dos custos de produção para a indústria, e como é a indústria que fornece a ração juntamente com os outros componentes do fomento (assistência técnica, aves de um dia, etc.), é de interesse dela que este consumo seja reduzido. Os avicultores entrevistados revelaram, na pesquisa, que no início dos anos 1990 uma boa conversão alimentar girava em torno da proporção 2,3/1 (dois vírgula três por um), ou seja, eram necessários 2 quilogramas e trezentas gramas de ração para formar um quilograma de carne de frango. Atualmente, já existem avicultores realizando conversão de 1,3/1 (um vírgula três por um), ou seja, conseguem converter 1

¹⁸ Raspas de madeira, utilizadas para cobertura do piso do aviário. É o material preferido para desempenho desta função, por ser absorvente, macio, resistente à compactação e apresentar baixa condutividade térmica, o que permite o bom isolamento do piso.

quilograma e 300 gramas de ração em um quilograma de carne. Este aumento da capacidade produtiva consiste, certamente, em um importante elemento da reestruturação produtiva do setor avícola.

E16.: Antes você fazia uma conversão de 2.3 kg de ração pra 1 de frango já tava bom.

P.: E hoje se fizer isso o que é que dá?

E16.: Não dá nada.

P.: E hoje?

E16.: Pra dar lote bom mesmo, 1.400 e pouco, 1.300 (Informações prestadas por E16 em entrevista).

P.: E mudou do início de quando vocês começaram pra cá... essa conversão?

E9.: 2 quilos de ração pra um de frango.

P.: 2 por 1 era bom já?

[...]

E10.: E hoje tá bem mais complicado a conversão (Informações prestadas por E9 e E10 em entrevista).

Os fragmentos acima revelam a realidade dos produtores em dois momentos distintos: E16 ingressou na avicultura em 1991, E9 e E10 ingressaram em 1993. As exigências de produtividade mudaram consideravelmente neste período, pois de conversão de 2,3/1 (dois vírgula três por um) em 1991 passou de 2/1 (dois por um) em 1993. Mas a mudança maior é sentida quando se compara os níveis de produtividade de 1991 com os atuais, pois na passagem da conversão de 2,3/1 (dois vírgula três por um) para 1,3/1 (um vírgula três por um), aconteceu a redução de 1 (um) quilograma na quantidade de ração necessária pra produzir 1 (um) quilograma de carne. Essa redução da conversão é alcançada pela indústria avícola a partir da conjugação de alguns fatores principais: melhoria da genética do frango e da ração (iniciativa das indústrias) e melhoria das condições climáticas na fase de criação (exigências que a indústria impõe aos avicultores):

E5.: Então quanto mais pra frente, eles vão melhorando a genética do frango, conseqüentemente eles [a empresa] querem o quê? Que nós gastemos menos ração pra produzir mais carne. O principal objetivo que nós temos que atingir é o clima perfeito. Se tem um clima perfeito é 80% do frango. Aí o resto, vem: uma assistência técnica na hora que tu precisa, quando adocece o frango; e uma ração de boa qualidade (Informações prestadas por E5 em entrevista).

Existe ainda outro fator que não aparece de forma explícita, mas que é responsável em grande medida pelo aumento da produtividade: na medida em que

alguns avicultores passam a conquistar melhores resultados, estes índices são estabelecidos como metas para que os demais avicultores também venham a atingir:

E9.: Isso são os próprios avicultores que vão baixando a conversão. Que um vai melhorando, o outro tem que ir melhorando também, senão não dá dinheiro. Daí um melhora, outro também. E isso vai baixando (Informações prestadas por E9 e E10 em entrevista, Apêndice IV, p. 91).

A Sadia S.A. classifica os avicultores conforme os índices de produção, em cabeça, médio e cola. O grupo cabeça é composto por 25% dos avicultores que apresentam melhor produtividade; os que compõem o grupo cola por 25% dos avicultores que apresentam pior renda, e os que compõem o grupo média, os 50% que não alcançam a produtividade do primeiro grupo, mas produzem melhor que os do segundo grupo (FREITAS, 2002, p. 106). Nessa lógica, os avicultores, mais do que sofrer as imposições feitas pela empresa, também competem entre si para conquistar os melhores resultados, pois por melhor que seja o resultado de sua produção, se a produção dos outros for melhor, sua classificação é rebaixada.

Esta disputa é incentivada pela empresa, por meio da classificação nos grupos mencionados, como também pela premiação dos melhores resultados com bonificações pagas em dinheiro:

E9.: Porque se [o técnico] vem e pega tudo bonitinho ganha pontuação. Até hoje nunca aconteceu de ele vir e chegar e pegar a gente fazendo coisa errada. Cada lote tem uma pontuação. Se atingir todos os pontos, ganha uma premiação em dinheiro, 10% [sobre o valor do lote]. E no decorrer do ano também. Daí no final do ano tem a classificação geral. Do primeiro até não sei quantos, e com premiação em dinheiro também. Daí faz uma confraternização e é feita a premiação. Daí só os que fizeram pontuação alta é que são convidados nessa confraternização. A gente vai acumulando pontuação e no final do ano, recebe o prêmio em dinheiro.

P.: E essa premiação em dinheiro, só pra ter uma idéia, dá quanto?

E9.: Nós ficamos em 6º lugar e tiramos 1.150 reais. Mas fizemos um ano bom. Teve lote que chegamos a tirar 12 mil reais. Mas em média é 8 mil (Informações prestadas por E9 em entrevista).

Reside, neste fator, um elemento da ideologia que acompanhou todo o processo de reestruturação produtiva, em função de uma de suas maiores conseqüências – os altos índices de desemprego – e que têm nas noções de empreendedorismo e empregabilidade seus principais apelos. Consiste na indicação de que a responsabilidade pela inserção produtiva dos sujeitos deve ser atribuída a eles próprios. Esta noção, adaptada à realidade dos avicultores, já foi explorada em

um estudo científico, onde o autor pesquisou “As Competências Distintivas dos Produtores Integrados de Aves no Vale do Taquari”, e depois de realizar pesquisa de campo, assim concluiu suas investigações:

A pesquisa mostrou que não existe um padrão rígido seguido pelos [avicultores] que apresentam alta performance. No entanto, quem se dedica à atividade com afinco, acompanhando as tendências tecnológicas, não possui uma profissão concorrente, toma as providências de sua responsabilidade, conhece e gosta do que faz, cuida do ambiente de produção e renova os equipamentos, tem um perfil mais adequado para ser um produtor de aves com maior sucesso. [...] As colocações acima nos conduzem a raciocinar que cada produtor tem que descobrir o que é mais importante na condução do processo de produção de frangos, e além disso, deve conhecer sua capacidade de instalações e equipamentos (SHEID, 2001, p.83).

Os avicultores manifestam-se conformados em ser responsabilizados individualmente pelos resultados alcançados, situação que aparece aliada a sua história de vida, pois, para estes sujeitos, o avicultor é um agricultor que se dedica à avicultura. Todos os avicultores são também, ou foram antes, agricultores. Na agricultura, o pequeno proprietário é responsável pela sua atividade: plantio, colheita, etc.. e essa noção o sujeito leva consigo quando passa a integrar a nova atividade:

E7.: Ela [a empresa] traz os pintinhos, traz a ração, e nós temos que cuidar. Agora se nos não caprichar... ou não cuidar... vai o custo... se a renda de um lote caprichado dá bem, se não capricha, então não dá bem. Você vai tirar a renda mínima, talvez.

P.: Então é mais interesse do avicultor?

E7.: É mais o capricho, né. Quanto mais tu caprichar, mais tu tira no frango (Informações prestadas por E7 em entrevista).

Ocorre, entretanto, que em outros momentos os avicultores relatam situações que mostram sua identificação com a classe trabalhadora, sobretudo no que diz respeito ao fato de terem que seguir as regras de produção impostas pela empresa:

E3.: Bom, antes da parceria a gente tinha lavoura e o gado de leite, né. Então a gente era mais... autônomo. Não tinha patrão. Hoje na verdade a gente tem um patrão. E, eu plantava a minha lavoura, chovia, eu ia no rio pescar, eu ia no vizinho jogar uma canastra, hoje, nós somos empregados, que nem eu já falei antes, 24 horas, né (Informações prestadas por E3 em entrevista, Apêndice II, p. 24).

Essa dicotomia na auto-identificação desses sujeitos nos levou a uma série de questionamentos, dentre os quais o que mais se fez presente era se os avicultores deveriam ser compreendidos, teórica e empiricamente, como trabalhadores ou se como pequenos proprietários. Na próxima seção encontram-se reunidos alguns dos argumentos que compõem esse debate, e sobre os quais apresentamos algumas considerações.

1.3 AVICULTORES: Uma categoria *Sui Generis*¹⁹

O objeto deste texto consistia, inicialmente, em discutir a possibilidade dos avicultores serem caracterizados a partir de duas formulações: a) a de que eles são pequenos proprietários, e estabelecem, com a agroindústria, uma relação entre capitalistas (capital de pequeno porte com capital de grande porte), onde sua atividade (produção de frangos) é subjugada ao grande capital, num movimento próprio do sistema capitalista; e b) apesar dos avicultores possuírem seus meios de produção, na relação a que são submetidos junto à agroindústria, assumem o papel de trabalhadores.

A busca por tentar compreender os avicultores a partir de uma destas duas categorias de análise, tendo como base teórica os estudos dedicados à questão agrária resultou infrutífera, pois as obras²⁰ pesquisadas não se propõem em resolver se os parceiros de agroindústrias são trabalhadores ou pequenos proprietários. A apropriação empírica das características que movem a atividade dos avicultores e a consideração da sua auto-identificação, ao serem exploradas a partir das duas principais possibilidades apresentadas acima, nos levou ao entendimento de que: a)

¹⁹ Utilizamos o termo *sui generis* para nos referirmos a estes sujeitos por acreditarmos que ele é o que melhor traduz a atipicidade e especificidade dos avicultores como categoria de análise. Literalmente, *sui generis* significa "de seu próprio gênero", ou seja, "único em seu gênero". O termo é utilizado como adjetivo para indicar que algo é único, peculiar. A expressão começou a ser usada para coisas especiais, singulares, a partir do século XVIII, principalmente em textos científicos, para qualificar substâncias, enfermidades e até mesmo rochas que não se enquadravam nos grupos conhecidos ou que pareciam ser os únicos representantes de sua classe ou gênero. Pouco a pouco, *sui generis* ultrapassou os limites da ciência classificatória e passou a ser usado para qualquer coisa invulgar, fora do comum (MORENO, 2009).

²⁰ KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968; LIMA, Ronaldo Guedes de. **O Desenvolvimento agrário no debate científico**: Uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 13, no. 24, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art7.pdf>>. Acesso em 31/07/2008; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986; ARCHETTI, Eduardo P. **Presentación**. In: CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

Os avicultores, ao cumprirem a função de fornecer a matéria-prima frango vivo para a agroindústria, devem, para tanto, deter seus meios de produção: terra, equipamentos, maquinários, etc., e estas são, inclusive, exigências impostas pelas agroindústrias aos que desejam se tornar seus parceiros; b) Por outro lado, o trabalho que realizam (a produção de matéria-prima para a indústria) não se diferencia do trabalho terceirizado assumido, por exemplo, pelos costureiros que trabalham por facção, onde o trabalhador é proprietário dos meios de produção, mas sua atividade inexistente, a não ser na relação com a indústria.

A partir do estudo teórico e das considerações empíricas que puderam ser apurados durante esta pesquisa, a constatação da qual nos apropriamos é a de que os avicultores constituem uma, dentre tantas novas categorias e formações sociais que surgem com as novas configurações que o capitalismo recente assume.

A dificuldade em determinar a que classe pertencem os avicultores – se à proprietária ou se à classe trabalhadora – reside no fato primário de que são produtores rurais. Não é objetivo deste texto apresentar a discussão que se trava em torno da existência ou não do camponês brasileiro (ou seja, se é ou não necessário caracterizar o camponês como o sujeito histórico que vivenciou a passagem do modo de produção feudal para o capitalista). Neste momento, apresentaremos, de forma bastante breve, conceitos que tratam da especificidade da produção agrícola dentro do modo de produção capitalista, tendo por objetivo a aproximação conceitual e teórica dos sujeitos que atuam como produtores de um dos principais setores da economia nacional – a avicultura.

A produção avícola no Brasil ocorre sob a predominância da parceria que se estabelece entre produtores rurais (avicultores) e as agroindústrias. A idéia de parceria consiste no fornecimento, por parte da agroindústria da ração, assistência técnica e aves de um dia ao produtor rural, que, por sua vez, devolve o animal em ponto de abate. Para que o avicultor possa desempenhar essa atividade, ele viabiliza as instalações necessárias: construção de galpões, aquisição de equipamentos e dos demais instrumentos e utensílios de trabalho. Quando a ave encontra-se em ponto de abate, o avicultor a devolve à indústria, que realiza o abate e o beneficiamento. A ave é transformada, na indústria, em produto de consumo. Portanto, a produção avícola se organiza em duas fases distintas e específicas: uma rural (sob responsabilidade dos avicultores) e outra urbana (industrial).

O contrato que une os avicultores às agroindústrias se estabelece sobre cláusulas que aproximam a relação destes dois sujeitos à de terceirização, muito comum nas atividades industriais urbanas, o que também os aproxima da condição de trabalhadores: os avicultores criam valor, pois recebem a ave de um dia valendo cerca de R\$ 0,70 a unidade e a entregam valendo R\$ 1,70 o quilograma²¹ (as aves são entregues pesando entre 1,3 e 3,2 quilogramas). Produzem mais-valia, pois recebem somente a ínfima parte do valor que produzem (entre 7 e 10% do custo de produção para a indústria é o pagamento dos avicultores). A jornada de trabalho a que são submetidos é extensa, ainda que de difícil mensuração. A forma como os avicultores são integrados à indústria em muito se parece com qualquer processo de seleção que qualquer empresa realiza para contratar seus empregados. Quanto maior a apropriação da indústria sobre o trabalho do avicultor, mais ele perde a sua capacidade de reprodução da vida material, pois a remuneração é constantemente reduzida conforme aumenta sua capacidade de produção, o que foi identificado na pesquisa empírica²². Por mais que sejam proprietários de suas ferramentas de trabalho (instalações, equipamentos, ferramentas), estas podem não ser identificadas necessariamente como capital, porque a atividade (e a própria razão de ser destes equipamentos) inexistem, a não ser no vínculo com a agroindústria. A força de trabalho utilizada na produção é, na maior parte dos casos, familiar, ou seja, os avicultores não acumulam riqueza sobre a mais-valia alheia.

O fato de que são proprietários da terra e dos meios de produção com os quais produzem, de não depender de forma exclusiva do vínculo com a indústria para sobreviver, e de poder escolher se vão ou não se tornar parceiros de alguma agroindústria, são elementos que fazem destes sujeitos pequenos proprietários. Investem em capital constante (equipamentos), assim como o industrial também investe em maquinário e outras ferramentas. Estabelecem com a agroindústria relação de proprietário para proprietário, ainda que, nesta relação, sejam subjugados.

Do ponto de vista empírico, os próprios sujeitos não têm clareza da classe a que pertencem, como podemos verificar pelo depoimento prestado por um avicultor:

²¹ Cotação de 16/01/2009, acessada na Gazeta Mercantil, disponível em: <<<http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2009/01/16/759/AGRONEGOCIO:-Preco-do-frango-sobe-e-surpreende-agentes.html>>> e em <<<http://pdf.investnews.com.br/pdf/gzm/TabIndices/merc20090116.pdf>>>

²² Mais precisamente, este tema será explorado no decorrer do Capítulo II deste trabalho.

E6.: E como eu sou um *pequeno proprietário* [...] hoje o meu foco principal é a avicultura, não é mais a agricultura. Hoje o meu meio de subsistência é a avicultura. A agricultura hoje já é secundário. (Informações prestadas por E6 em entrevista. Grifos nossos.).

Na mesma entrevista, quando perguntado se o avicultor se identifica mais como parceiro ou como trabalhador da empresa, ele assim se manifesta:

P.: Senhor E6, na sua relação com a empresa, o senhor se identifica mais na condição de parceiro da empresa ou na condição de trabalhador da empresa?

E6.: Eu acho que eu sou um trabalhador. Porque teria muitas coisas que eles poderiam ainda melhorar, a nível de parceria. [...] Porque se nós parar aqui, ela com certeza vai parar (Informações prestadas por E6 em entrevista).

Considerando a auto-definição de E6, diríamos então que o avicultor pode ser interpretado como um pequeno proprietário que exerce junto à agroindústria o papel de trabalhador. Nesse sentido, a sua condição o aproximaria de uma das possíveis formas de fragmentação e heterogeneidade que a classe trabalhadora assume em tempos de reconfiguração do capital, conforme nos advertem Antunes e Alves:

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era da globalização, é mais fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente (ANTUNES e ALVES, 2004, p.1).

Ao capital, tornar o pequeno proprietário seu trabalhador e poder exercer sobre ele a exploração de mais-valia resulta vantajoso. Primeiro, porque neste caso o capital não está lidando com uma força intrinsecamente revolucionária: o avicultor, como pequeno proprietário assume nas forças sociais o mesmo papel conservador e pendular da classe média, ou seja, alia-se em momentos diferentes com as forças (capital ou trabalho) que lhe forem mais convenientes e oportunas. Segundo, porque na avicultura o avicultor não sofre perda de direitos, porque no plano legal os avicultores não são trabalhadores e o princípio do direito trabalhista não está estabelecido (este pode vir a ser constituído, mas ainda não existe).

Assim, pelos apontamentos realizados até o presente momento, a melhor resolução que se pode estabelecer para a condição social a que pertencem os avicultores, é a de que são, *ao mesmo tempo*, trabalhadores e pequenos proprietários. São trabalhadores porque realizam serviço terceirizado para a agroindústria, mas ser pequeno proprietário é condição imposta pela agroindústria

para que possam se integrar. As duas condições são indivisíveis. A especificidade de sua condição de existência, que alia o fato de serem pequenos proprietários e assumirem o papel de assalariados camuflados junto à agroindústria, nos indica que estes sujeitos sejam legítimos representantes das novas formas sociais que surgem como consequência da reestruturação produtiva e das novas configurações que o capitalismo recente assume. São, ao mesmo tempo, proprietários e trabalhadores, e constituem, por isso, uma categoria *sui generis*.

CAPÍTULO II

O PROCESSO DE TRABALHO DOS AVICULTORES DA SADIA S.A. UNIDADE DE TOLEDO-PR

O processo de produção da indústria Sadia S.A. busca seguir os parâmetros do instrumento de controle *just in time*, que se caracteriza pela alocação ótima de matéria-prima, meios de produção e mão-de-obra para produzir a quantidade necessária de produtos (OHNO, citado por OLIVEIRA, 2004, p. 32). Por este modelo, o contrato de venda do produto dá início ao processo de produção. O comprador estipula os critérios que o produto deverá atender e a quantidade que deseja (flexibilidade dos padrões de consumo). A indústria adapta o produto ao gosto do comprador (flexibilidade do produto). A partir dos critérios do produto estipulados pelos compradores e do volume da encomenda, é que a indústria aloca os recursos materiais e humanos no tempo e na medida exata para o atendimento dos pedidos (flexibilidade dos processos e dos contratos de trabalho) (LEITE, 2003, citada por PEDROSO, 2004, p. 13). Este conjunto de fatores caracteriza o *just in time* como uma das ferramentas de produção própria do regime de acumulação flexível²³.

O planejamento do tempo produtivo na produção avícola é uma tendência que nasce com o próprio surgimento da avicultura industrial. O “sistema de integração” criado pela Sadia S.A. nos anos 1950, possibilitou à indústria controlar os estoques, reduzindo ou aumentando a produção proporcionalmente à demanda, porque ela pode exercer o controle sobre o tempo de produção dos avicultores integrados (ESPÍNDOLA, 2002, p. 6).

A indústria controla sistematicamente a produção em todos os seus estágios. Depois que o pintainho nasce, precisa ser entregue neste mesmo dia ao avicultor, responsável pelos cuidados relativos ao crescimento e engorda. Uma vez no aviário, lá permanece até atingir o tamanho de abate, período que varia de 35 a 60 dias. Passado o tempo previsto, as aves são recolhidas e enviadas ao frigorífico para o abate. Todas as fases do processo precisam ser mantidas em sincronia para evitar falhas: o nascimento dos pintos precisa estar sincronizado com o cronograma de alojamento das aves nas propriedades dos avicultores. O processo de engorda das

²³ Idem nota 16, Capítulo I deste texto.

aves precisa estar concluído dentro do tempo estipulado para envio à indústria, que necessita desta matéria-prima para operar. Como a Unidade da Sadia de Toledo-PR mantém atividades 24 horas por dia, 7 dias por semana, o fornecimento da matéria-prima (frango vivo) precisa acontecer na quantidade exata e sem interrupções. E a produção como um todo precisa estar ajustada aos prazos estipulados por contrato entre a indústria e o comprador.

Seguindo essa lógica de produção, os compradores (redes comerciais, empresas de exportação, etc.) estabelecem os critérios que o produto deve atender (peso, tamanho, qualidade, etc.), e estes critérios são atendidos pela indústria, que os repassa aos avicultores. A indústria encaminha aos avicultores as aves que atendem às especificidades do contrato, o tipo de ração necessária à criação desta ave e escolhe quais serão os avicultores que produzirão o frango destinado àquele contrato. Um exemplo que pode ser citado é o caso dos avicultores que atendem às demandas do mercado suíço. Em função das exigências deste comprador, a empresa escolhe os avicultores cujos aviários estejam adaptados aos elevados níveis de incorporação tecnológica e controle sanitário. O depoimento de E3 revela as circunstâncias que o levaram a ser escolhido para produzir esse tipo de frango:

E3.: Eu atualmente estou fazendo tipo exportação prá Suíça, que é um dos mercados mais exigentes que nós temos hoje. Eles devem ganhar bem em cima disso, porque a empresa está procurando bastante esse tipo de integrado, que está adequado prá produzir frango prá Suíça. Então eu acredito que é bem rentável. Principalmente prá empresa [...] como ela precisava na época de 40 barracões para cumprir esse contrato, foram escolhidos 40 galpões que se adequaram e estou aí até hoje. Como eu me adequuei, minha granja estava adequada para produzir esse frango tipo exportação, eu fui meio escolhido (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Para que o comprador esteja certo de que a mercadoria adquirida seguiu todas as normas, a produção é rastreada. As aves produzidas por cada avicultor são abatidas separadamente:

E3.: Daí quando começa a abater o meu frango, não vai abater outro. Quando o primeiro [caminhão] chegar e começar a abater, só vai abater o meu frango. O comprador que comprar vai saber quem criou esse frango que está sendo abatido. Isso não mistura mais [...]. E eles têm como rastrear. Quem que era o avicultor, idade do frango, o que foi medicado, a água que ele usou, tudo... [...](Informações prestadas por E3 em entrevista, Anexo II, p. 37)

Então é muita exigência, principalmente de quem faz o frango tipo exportação, o comprador quer saber tudo, que tipo de ave, o que eu uso, que tipo de lenha eu queimo. (Idem, p.18-19).

O tempo de vazio sanitário²⁴ também é controlado pela empresa, de acordo com o aumento ou redução da demanda:

E9.: Essa coisa do intervalo²⁵ acontece às vezes porque a empresa tem contrato de venda. Pela estimativa de alojamento ela tem a de produção. Pra cumprir as cotas tem vezes que eles aceleram [a produção], e o intervalo diminui (Informações prestadas por E19 em entrevista).

As razões que determinam a aceleração ou refluxo da produção podem ser de origens diversas. Uma situação vivida recentemente tem relação com a crise financeira internacional, que teve seus reflexos mais severos sentidos na produção brasileira a partir de setembro de 2008. A comercialização internacional da carne de frango foi afetada em função da falta de liquidez de alguns dos mais importantes mercados compradores (MOREIRA, 2009, p. 1), o que levou as indústrias a frearem a produção, receando calote. Na passagem de ano de 2008 para 2009, a unidade da Sadia S.A. de Toledo-PR reduziu a capacidade de produção e muitos funcionários tiveram férias antecipadas. Todos os avicultores da unidade tiveram o intervalo estipulado em 30 dias ou mais. Estes mecanismos (férias antecipadas para os funcionários da indústria e aumento do período de intervalo para os avicultores) possibilitam à empresa frear a produção mantendo as estruturas produtivas prontas para serem reativadas e postas a produzir a todo vapor a qualquer momento. A possibilidade de a indústria poder controlar o fluxo da sua produção, aumentando ou reduzindo o volume conforme a situação assim permita (ou exija), são exemplos da mobilidade que caracteriza o regime de produção flexível, que tem no setor avícola um modelo de suas práticas. A mais interessante das características que a avicultura industrial apresenta no tocante à flexibilidade dos processos, é que ela não abona a produção caracterizada pelo modelo taylorista/fordista na fase industrial do processo produtivo, pois as atividades industriais são realizadas por trabalhadores assalariados, que cumprem jornada de trabalho, e têm a velocidade do seu trabalho ditada pela esteira.

²⁴ Espaço de tempo entre o fim de um lote e o início de outro, quando os avicultores realizam a limpeza dos aviários e os deixam preparados para o recebimento dos pintos de um dia no novo lote que inicia (DINTEN, 2005).

²⁵ Ou vazio sanitário, conforme Dinten (2005, p. 74).

Na fase rural do processo produtivo, conforme os elementos já apresentados, entendemos que a produção se caracteriza pela flexibilidade (no que refere ao contrato de trabalho), pois advogamos a tese de que o avicultor exerce uma atividade terceirizada para a indústria.

Enquanto agricultores, estes sujeitos desempenham atividades que se caracterizam pela ampla possibilidade de autonomia que detêm sobre o seu trabalho, pois o poder de decisão sobre o seu agir cotidiano e sobre o que produzem cabe tão somente a eles próprios. Ao tornarem-se integrados²⁶, passam a exercer uma atividade que se caracteriza pelo intenso controle do outro (no caso a indústria) sobre o que fazem. Os fatores que levam os agricultores a aceitar as condições impostas pela agroindústria na integração, e a perda da autonomia a que se submetem a partir do contrato, são alguns dos temas explorados no tópico a seguir.

Este processo traduz, em síntese, a capacidade do capital em controlar a atividade, mesmo sem sua presença preponderante no espaço produtivo, por meio do contrato de integração:

[...] a [produção da] matéria prima para o abate é transferida ao produtor rural por meio de um contrato, que estipula um rígido controle, por parte das empresas integradoras, no que diz respeito à forma de produzir e ao volume da produção, de acordo com a programação de vendas, o que manifesta um exercício de dominação do capital (DINTEN, 2005, p.33).

O contrato de integração, os direitos e obrigações que cabem a avicultores e agroindústria, bem como as análises e problematizações acerca das cláusulas são tratados no tópico a seguir. Os controles que a empresa tem sobre o trabalho dos avicultores, os espaços de mediação, e a autonomia que estes sujeitos conseguem preservar, serão tratados no terceiro e último tópico. Durante a explanação, objetivamos traçar o elo que liga a atividade estrita²⁷ dos avicultores ao processo de produção avícola na sua totalidade, identificando neste trajeto os determinantes econômicos e sociais que unem capital industrial e pequenos produtores rurais.

²⁶ O avicultor é um produtor integrado da agroindústria, esta é a nomenclatura legal que o contrato de integração estabelece para a relação que se efetiva entre ambos. A cópia de um Contrato de Integração está anexada (Anexo I) a este trabalho.

²⁷ A separação do processo de produção dos avicultores da totalidade da produção avícola aconteceu neste trabalho tão somente para fins de análise, como recurso metodológico, pois o princípio da apreensão das particularidades a partir do todo é incessantemente buscado no decorrer de toda a pesquisa.

2.1 O CONTRATO DE PRODUÇÃO

Os avicultores tornam-se integrados à agroindústria por meio de contrato. Este contrato especifica as responsabilidades e direitos de cada uma das partes. Embora a relação entre avicultores e agroindústria esteja, no plano formal, assentada na aparente igualdade, quando analisada mais detidamente fica evidente o subjugo do integrado à integradora.

A partir dos itens a, b, c e d do Contrato para Produção Avícola Integrada (Anexo I deste trabalho)²⁸, o documento procura demonstrar que a união entre as partes satisfaz interesses que se complementam: de um lado, o interesse do avicultor em criar e engordar aves, por possuir aviários, ferramentas e instrumentos para isso; e, de outro, a empresa industrializadora de aves, que possui as “aves de um dia”, insumos e a assistência técnica para oferecer ao integrado. A condição do interesse mútuo ganha no documento a seguinte redação:

[...]

f) As obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico, tendo sido assumidas de acordo com os valores vigentes à época da sua contratação, foram fruto de negociações amplas e representam benefícios para ambas as partes, não gerando qualquer tipo de lesão às mesmas. (Anexo I, p.1)

O contrato omite que o agricultor, não possuindo os aviários, equipamentos e instrumentos de criação e engorda das aves, busca construí-los a partir do aceite informal da empresa em integrá-lo. Em todos os casos consultados na pesquisa de campo, os agricultores passam a se mobilizar para a construção dos aviários a partir do compromisso assumido por uma agroindústria de que esta o contratará para a engorda das aves. Todos os avicultores entrevistados disseram que necessitaram financiar, senão toda, ao menos uma parte dos recursos para a construção dos aviários, e para que os mesmos fossem liberados pelos órgãos financeiros, os agricultores precisaram apresentar um documento onde uma integradora assumisse o compromisso de integrá-los, o que pode ser constatado por meio dos seguintes fragmentos:

E3.: Daí eles confirmaram que eu tinha sido aprovado [a empresa o havia aceitado para integração], e começamos a mexer com a

²⁸ Ao longo do texto, o Contrato para Produção Avícola Integrada será indicado como Anexo I.

documentação. [...] A empresa já deu garantia, o aval, financiei pelo banco, saiu aprovado. Daí fomos conseguir máquina pra fazer terraplanagem, consegui pedreiro pra fazer a obra, e quando tava tudo certo, avisa lá: “Ó, o barracão ta pronto!”. Daí eles agendaram a programação de entrega de pintinhos, e tal (Informações prestadas por E3 em entrevista).

E6.: [...] eu precisava da carta de uma integradora, pra eu chegar e encaminhar num banco, eu precisava de uma empresa que dissesse “eu assumo o compromisso com... eu alojo os pintinhos, eu forneço a ração e medicamento, forneço assistência técnica e me comprometo a comprar a produção dele”... isso pra poder entrar no banco. Tá, eu consegui isso, então agora você já pode construir (Informações prestadas por E6 em entrevista).

P.: Mas para o senhor conseguir recurso do banco o senhor tinha que mostrar que já tinha uma empresa que ia comprar os teus...

E14.: Sim, tu ia e pegava, ele não era um avalista, mas eles pegaram e fizeram um contrato de compromisso, né. O que você produzia, eles eram obrigados a comprar... (Informações prestadas por E14 em entrevista).

O documento também omite que uma vez rompido o contrato entre o integrador e o integrado, este último sofre inúmeras dificuldades em oferecer seus serviços a uma outra empresa, pois como menciona E19:

[...] as empresas tem um certo pacto entre elas... nenhuma pega avicultor do outro pra não criar aquele problema, a não ser que a outra empresa autorize. Elas não fazem sem autorização. (Informações prestadas por E19, em entrevista).

Os avicultores são, portanto, dependentes das agroindústrias, não só para produzir, como também para financiar os investimentos e para trocar de empresa.

A argumentação contratual que sustenta a idéia da igualdade entre as partes, é a de que a relação entre avicultor e agroindústria é de compra e venda de um determinado produto – frango vivo. Entretanto, a ave é da indústria. O que o avicultor faz é fornecer os cuidados necessários para que a mercadoria frango vivo adquira as características (tamanho, peso e qualidade) definidas pelo mercado comprador. O avicultor presta um serviço à agroindústria, relação que a integradora se recusa a assumir. O avicultor adquire as estruturas para a produção (aviários, equipamentos, ferramentas) especialmente para o fim de integração e estes não têm serventia fora desta relação. Empresa e avicultores não operam em condições de igualdade, pois toda a atividade realizada por estes é subjugada aos interesses daqueles.

Costa (1993, p. 180), analisando o contrato de integração da unidade da Sadia S.A. da unidade de Concórdia-SC, questiona a igualdade jurídica entre as partes a partir da notória diferença de força econômica e político-organizativa do agricultor individual se comparada à força das empresas integradoras. Essa desigualdade ganha forma no contrato, pois as cláusulas que determinam direitos e deveres de ambas as partes deixam aos avicultores poucos direitos e muitos deveres, como indica a seguinte declaração:

E3.: Até que quando o técnico trouxe os novos contratos pra assinar eu falei: “Tá, e se eu não assinar?” Daí ele falou: “Você é quem sabe, né”. O técnico falou: “Vocês têm o direito de pegar um advogado, e ler o contrato certinho, se vocês acham...” [...] Daí eu levei de volta e disse: “Isso aqui eu não vou assinar”. Ele disse: “Por que não?” Aí eu disse “Porque 50 e poucas cláusulas, só obrigações, nenhum direito” (Informações prestadas por E3 em entrevista).

A partir da análise das cláusulas, teremos condições de verificar as razões que levam este avicultor a declarar sua frustração com relação ao contrato.

O contrato de integração determina, no segundo capítulo (Anexo I, p. 2-3), as obrigações da empresa. Destas, muitas traduzem interesses que só servem à empresa, como pode ser constatado a seguir:

a) A empresa é obrigada a fornecer com exclusividade os meios básicos de produção (aves de um dia, rações, medicamentos) (Anexo I, p. 2);

- Ao exigir a exclusividade no fornecimento dos insumos e assistência, a agroindústria atende parte das condições que assumiu junto aos compradores do seu produto, pois estes determinam o padrão de qualidade que a mercadoria deve atender. Não é o avicultor (outra parte do contrato) que exige tal procedimento. Portanto, o que fica evidente é que a obrigação deste item cabe ao avicultor, que não tem autonomia para decidir sobre o tipo de ração que a ave consumirá. A procedência da nossa argumentação se sustenta no fato de que, com uma redação mais detalhada, este conteúdo está registrado nos itens que referem às obrigações do avicultor integrado (nos pontos que vão de 3.1 ao 3.5.4 do contrato de integração).

b) A agroindústria deve estabelecer os prazos de entrega das aves em ponto de abate e também dos lotes subsequentes (Anexo I, p. 2);

c) Informar com antecedência a data e hora aproximada da apanha das aves (Anexo I, p. 3);

- Também nestes itens o que se verifica é a inclusão de redações no espaço reservado às obrigações da empresa, quando o conteúdo em questão trata tão somente de necessidades que a própria empresa tem de agendar os alojamentos (data de início dos lotes) e os abates (logo, data de fim do lote). Sem este cronograma, não teria condições de manter a indústria funcionando constante e ininterruptamente, nas 24 horas diárias em que opera. Trata-se muito mais de uma imposição que a agroindústria faz ao avicultor no sentido de que este tenha que estar preparado para entregar/receber as aves dentro dos cronogramas que a empresa estipular.

d) Partilha das aves – pagamento pelo valor correspondente à parte das aves vivas que lhe couber, nos termos do contrato, no prazo de 10 (dez) dias após o abate do lote (Anexo I, p. 2).

- Quanto ao pagamento que a empresa deve realizar ao avicultor, parece evidente que este deva estar relacionado no item das obrigações da empresa. A não ser que o objeto do contrato fosse referente à doação de serviços dos avicultores à agroindústria, questão que não ocorre. O que chama a atenção neste item, é a referência que se faz às “aves vivas que lhe couber”. O contrato quer indicar, neste item, que acontece uma partilha das aves no final de cada lote, quando parte da produção é separada para o avicultor e, outra parte, enviada à indústria. O que ocorre é que a agroindústria permite ao avicultor ficar com algumas aves em cada lote, especificando claramente que as mesmas devam ser utilizadas tão somente pra consumo próprio (texto registrado no item 3.6.1 do contrato). Para que o integrado possa, porém, consumir tais aves, ele precisa antes comunicar à empresa a sua intenção de separá-las (item 3.13 do contrato). O que de fato ocorre, portanto, não é uma partilha, e sim, uma permissão dada pela empresa de que os avicultores possam consumir uma pequena parte das aves que eles próprios criaram. O Borderô de Acerto de Lote (Anexo II) mostra que neste lote foram abatidas 11.775 aves (onze mil, setecentos e setenta e cinco), ou seja, este é o número de animais que o avicultor entregou à empresa ao final do lote, referente a um aviário. Como este avicultor possui 2 (dois) aviários (supondo que no segundo a quantidade de aves seja a mesma), multiplicando este número por dois, o avicultor engordou a quantia de aproximadamente 23.000 (vinte e três mil) aves. Destas, portanto, somente a ínfima parte pode ser consumida pelo avicultor, pois como especifica o contrato,

somente 20 (vinte) aves podem ser consumidas, não importa a quantidade de aviários que o produtor tenha (Anexo I, p. 4).

e) Facultar ao integrado o acompanhamento dos procedimentos de pesagem dos lotes de aves entregues (Anexo I, p. 3).

- Segundo um avicultor integrado, esta cláusula é ignorada pela empresa integradora, conforme podemos constatar a partir da seguinte fala:

E18.: Tem vez que a gente acha que tá sendo explorado, porque tem coisas que a gente não fica sabendo de nada, a gente não pode ir junto pra ver o peso, eles não deixam... não deixam conferir nada... a gente só sabe o que vem, e não sabe se foi desse jeito mesmo... (Informações prestadas por E18 em entrevista).

Enquanto o contrato de integração fixa à agroindústria suas obrigações em 10 (dez) pontos – parte deles fortemente questionáveis, como já indicamos –, as obrigações dos avicultores são discorridas ao longo de 21 (vinte e um) pontos, organizados a partir de 37 (trinta e sete) subitens (Anexo I, p. 3-7). Este exercício comparativo revela parte da condição de desigualdade sobre a qual são fixados os termos para avicultores e agroindústria.

A partir do contrato, observa-se que os quatro (4) primeiros itens referentes às obrigações dos integrados dizem respeito ao cuidado, manejo e fornecimento dos insumos. Estas obrigações devem ser cumpridas dentro do espaço produtivo que pertence ao avicultor, mas seguindo meticulosamente as orientações da empresa (Anexo I, p. 3).

O avicultor está obrigado a solicitar a autorização por escrito da empresa para: a) permitir acesso de terceiros às instalações e à área de biossegurança onde as aves são criadas; b) divulgar imagens ou informações do objeto do contrato de integração, sob pena de indenização; e c) coletar ou permitir que terceiros colem qualquer tipo de amostra para análise (Anexo I, p. 3-5, itens 3.5.1 e 3.11.2).

O avicultor deverá concordar, sem que isso venha a acarretar ônus à empresa com: a) a suspensão do alojamento de aves por tempo indeterminado em função de restrições de ordem ambiental ou restrições do mercado que acarretem a necessidade de redução da produção; e b) o sacrifício das aves alojadas, a critério da empresa ou de autoridades públicas, em função de restrições de biossegurança ou de ordem sanitária. Caso haja mortalidade anormal das aves, o avicultor deverá comunicar à empresa para que esta possa verificar a causa e tomar providências

técnicas possíveis e necessárias. Os ônus da mortalidade ou das providências decorrentes dela são assumidos também pelo avicultor (Anexo I, p. 4, itens 3.5.3; 3.5.4 e 3.8).

O integrado, pelo contrato, deverá permitir: a) o uso permanente e a qualquer tempo, das vias que dão acesso à propriedade (vias estas que devem ser mantidas em boas condições de uso pelo avicultor); b) facilitar livre e permanente acesso à propriedade por parte da empresa; e c) permitir e facilitar que a empresa faça a coleta de materiais para análise laboratorial (Anexo I, p. 5, itens 3.10, 3.14 e 3.11, respectivamente). No que refere a este último item, o contrato traz uma ressalva que faculta ao integrado acompanhar ou não a coleta das amostras (item 3.11.1). Um avicultor, em entrevista, informou que dificilmente os técnicos avisam que farão coleta de amostras, tampouco perguntam se o avicultor tem interesse em acompanhá-los no procedimento:

E6.: A empresa vem de surpresa, assim, vai na caixa d'água pega uma amostra da água, pra ver se você não tá administrando alguma coisa fora da assistência técnica (Informações prestadas por E6, em entrevista).

A naturalidade com que se aceita que os representantes da empresa entrem e saiam livremente da propriedade dos avicultores pode ser explicado por Costa (1993, p. 175, citando SILVA, 1991), ao mencionar que a agroindústria, em seus relatórios de produtividade, considera a área do avicultor como área sob seu domínio. Na prática, a empresa considera não só o trabalho e o aviário do avicultor como seus integrados, mas também a sua propriedade, ainda que juridicamente a terra continue pertencendo ao avicultor.

O contrato também obriga o avicultor a concordar com descontos relativos tanto a condenações feitas pelo Serviço de Inspeção Federal – SIF no abate das aves, quanto por condenação relativa à deformação das patas das aves, ou seja, das aves que apresentam o problema conhecido como “calo de pata”, que ocorre geralmente em função do excesso de umidade e da compactação da cama²⁹ onde

²⁹ A cama é a “cobertura do piso do aviário tem que ser feita com material absorvente de água e macio para acomodação das aves. [...] O material mais utilizado é a maravalha de madeira. Absorve bem a umidade, resiste à compactação, evitando assim a formação de crostas, permitindo a criação de vários lotes sobre a mesma cama. Também é de fácil remoção, pois se decompõe em partículas na hora em que é retirado. Além disso, apresenta baixa condutibilidade térmica, o que permite um bom isolamento do piso” (SHEID, 2001, p.28). O material que forma a cama do aviário é reaproveitado, sendo utilizado por 6 a 8 lotes. A reutilização cumpre duas funções, a primeira relacionada ao elevado custo de reposição deste material (a atividade do avicultor se tornaria inviável

as aves ficam acomodadas. No que concerne às condenações realizadas pelo SIF, é preciso considerar que o avicultor não acompanha o abate e não sabe como são feitos os procedimentos para a identificação das aves consideradas impróprias para comercialização e/ou consumo. Os avicultores acabam aceitando os descontos efetuados no borderô de acerto de lote, sem questionar as condenações, porque, conforme depoimento abaixo, os representantes da empresa são intolerantes com o excesso de reclamações:

E10.: O mais difícil é você fazer o lote não ter calo de pata. Porque você trabalha e sempre dá [por mais que se trabalhe, o problema sempre acaba aparecendo]. Outra coisa são os condenados. Você olha o lote parece coisa mais linda... e depois dá um monte de condenação. Nem os técnicos entendem. Se a gente reclama é pior. Que daí eles começam a martelar em cima da gente, e judiar da gente. Acho que os técnicos enjoam se a gente só fica reclamando. (Informações prestadas por E10, em entrevista).

Os descontos relativos aos calos de pata passaram a acontecer a partir de 01 de janeiro de 2006 (Anexo I, p. 12, item 6.4.4.2). A empresa desconta o valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor bruto do lote, se 15% (quinze por cento) ou mais das aves apresentarem o problema. O diagnóstico é feito a partir de amostragens pouco criteriosas, o que é questionado por um avicultor:

E16.: É que os japoneses, diz que pagam mais caro a patinha do que a própria carne [...] É, daí eles vêm pra cima de nós. [...] Mas isso é uma política muito rasteira. Que eles fazem, eles pegam de um aviário, só a terceira carga, eles pegam 100 frangos, e ali eles se baseiam em tudo. Se pegar uma parte do aviário mais pra frente do aviário sempre é mais úmido... [logo a incidência deste problema nas aves que se criam neste perímetro do lote é maior] [...] Eu achei que não é certo nessa parte. Já que querem cobrar do avicultor, então eles tinham que fazer a classificação de 100% dos frangos. Não só 100 pintinhos de 15 mil frangos (Informações prestadas por E16, em entrevista).

Os descontos relativos a defeitos nas patas passaram a serem realizados pela empresa para induzir os avicultores a redobrar os cuidados com o desenvolvimento desta parte do corpo do animal, o que se faz mantendo cama seca e fofa. Não há incentivos financeiros para os que conseguem atingir as metas estipuladas, somente punição aos que não a cumprem, conforme a fórmula que integra o contrato (Anexo I, p. 12, item 6.4.2.2).

se tivesse que trocar toda a cama a cada lote) e o segundo, porque depois de bastante reutilizado (quando há grande quantidade de esterco agregada ao material), este é vendido como adubo, renda que auxilia na compra da cama nova.

Segundo Neves (2007), a Sadia S.A. exportou, em 2007, em média 10 mil toneladas de pés de frango por mês. Neste mesmo ano, a tonelada da especiaria foi comercializada a US\$ 1.800 (um mil e oitocentos dólares). De acordo com Brandão (2008), no mesmo ano a tonelada de carne de frango foi comercializada a US\$ 1.510 (um mil quinhentos e dez dólares) no mercado internacional. Ou seja, nas transações de exportação, a pata do frango vale mais do que a carne.

Os descontos que passam a ser feitos são comunicados aos avicultores em reuniões, e em nenhum momento eles participam ou opinam sobre estas decisões, que são tomadas unilateralmente pela empresa, e nenhum interesse do integrado é considerado nestas novas medidas, apenas os da agroindústria integradora.

Dentre as obrigações dos integrados, o contrato traz também a relação dos custos que devem correr por conta do mesmo:

- Manutenção da propriedade, instalações e equipamentos em bom estado de uso e conservação (Anexo I, p.4, item 3.5.2).

Quanto a esta exigência, os avicultores mostram-se em geral descontentes com os custos destes investimentos, uma vez que lhes consome parte muito significativa da renda:

E6.: Bom, o maior problema hoje é o custo alto, vamos supor, equipamento, estrutura a gente até tem dentro das granjas. Só que se você for fazer tudo certinho como tem que ser, o teu custo se torna muito elevado. A energia elétrica tá muito cara... a lenha tá cara... o equipamento, forno, é muito caro... a reposição das coisas (Informações prestadas por E6, em entrevista).

Apesar de identificarem que a manutenção das estruturas produtivas lhes onera significativamente, os avicultores em geral não realizam o controle destes custos, ou seja, não sabem exatamente quanto gastam para manter os aviários funcionando:

P.: Quanto do dinheiro de vocês é investido em equipamento?

E10.: Não tem uma média assim. Porque tem vezes que a gente tem que construir. Tem vezes que a gente compra equipamento. E tem vezes que a gente tem que fazer manutenção. Se for olhar bem, vai tudo em investimento (Informações prestadas por E6, em entrevista).

A realidade dos avicultores é complexa e controvertida quanto à forma como os investimentos realizados devem ser interpretados. E3, na citação abaixo, revela que, embora os investimentos sejam muito altos, a estrutura produtiva é

consensualmente entendida como um capital que eles adquirem, ou seja, são investimentos necessários para que obtenham os retornos financeiros desejados:

E3.: [...] E a depreciação, os meus galpões, se eu fosse hoje construir eles, são 600 mil reais. Pega depreciação [a] juro a [de] 1% depreciação sobre 600 mil reais, dá 6 mil [reais] por mês. Se o lote precisa de dois meses, são 12 mil reais [por mês que se perde em depreciação]. [...], eu aplicava esse dinheiro [600 mil reais, valor dos aviários] a [juro de] 1% [por mês] e podia ficar na moita [não fazer nada], né? Só que... se não tivesse a granja também não tinha os 600 mil reais [ou seja, os aviários foram adquiridos e pagos com a própria renda proveniente de criação de aves]. E... ah, de repente daqui a 20 anos a inflação tinha comido esses 600 mil reais. (Informações prestadas por E3, em entrevista).

O teor desta fala revela muito sobre o modo de pensar dos avicultores, e evidencia que a integração ainda lhes é vantajosa, por mais que identifiquem precariedade na forma como acontece sua relação com a agroindústria.

O contrato ainda prevê o seguinte, quanto às obrigações dos integrados:

- Fornecimento de insumos: água (de boa qualidade, tratada, protegida); energia elétrica, e combustível para aquecimento/refrigeração; material para formação da cama das aves (Anexo I, p. 4, item 3.9).

Estes insumos são consumidos no processo, não são renováveis e precisam ser repostos durante todo o processo de produção. Por meio do contrato de integração, a agroindústria repassa também os custos relativos a estes insumos para os avicultores. Detalhando os elementos presentes no item aqui referenciado, pode-se argumentar o seguinte:

- Quanto à água: Embora a água utilizada na produção seja proveniente da natureza, isso não significa que sua captação e adequação ao uso sejam gratuitas. E3, por exemplo, comenta que construiu um poço artesiano para garantir a qualidade da água e, mesmo assim, ela ainda recebe cloro antes do consumo das aves.

- Quanto aos combustíveis: Os custos relacionados à refrigeração (energia elétrica, principalmente), são maiores em épocas de clima quente, pois são utilizados ventiladores e exaustores para o controle da temperatura. O aquecimento dos aviários pode ser realizado com fornos à lenha ou campânulas a gás, sendo que o primeiro é mais utilizado do que o segundo, em função do custo, que é menor, embora o aquecimento a gás seja de qualidade superior, em função da maior homogeneidade da dispersão do calor e da possibilidade de redução/aumento da

temperatura instantaneamente. Segundo informações de E8, há alguns anos a empresa subsidiava o gás e a forração do piso. Com o corte no fornecimento destes insumos, a situação financeira dos avicultores foi se tornando mais crítica:

E8.: [...] a Sadia deixou muito a desejar. Antes de eu entrar na Sadia, isso tinha uns 15 anos, ela dava a maravalha, ela dava o gás.

P.: A Sadia dava a maravalha? Dava o gás?

E8.: Sim. Eram tempos bons. Era muito bom nesse tempo.

P.: Então foi piorando...

E8.: Foi cortando, né. E aí, você criava o seu frango [...] daí você podia gastar o que quisesse. Eu vi uma reportagem na televisão [...], se você fechar na média 5 mil [por lote], e contar todas as despesas te sobra 2 mil por lote, nem sei se sobra isso. Teu investimento foi embora (Informações prestadas por E8 em entrevista).

Por meio desta informação podemos constatar que a agroindústria foi retirando a sua participação nos custos da produção e transferindo a responsabilidade de todos os custos aos seus integrados. Nesta transferência, é possível supor que a empresa deve ter aumentado sua lucratividade, ao mesmo tempo em que a rentabilidade dos avicultores sofreu redução. A realização deste repasse de custos é uma tripla evidência: da desigualdade de condições de negociação, da sobreposição dos interesses da integradora sobre os interesses dos avicultores, e do subjugo destes em relação àquela.

O montante dos custos da produção que abocanham a renda dos avicultores pode ser exemplificado a partir das informações prestadas por E1 e E2: em maio de 2008, os custos com lenha (aquecimento) foram de R\$ 2.290,00 (dois mil, duzentos e noventa reais) e de energia elétrica, aproximadamente R\$ 1.000,00 (um mil reais); gastos relativos a um lote de dois aviários que rendeu R\$ 8.000,00 (oito mil reais), ou seja, quase 50% da renda foram consumidas somente nestes dois insumos.

- Quanto à forração do piso: segundo informações prestadas por E14, em julho de 2008 a maravalha para a forração de dois aviários custou R\$ 4.400 (quatro mil e quatrocentos reais), referentes a 4 (quatro) cargas³⁰. Este material é reaproveitado por duas razões: primeiro, pelo seu elevado custo, pois como indica E14, a reposição deste material a cada lote tornaria a atividade inviável; segundo, porque depois de reutilizado por 6 a 8 lotes, esta forração acumula grande quantidade de estrume, e é então vendido como adubo, recurso este que auxilia na

³⁰ Carga – é uma unidade de medida, pejorativamente usada no meio rural para referir o correspondente ao conteúdo de uma caçamba de caminhão, com capacidade de 10m³. Ou seja, uma carga de maravalha corresponde a 10m³ deste material.

compra da nova forração. A cada novo lote o avicultor precisa adicionar uma camada (meia carga) de maravalha limpa para a acomodação das aves, o que no decorrer de 6 a 8 lotes representa o custo adicional de R\$ 3.300,00 a 4.400,00 (três mil e trezentos a quatro mil e quatrocentos reais). Portanto, ao final de, por exemplo, 6 (seis) lotes, o avicultor gasta R\$ 7.700,00 somente com a forração. Daí a necessidade do avicultor em vender este material como adubo, para tentar ao menos recompor o que gastou, conforme explica E14:

E14.: [...] E se você não conseguir vender a cama por 8 [mil reais], então você tá pagando pra criar frango lá dentro. Isso eu falei pro técnico. Ele disse: “Ah, mas isso é uma poupança...”. Eu disse: “Mas vocês me trazem a maravalha, e depois vocês levam a cama...”. “Como assim?”. Daí eu fiz a conta pra ele. É fácil. Eles acham que quando vende a cama é puro lucro. Isso aí tem mais dinheiro enfiado ali dentro do que você tira. Ano passado eu vendia e recebia. Mas ano anterior eu vendia em maio pra receber em março, abril, quando colhia a soja. Porque quando a coisa tá meio mal, o cara só compra se sobra, né. Se não sobra, não compra (Informações prestadas por E14, em entrevista).

- O custeio da apanha³¹ das aves corre por conta do integrado (Anexo I, p. 06, item 3.19). Ao impor aos avicultores a responsabilidade sobre o apanhe a agroindústria mais uma vez onera o avicultor enquanto se exime do custo deste serviço. E1 e E2 informaram, em junho de 2008, que pagaram R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais) à equipe que havia realizado o apanhe das aves, o que representou quase 10% (dez por cento) da renda, pois receberam R\$ 8.000,00 (oito mil reais) pela criação e engorda deste lote. Os avicultores, através da Associação dos Avicultores³², estão questionando esta obrigatoriedade, e pressionam a indústria para que ela passe a assumir esta despesa, pois além do custo do serviço, também as obrigações trabalhistas sobre as equipes do apanhe recaem sobre os avicultores (Anexo I, p. 6, item 3.19.4.1). Os avicultores sustentam a reivindicação de que a empresa assuma este serviço, argumentando que o objeto do contrato trata da produção, criação e engorda de aves, e não do seu transporte,

³¹ O apanhe diz respeito à atividade de efetivamente apanhar, ou seja, recolher as aves, que são colocadas em caixas de plástico com aberturas grandes o suficiente para circulação de ar, que são empilhadas e ajustadas sobre o caminhão que faz o transporte. Como este serviço cabe ao avicultor, este pode realizar o apanhe com o uso de mão-de-obra familiar, ou contratar equipes para a realização do mesmo. Em função do dispêndio de forças e do baixo prestígio que esta tarefa representa para os avicultores, a opção acontece majoritariamente pela contratação das equipes, os chamados “graxains” (referência ao animal nativo da região que tem como hábito alimentar o consumo de aves, por isso mesmo, pouco estimado entre os agricultores).

³² Maiores informações sobre a Associação dos Avicultores são tratados no item “3.4 A Organização como aprendizado” do Capítulo III deste trabalho.

onde deve ser incluído também o apanhe.

Se pudéssemos resumir em poucas palavras os direitos e obrigações atribuídas ambas as partes, diríamos que o Contrato para Produção Avícola Integrada estipula para a agroindústria as obrigações do *laissez faire*, enquanto dá a ela o poder de exercer sobre o avicultor um forte controle, para quem o contrato é uma camisa de força. Em nenhum momento se registra, no decorrer de todo o texto do referido contrato, que o avicultor não será onerado por circunstância alguma, qualquer que seja. As eventualidades, os imprevistos de caráter comercial ou crises financeiras, todo e qualquer desajuste na produção ou que cause prejuízo financeiro à empresa são transferidos ao avicultor.

Por fim, é indispensável mencionar que o contrato pode ser rompido, a qualquer momento, por qualquer uma das partes, sem que acarrete quaisquer ônus, desde que uma parte notifique a outra por escrito, com antecedência (Anexo I, p. 8). Como os avicultores realizam constantes investimentos, pagos com recursos provenientes da atividade, a possibilidade de que a eles interesse este rompimento torna-se reduzido. A empresa, entretanto, utiliza-se deste mecanismo para introduzir mudanças contratuais a qualquer tempo, sobre as quais os avicultores são comunicados sem qualquer negociação prévia:

P.: E quando muda alguma coisa, alguma norma, como é que a empresa faz?

E16.: Eles cancelam o contrato antigo e jogam essa nova norma prum contrato novo.

P.: Mas isso no meio do contrato? Vamos supor assim: o contrato é pra 2 anos, daí no meio, vocês estão com contrato assinado faz 1 ano, daí aquele contrato é anulado e é feito outro?

E16.: Sim. Essa exigência [...] surgiu por causa daquela doença, a gripe aviária... e isso surgiu de repente, essa nova norma (Informações prestadas por E16 em entrevista).

Essa situação é confirmada pelo depoimento de outro avicultor: “[...] ... agora a cada meio ano eles vem com um pacote desse tamanho de contrato para assinar. Qualquer regra que mude, eles tem que mudar o contrato. E toda a documentação desse contrato” (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Os surtos de gripe aviária na Ásia, Europa e África no início do ano de 2006³³

³³ Informação disponível em: BOCCHINI, Bruno. **Gripe aviária faz exportações de frango caírem 5,5% em 2006, aponta associação**. Notícia veiculada pela Câmara de Comércio Brasileiro no Japão, em 09/06/2006. Disponível em:

provocaram grande impacto nos mercados consumidores de frango, em função do receio de infecção pela doença. A reação da Sadia S.A. diante da queda do consumo – e, conseqüentemente, da comercialização – foi a de convencer os compradores de que a produção está protegida por medidas de biossegurança. As medidas de segurança sanitária são repassadas aos avicultores, que são forçados a investir nos seus aviários para adequar a produção às medidas de proteção acordadas entre empresa e mercado comprador. Estas medidas requereram fortes investimentos, realizados e custeados pelos avicultores (este tema será melhor tratado no item “2.2.1.3 O Controle sobre a produção”).

Da análise das cláusulas do contrato, podemos, em síntese, concordar com o comentário feito por Costa (1993, p. 147) que assim coloca:

[...] na prática, embora possam ter formulações diversas, os contratos de produção, sendo irrelevante se são ou não escritos, indicam sempre na mesma direção: do conjunto das cláusulas e procedimentos básicos, a maioria está na dependência direta do poder do integrador e sobre os quais o produtor integrado não tem qualquer tipo de controle.

Existem ainda outros elementos do contrato que serão tratados, não neste momento, mas na próxima fase do texto. A seguir, o tema que assumirá de forma central a discussão serão os controles que as agroindústrias estabelecem aos avicultores no processo de produção. Apesar de termos indicado até o presente que a capacidade de controle da empresa sobre o trabalho do pequeno proprietário é preponderante, a intensidade com que isso ocorre precisa ser ainda melhor explicitada.

2.2 OS CONTROLES DO PROCESSO

O domínio do capital sobre a atividade do pequeno produtor rural ganha maior complexidade e intensidade conforme vão se alterando os mecanismos de produção, que têm seguido a lógica da concentração monopólica. Na atividade agrícola de cultivo, o pequeno produtor rural depende do capital agroindustrial para plantar, uma vez que a industrialização dos produtos necessários ao plantio – sementes, insumos e equipamentos – é dominada por estas corporações. Como a

produção de insumos e maquinários encontra-se cada vez mais concentrada em poucas empresas, estas detêm o poder de fixar os preços de seus produtos em patamares elevados. Os pequenos agricultores, sem condições de efetuar estas compras em grandes volumes, pagam por eles preços aviltantes. As pequenas unidades agrícolas produzem em pequena escala, e comercializam seus produtos a valores cada vez mais ínfimos, ditados pelo mercado. Com isso o capital agroindustrial mais uma vez se beneficia – nos referimos agora às processadoras de cereais e frigoríficos que produzem em sistema de integração –, pois obtém as matérias-primas a baixo custo, o que possibilita ainda maior lucro na industrialização. Este movimento tem acirrado o empobrecimento dos pequenos proprietários rurais.

Esta lógica que inviabiliza a produção em pequena escala é a mesma que induz os pequenos proprietários a aceitarem a integração com as agroindústrias. A integração, portanto, é uma das características do novo tipo de dependência ao capital agroindustrial a que os pequenos produtores se submetem, onde a expropriação não ocorre na comercialização de insumos e venda dos produtos, mas acontece diretamente na própria produção.

José de Souza Martins, no prefácio da obra “Os Colonos do Vinho: Estudo sobre a Subordinação do Trabalho Camponês ao Capital”, faz uma crítica à forma como o capital da indústria do vinho se apropria da produção dos produtores de uva, em termos muito semelhantes à forma como as agroindústrias se apropriam do trabalho dos avicultores:

À medida, porém, que o colono se torna cada vez mais submetido ao capital industrial da indústria do vinho, defronta-se com ele como objeto dele; à medida em que cada vez mais é claramente trabalhador para um capital que não lhe pertence, ainda que mantendo a propriedade real da terra e dos meios agrícolas de produção, os seus rendimentos monetários não correspondem ao lucro médio a que teria direito pela propriedade dos meios que utiliza. Cada vez mais correspondem ao preço do seu trabalho e de sua família, medido e mediado pelo lucro do capital industrial, que não lhe pertence. (MARTINS, 1984, p. XV)

O que diferencia a condição dos produtores de uva da subordinação e expropriação a que são submetidos os avicultores, é que a indústria do vinho subsume indiretamente o trabalho do produtor de uva por meio do produto (uva) que adquire. No caso dos avicultores, a subsunção é direta, pois o produto frango em momento algum pertence ao avicultor. Os valores que as agroindústrias repassam

aos avicultores deveriam, portanto, representar o pagamento da mão-de-obra do trabalho familiar empregado. Porém, o pagamento efetivado cada vez mais representa a mera restituição dos custos de produção e manutenção das estruturas de produção. Quando ocorre o empate entre o custo de produção e os valores pagos pela produção, resulta que o avicultor e sua família trabalharam no período daquele lote sem retorno financeiro algum. A agroindústria que os integrou não perde, pois recebeu sua encomenda. Mas o avicultor muitas vezes compromete rendas advindas de outras atividades para manter os aviários em funcionamento, conforme atesta o depoimento de E19:

[...] na época, eles [a indústria] estavam pagando [aos avicultores] na média 32 centavos por frango. Pelo nosso cálculo, para que houvesse um equilíbrio, seria necessário 39 centavos. Quem recebesse menos de 39 centavos por frango estaria produzindo no prejuízo. [...] Então na hora do cara produzir, ele vai vendendo coisas: soja, vaca, tudo, pra pagar a prestação, porque na verdade ele tá pagando pra trabalhar. A mão-de-obra é da família... é por isso que eu digo que o avicultor é quem está subsidiando a avicultura... Porque o produtor tá todo prorrogando dívida [...] O avicultor tá vendendo patrimônio pra conseguir se manter, e isso é complicado. (Informações prestadas por E19 em entrevista, Apêndice IV, p. 133).

De forma esquemática, Costa (1993, p.46-47, citando CEAG – SC 1978) apresenta o seguinte desenho que facilita em muito a compreensão da subsunção do trabalho do avicultor pelo capital agroindustrial:

Atividade I – produção de ração e pintos pelo frigorífico. Chamam de A1 a produção de matéria prima e insumos.
 Atividade II – produção de frangos. Fase de criação e desenvolvimento, a cargo do produtor rural. Chamam a isso de A2.
 Atividade III – abate e comercialização pelo frigorífico. A3.

A partir desse esquema, o autor explica o processo de apropriação do capital do trabalho do pequeno produtor rural por meio das seguintes fórmulas:

O custo, venda e excedente obtido pelo produtor, dependem exclusivamente da estratégia lançada e do controle direto do frigorífico.

O produtor rural realiza o seu excedente condicionado:

Pelo custo que lhe é determinado pelo frigorífico;

Pelo preço de venda do seu produto, fixado pelo frigorífico;

Pela quantidade de aves a ser fornecido pelo produtor ao frigorífico, determinado por este último.

O frigorífico por sua vez, estabelecendo uma estratégia de maximização do lucro de suas atividades, procura minimizar os

custos do processo produtivo envolvendo todas as atividades. Seu excedente decorre:

Da parte obtida com a comercialização do produto de A₃ para o mercado de bens finais;

A venda de matérias primas e insumos para A₂;

Da transferência de excedente de A₂ para A₃, através da fixação do preço de A₂.

O produtor rural se encontra, portanto, numa relação de dependência econômica, tecnológica e financeira, dadas as condições exigidas pelo frigorífico em termos de: custo, preço, quantidade, qualidade, tecnologia e fluxo de produção.

No caso da avicultura, além do frigorífico se apropriar do seu trabalho, também o capital bancário abocanha parte dos seus rendimentos, já que os avicultores em sua quase totalidade financiam os equipamentos. E mesmo quando os valores que recebem na atividade avícola não os permitem saldar suas dívidas, de alguma forma o avicultor acaba pagando o que deve, prorrogando as dívidas ou vendendo outros bens que possua.

A avicultura é um setor produtivo onde se pode identificar com clareza que, apesar da fragmentação e heterogeneidade do processo produtivo, o trabalho continua e continuará a ser o elemento mediador entre homem e natureza – e considerando a forma que assume nas relações capitalistas – logo, produtor de valor, pois o que caracteriza o trabalho não é apenas a sua forma, mas, principalmente, o seu conteúdo (ANTUNES, 2003). O setor avícola é um exemplo de que o capital busca novas dimensões para valorizar-se fora do núcleo tradicional produtivo (o espaço da fábrica). Os novos espaços produtivos ocupados indicam que o capital não abdica em nenhum momento do controle do processo, pois as novas formas de trabalho ali executadas indicam uma precarização do trabalho de novo tipo.

2.2.1 O Controle sobre o tipo de ave e sobre o tempo de intervalo

Os avicultores produzem para a empresa integradora aves com a idade determinada por esta. Embora durante as entrevistas os avicultores tenham manifestado suas preferências quanto ao tempo de duração dos lotes, afirmam, também, que estas dificilmente são consideradas pela empresa, que lhes impõem o tempo de produção conforme as necessidades, de modo a atender os contratos firmados junto aos compradores. Abaixo, apresentaremos algumas das situações

identificadas onde se pode constatar como acontece a imposição deste tipo de controle aos avicultores.

No início deste capítulo, expusemos a situação do avicultor E3, que produz frangos para o mercado suíço, para atender a um contrato que a Sadia S.A. firmou com este consumidor específico. A produção deste tipo de frango foi uma imposição da empresa. Se o produtor pudesse escolher o tipo de ave a ser produzida, optaria pelo frango destinado ao mercado nacional, que segundo seu depoimento, é mais rentável:

E3.: E eu já tentei uma época sair pra produzir frango de consumo interno que tava mais rentável pro produtor [...].

P.: E o fato do senhor preferir produzir um tipo de frango, a empresa leva isso em conta?

E3.: Algumas coisas até que sim, mas eu acho que ela olha muito pouco pra esse lado (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Os avicultores entrevistados concordam que o maior problema na produção do frango pequeno (como os destinados ao mercado suíço) está em conseguir um bom índice de conversão alimentar, porque esta ave é abatida com poucos dias de vida (entre 30 e 36 dias), quando atingir o peso que varia entre 1,2 a 1,7 quilogramas. O fato de que os primeiros 15 dias de vida das aves são os mais trabalhosos é um consenso entre os avicultores, pois neste período os cuidados com o clima, alimentação e a manutenção (cama e organização do espaço interno do aviário³⁴) são redobrados. É também o período em que o custo de produção é mais elevado, principalmente em função do consumo de lenha ou gás, utilizado para manter o aquecimento das aves, pois o ambiente deve ser mantido a uma temperatura de 32°C³⁵. Passado esse estágio de 15 dias, as aves começam “a dar lucro”, conforme expressão utilizada pelos entrevistados, pois é quando a conversão alimentar acontece, pois as aves começam a “formar carne”, aumentando o peso mais rapidamente. Quanto maiores, mais tolerantes ao frio, mas também menos

³⁴ Os cuidados relativos à organização do espaço interno dizem respeito à abertura de divisórias, ampliando o espaço explorado pelas aves na medida em que crescem. Quando as aves são entregues, o avicultor reserva a elas um pequeno espaço no centro do aviário, separado do restante por divisórias feitas com a própria lona de aviário. O objetivo é mantê-las próximas para evitar a dispersão do calor (já que a temperatura ambiente nos primeiros dias deve ser mantida em torno dos 32°C) e também para que lhes seja facilitado o acesso ao alimento. Com o passar dos dias, os espaços são ampliados, até que por volta dos 15 dias de vida, finalmente o aviário todo é liberado.

³⁵ Segundo Hermes et. al. (2005, p. 197), “A região de Toledo possui temperatura média anual do ar de 20,5°C e média no trimestre quente de 27°C e no frio de 16,5°C. Considerando esses dados climáticos, pode-se compreender a importância do controle da temperatura para a atividade dos avicultores.

resistentes são ao calor. Ainda assim, comparando os custos de refrigeração com os de aquecimento, o primeiro é menos oneroso, de modo que, passado o primeiro estágio, quanto mais demorada a entrega dos frangos, melhor para o avicultor.

O caso de E3 foi inclusive mencionado por E9 e E10 quando entrevistados, onde reconhecem que o colega tem sido afetado pela imposição da empresa na criação deste tipo de frango:

E10.: [...] Que nem o E3, ele ta só fazendo o frango novo, então ele não tira tão bem. Daí é sofrido, né. Porque quando o frango começa a criar carne tem que entregar...

E9.: Que quanto mais quilos de carne entrega, melhor o lote...

E10.: E nós tivemos sorte de só fazer lote velho, de 43, 44 dias. Se tivesse entregado antes, não tinha feito conversão tão boa (Informações prestadas por E9 e E10 em entrevista).

No caso do criador de frango para o mercado suíço, quando a conversão começa a “ficar boa”, a ave precisa ser entregue. E por mais que a sua produtividade seja considerável, a conversão alimentar acaba sendo prejudicada, o que o coloca fora dos critérios de premiação incentivados pela própria empresa. Quando produzia frango de consumo interno, E3 era constantemente premiado nas confraternizações anuais promovidas pela empresa (conforme explanado no item 1.2 do I Capítulo deste trabalho). Depois que passou a produzir frango para a Suíça, lhe foi dificultado estar entre as primeiras colocações no *ranking* de produtividade. Evidencia-se, por meio do exemplo de E3, que a empresa cria mecanismos contraditórios de competitividade entre os avicultores, pois mesmo aos mais produtivos a condição de competir pode ser obstruída.

E1 e E2, ao contrário de E3, têm outra preferência: eles gostam de criar frangos mais novos (com no máximo 40 dias), pois as aves que criam costumam adoecer quando atingem o estágio final da vida, razão pela qual a produtividade acaba sofrendo grande quebra, seja pelo alto índice de mortalidade, ou por condenação do produto no abate. A preferência de E1 e E2 também não é considerada pela empresa: “P.: Vocês têm uma preferência? E1.: Sim. A gente gosta de lote curto, menos dias no lote. Mas lote curto era mais difícil [de a empresa fornecer]” (Informações prestadas por E1 em entrevista).

De modo geral, parece ser consenso entre os avicultores a preferência em criar lotes mais curtos no verão e mais longos no inverno:

E6.: É lógico que você vai ter preferências, se você pudesse ser tudo

como você quer, né, no inverno todo o mundo ia querer criar frango até 42/45 dias. No verão ninguém ia querer frango com mais de 40 dias. Porque quando o frango estiver pronto, hoje a genética do frango, alguma coisa mudou [...]... ele ganha peso muito rápido, mas eu acho que os órgãos internos não evoluíram, não tem aquela resistência. Então você tem uma perda muito grande [de aves na fase final do lote quando o clima é quente]. Pra você ter uma idéia, esse carregamento aí que eu fiz ontem eu levei 70, 80 frangos, com média de peso de 2.800 Kg pra compostagem³⁶, é frango depois que tá pronto. Então, lógico que se você fosse escolher eu escolheria aí um prazo de 35 até 38 dias no máximo, eu não ia querer mais do que isso (Informações prestadas por E6 em entrevista).

Além da quebra da produtividade gerada em função da mortalidade dos frangos às vésperas da entrega, também os custos para manter refrigerar os aviários (que poderiam ser evitados se as aves fossem entregues antes) estão entre as explicações que justificam a preferência por lotes curtos nas épocas de clima quente:

P.: E vocês têm alguma preferência de frango de mais dias ou de menos dias?

E4.: Depende... [...] frango de mais dias, no inverno é melhor [...]. No verão, quanto mais velho o frango mais ventilação, [...] água. Então isso se torna um custo maior pra nós. Mas seria melhor maior quantidade de dias no inverno, e no verão, lotes mais pequenos, né. 30 dias, 35. Mas isso não é nós que decidimos, é eles.

P.: O interesse de vocês não é considerado pela empresa?

E4.: Não, isso, é eles que vem. Claro, que se você tem uma programação, você quer limpar o aviário no mês de janeiro, quando você tira [colhe] a soja, você liga pra empresa: “Será que tem condições de mudar?” Mas são eles que dizem. Tem vezes que eles podem até ceder, mais é muito difícil (Informações prestadas por E4 em entrevista).

O contrato que define as regras da integração prevê estes controles à agroindústria nos seguintes termos: “[...] Como o **Integrado** não define a idade de abate do lote, sendo esta variável em detrimento das necessidades do mercado e planejada pela **Sadia** [...]” (Anexo I, item 6.2.2, p. 9. Grifos do original). Como o tempo necessário para o desenvolvimento das aves até que atinjam um tamanho específico não pode ser determinado *a priori*, pois são inúmeros os fatores que afetam e influem no seu crescimento e desenvolvimento, os avicultores ficam na expectativa de que a empresa lhes informe quando as aves poderão ser recolhidas:

³⁶ A compostagem é o local onde as aves mortas são levadas para sofrer a decomposição, transformando-se em adubo. Trata-se de uma “casinha” feita de tijolos, construída em local afastado dos aviários, isolado do solo, onde as aves são depositadas recebendo sempre uma grossa cobertura de maravalha, onde sofrem fermentação até que dissolvam totalmente. O Anexo III deste trabalho apresenta uma figural ilustrativa desta instalação.

P.: E vocês sabem exatamente quantos dias vocês vão ficar com os frangos?

E4.: Geralmente vem uma data base pra carregamento. Que nem o nosso lote agora tava pro dia 17 e passou pro dia 21. Mas é em torno de 4, 5 dias a mais, ou dois ou três dias a menos. Conforme o peso que você vai passando pra eles.

P.: E aí eles preferem que o peso fique maior?

E4.: Não, é conforme o consumo deles, da venda deles eles exigem de nós. Então se eles têm venda de frango pequeno, então eles pedem frango pequeno de nós (Informações prestadas por E4, em entrevista).

Da mesma forma que a empresa controla o tempo de duração do lote, é ela também que determina quantos dias separam o fim de um lote do alojamento seguinte, caracterizando o controle sobre o tempo de intervalo.

Segundo o depoimento de um dos avicultores, o controle do tempo que a indústria exerce sobre o período que irá durar o vazio sanitário causa transtornos, pois não há uma homogeneidade na proporção deste tempo de um lote em relação a outro. Às vezes o intervalo é curto demais, insuficiente para realizar todos os preparos necessários ao recebimento do novo lote, às vezes é longo demais, acarretando prejuízos financeiros. O que fica claro no depoimento de E3 é o princípio norteador da atuação da empresa: atender em tempo ideal seus contratos de venda, pouco importando como o avicultor fará para lidar com a inconstância com que a produção é agendada:

P.: O senhor pode dizer se a empresa controla a sua produção?

E3.: Ah, ela controla a produção [...] O intervalo mais comprido, o intervalo mais curto. Quando precisava mais frango, e tava havendo falta de frango [a demanda pelo produto foi maior] ela tenta alojar o frango num intervalo menor. Vamos dizer eu aqui, pra fazer as coisas direito eu precisava de uns 15 a 16 dias de intervalo. De um lote pro outro. Como são 4 barracões, precisa de quase 3 dias pra trabalhar em cada barracão. Então são 12 dias, né. Então, às vezes o intervalo dá 20 dias, 25 dias, às vezes dá 5 dias. Então ela controla o fluxo de pintinho que nasce aqui, o frango que entra no frigorífico, ela controla 100% isso (Informações prestadas por E3 em entrevista).

E19 explica mais detalhes das conseqüências que um cronograma desajustado pode acarretar à produtividade dos avicultores:

E19.: Agora um intervalo com menos de 8 dias é prejudicial, porque o intervalo é necessário para que a cama seque. Se não secar há a formação de um gás muito forte, se não tiver um sistema de circulação de ar muito bom, o que acontece? Cega muitos pintos [os frangos acabam ficando cegos]. O gás é forte. E os cegos têm que eliminar e dá prejuízo. O intervalo de 10 a 12 dias é o ideal. Mas

comprido [intervalo maior que o espaço ideal] é ruim porque economicamente deixa de ser viável, e muito curto geralmente é ruim porque condena a produção. [...] Mas eles [a empresa] forçam, quando eles querem. (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Os avicultores, assim, arcam com os prejuízos financeiros, causados tanto pelo alojamento em tempo menor quanto no prazo maior que o necessário. Realizam, quando a empresa assim exige, esforços extras para deixar o aviário pronto para o próximo lote em curto espaço de tempo. E ainda existem situações em que, a solicitação do avicultor em ter um intervalo dentro de um espaço razoável de tempo, pode gerar assédio moral por parte dos representantes da empresa, como relata E11:

E11.: [...] o intervalo agora é curto... ele [o responsável pelo agendamento dos lotes] queria alojar com 2 dias. Eu até liguei agora pra ele... [...] Eu falei: “nossa, em 2 dias eu nem termino de tirar o cascão... Daí vai dar muito problema no lote. Eu quero pelo ao menos até quarta-feira da semana que vem...” Daí ele falou, “não, é muito tempo. Daí eu vou mandar pelo técnico uma advertência pra você”. Daí eu falei: “não, eu não quero criar caso por causa disso. Então se é assim, vamos colocar os pintinhos em cima do molhado mesmo...”. Daí eu pedi assim: “E na segunda?”. “Dá, na segunda dá então.” “Então na segunda”. Daí ficou pra segunda-feira. Se fosse pra quarta ele ia me mandar uma advertência pra eu assinar. Que, eu ia fazer o quê? Eu ia colocar os pintinhos em cima do molhado mesmo, se tem que assinar advertência...

E13.: Com 3 advertências a Sadia vem e corta...

E11.: Sim, porque daí a Sadia vem e corta, né...

P.: E isso tá no contrato que vocês assinam?

E11.: Tá. Tá no contrato. Complicado, né... fazer o quê? Se o lote dá ruim... nós vamos deixar de ganhar... (Informações prestadas por E11 em entrevista).

O relato do avicultor revela que nesta situação ficou entre duas possibilidades: ou manteria o pedido de adiamento do alojamento do lote, sendo assim, punido pela empresa, que o obrigaria à assinatura de uma advertência; ou faria o alojamento no prazo determinado pela empresa, arcando com os prejuízos de um lote ruim, pois como ele mencionou, a cama apresentava umidade, fator que é extremamente prejudicial à qualidade do desenvolvimento da ave. Entre uma coisa e outra, optaria por alojar dentro do prazo da empresa e arcar com os prejuízos, pois o gancho e o receio de ser desligado da empresa são entendidos por ele como fatores que devem ser evitados a todo o custo.

2.2.2 O Controle sobre a produção

A detenção do controle da empresa sobre a produção do avicultor acontece de inúmeras formas. As ferramentas que mais nitidamente puderam ser identificadas durante a pesquisa de campo foram: controle dos investimentos através dos incentivos financeiros; preenchimento de fichas técnicas; telefonemas onde os avicultores passam informações à empresa; e a assistência técnica, que cumpre o contraditório papel de orientar o produtor, ao mesmo tempo em que controla a produção.

O contrato de integração (Anexo I, p. 7) prevê que aos avicultores é facultativo adotar o Sistema Sadia de Produção – SSP. O SSP é um conjunto de normas técnicas por meio das quais a empresa garante ao mercado consumidor de frango que o produto atende às especificidades relativas à biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade ambiental e sanitária.

Para aderir ao SSP, o integrado deve adequar as instalações e equipamentos às normas técnicas e de qualidade exigidas pelo mercado. O controle de adequação é feito mediante o preenchimento de fichas de controle.

As novas normas são incluídas no contrato pela empresa a qualquer tempo, sem prévia negociação com os avicultores, como revela este avicultor:

P.: Como a empresa cobra de vocês a qualidade total ou esses programas todos?

E16.: Ah, isso o técnico vem e fala pra gente. Se vêm normas lá de cima [...] aí eles fazem uma reunião com todos os avicultores e explicam pra gente. Mas a gente vai lá na reunião só pra escutar. Porque eles já decidiram o que vai mudar. Quando a gente fica sabendo é porque já mudou. (Informações prestadas por E19 em entrevista)

O contrato rege que os avicultores que quiserem aderir ao SSP devem investir em instalações e equipamentos necessários ao atendimento das normas de biossegurança (Anexo I, p. 7). Entretanto, o contrato não nomina ou indica que equipamentos e instalações devem ser adquiridos/adequados. Durante a pesquisa de campo, os avicultores mencionaram que os itens mais onerosos do ponto de vista financeiro para adequar os aviários às normas SSP são o cercado externo; as telas anti-pássaro; a construção do escritório/vestiário e do arco de desinfecção. Os desenhos ilustrativos que possibilitam compreender como cada um dos

equipamentos e instalações atuam na biossegurança estão anexados (Anexo III) a este trabalho.

Como recompensa, os avicultores que atenderem às adequações em 100% (cem por cento) para os itens que a empresa considera críticos e 85% (oitenta e cinco por cento) dos que são considerados importantes, recebem uma bonificação relativa a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor pago no lote (Anexo I, p.11). O atendimento ou não das exigências é medido perante o preenchimento de um questionário (Anexo I, p. 20-22) onde estão relacionados os itens a serem observados. O técnico preenche o quadro listando adequação ou não aos mesmos.

Com base nas informações prestadas por E4, a renda adicional proveniente do SSP custeou os investimentos realizados. Entretanto, o avicultor coloca que neste período os resultados dos lotes foram bons, o que nem sempre acontece:

E4.: Quanto mais você investir, de repente, mais retorno dá. Mas isso não é 100% garantido. Então, acredito que não. Que nem só no cercado foi investido R\$ 30.000, e eles comentaram que dentro de 1 ano se pagava. Com os lotes que nós saímos, pagou. [...] ... os 25% a mais que eles deram pra nós que é o SSP vai pagar o que foi investido. Mas nem sempre isso acontece (Informações prestadas por E4 em entrevista).

Apesar de o contrato registrar que a adesão ao SSP é voluntária, E3 diz que na prática a empresa não dá plena liberdade de opção, pois os técnicos, durante as visitas, coagem os avicultores à adesão:

E3.: Então tem hora que eles vêm e eles te impõem: até tal época tu tem que fazer isso. [...] nós ganha pontuação, e se não tá tudo adequado, desconta a pontuação, né.

P.: E esse desconto de pontuação gera desconto financeiro?

E3. Dá. Dá, com certeza, dá muito (Informações prestadas por E3 em entrevista, Apêndice II, p. 43).

Portanto, por meio da punição financeira imposta aos que não realizam as adequações, os avicultores acabam em sua maioria realizando os investimentos que a empresa cobra. Por isso afirmamos que ela detém o controle sobre os aviários, equipamento e ferramentas de produção, e ainda se livra de arcar com os custos financeiros, beneficiando-se da relação de dependência dos seus integrados.

Outra ferramenta de controle utilizada pela empresa são as fichas de acompanhamento. O Anexo IV deste trabalho traz uma relação de fichas que precisam ser preenchidas pelos avicultores e entregues à empresa. São elas:

- Ficha de **Gerenciamento da Criação de Aves**, onde o avicultor registra os recebimentos de ração (nota fiscal, dia em que a recebeu, tipo e peso da ração entregue), o consumo de ração no período de um lote e o que sobrou para o lote seguinte. Na mesma ficha também é feito o **gerenciamento das anomalias das aves**; o **controle sanitário**; o **controle de vacinação** e a **pesagem**, onde é anotado o peso que as aves atingem em média a cada semana (Anexo IV, Ficha 1).
- Ficha de **Análise de Causas da Mortalidade e Eliminação de Aves**, onde o avicultor anota diariamente a mortalidade das aves. Os avicultores devem anotar discriminadamente aves encontradas mortas das aves que foram eliminadas porque apresentavam atraso no desenvolvimento ou deformações. Caso a ave tenha sido eliminada, deve ser assinalada a opção que corresponda à sua causa (Anexo IV, Ficha 2).
- **Controle diário de consumo de água**, onde, como o próprio nome indica, o avicultor registra diariamente a leitura do relógio e o consumo de água (Anexo IV, Ficha 3);
- Controle das pesagens semanais. O peso médio é feito a partir da pesagem de 6 (seis) caixas contendo um número aleatório de aves em cada uma. O total de aves é somado, bem como o peso total das 6 (seis) caixas. Dividindo o peso total pelo número total de aves pesadas, tem-se o peso médio das aves (Anexo IV, Ficha 4).
- Ficha de **Registro das Anomalias**, onde são anotadas: data, anomalia (doença) encontrada, causa e ação tomada (Anexo IV, Ficha 5).
- **Controle de limpeza de caixa de água e cloração de água**, ficha formada por duas colunas. Na primeira, são registradas as quantidades de cloro ministradas, a data em que ocorre e quem fez a cloração. Na segunda são feitas anotações referentes à limpeza de cada uma das caixas de água: Caixa grande (ou seja, a caixa que faz o abastecimento geral dos aviários); a Caixa medicamento (onde são ministrados os medicamentos para tratamento, vacina, vitaminas, etc.) e a Caixa nebulizador (onde é armazenada a água usada para refrigeração do ambiente interno do aviário) (Anexo IV, Ficha 6).
- **Controle de limpeza de silo do recebimento da ração de retirada**. Esta ração é a última ração consumida pelas aves antes do abate, também chamada de ração de limpeza, terminal ou de terminação. Administrada alguns dias antes do abate, e sua composição é livre de medicamentos, antibióticos e outros tipos de

aditivos que possam causar dano ao consumo humano. Nesta ficha os encarregados do descarregamento registram se o avicultor limpou o silo, varrendo sua superfície interna, retirando os restos da ração do lote anterior (Anexo IV, Ficha 7).

- Ficha de **Controle de roedores na integração**, onde o próprio avicultor faz o controle da manutenção das armadilhas de roedores espalhadas pelos aviários e arredores. Nela são registradas as seguintes informações: número do aviário, data da revisão, checagem de cada uma das armadilhas, número de roedores encontrados mortos, e consumo de veneno no período (Anexo IV, Ficha 8).

- **Controle de desinfetantes/inseticidas**. Nela, o avicultor faz o controle da qualidade dos produtos destinados a este fim. Os registros que cabem a este instrumento são: a data em que as aves foram alojadas, número do aviário, nome do produto ministrado, data da entrega deste produto na propriedade, partida da fábrica, data de fabricação, data do início e data de fim da aplicação (Anexo IV, Ficha 9).

- **Controle de raticida**. Também serve para o controle da qualidade do produto utilizado para o controle de roedores. Os registros que cabem a esta ficha são exatamente os mesmos que constam na Ficha 9 (Anexo IV, Ficha 10).

- **Registro de tratamentos**. Tratamento é a denominação dada ao processo que tem por objetivo a cura de alguma doença, infecção, deficiência nutricional, (entre outros) que as aves possam apresentar. As informações que cabem registro neste instrumento são as seguintes: a data em que as aves foram alojadas, número do aviário, data em que o problema de saúde das aves foi diagnosticado, diagnóstico, nome do produto ministrado, data de partida do produto da fábrica, data de fabricação, data de vencimento, data do início e data de fim do tratamento, carência (a quantidade de tempo necessária para que o remédio faça efeito), e visto do veterinário responsável (Anexo IV, Ficha 11).

- **Ficha para controle de visitas na propriedade**. Como já foi explanado no item 2.1 deste trabalho, onde realizamos algumas considerações acerca do contrato de integração, a agroindústria estipula ao integrado que o acesso de pessoas às instalações onde as aves são criadas e à área de biossegurança só pode ser permitido mediante aprovação por escrito da empresa. Além deste controle, o avicultor deve também registrar e apresentar à empresa a relação de pessoas que tiveram acesso à propriedade no período de engorda das aves. Esta ficha foi

desenvolvida para este fim. Nela as informações registradas são: data da visita, nome do visitante, placa do veículo, tipo de veículo, objetivo da visita, se a pessoa teve problema de gripe ou diarreia nas últimas 72 horas, se a pessoa teve contato com alguém que teve gripe ou diarreia nas últimas 72 horas, se a pessoa teve contato com aves nas últimas 72 horas (bem como o tipo de ave com que teve contato) e, também, registrar a última procedência da pessoa (em lugar esteve antes da propriedade) (Anexo IV, Ficha 12).

- Enfim, a ficha de **Avaliação diária da criação de aves**, onde o avicultor faz o autocontrole diário das atividades que desenvolve no aviário. Na ficha há uma coluna destinada ao registro da data, e correspondendo a ela, o avicultor deve assinalar sim ou não para as seguintes situações: pedilúvio³⁷ foi limpo?; as aves estão bem?; todos os equipamentos estão funcionando?; o alarme está funcionando?; nome ou visto do responsável pelo registro; e observações (Anexo IV, Ficha 13).

Das informações que ficam registradas nas fichas citadas acima, algumas precisam ser passadas semanalmente à empresa, por telefone: o peso médio da ave na semana, o consumo de ração e de água. E3 afirma que os controles feitos pela empresa tomam tempo e atenção, e irrita quem se ocupa no preenchimento dos instrumentos:

P.: Então tem coisa que o senhor anota diariamente, coisa que o senhor anota semanalmente, e coisa que o senhor anota a cada 21 dias?

E3.: É, tem na ficha várias coisas que você precisa anotar. Tem, por exemplo, controle de roedores, tem que ter anotado a cada semana...

P.: Como assim?

E3.: O roedor, o rato...

P.: Quantos ratos o senhor encontrou no aviário?

E3.: É, quanto veneno consumiu, na semana, quantas gramas, se tu viu o rato vivo, ou morto, em que local ele estava... às vezes o meu piá [menino] fica uns 20, 30 minutos só anotando coisas na ficha, ele fica P. da vida. Aí, se tem as auditorias e não está tudo correto, lá... vamos dizer: medicamento: tem que ter, a data de fabricação, data da partida, e isso tem que fechar com o que está lá na empresa com o que está aqui no meu controle, tem que bater tudo certinho. Daí, roedores: cada aviário tem 12 armadilhas, lá, que você coloca veneno, daí lá tem que marcar quantas gramas comeu, se tu viu o rato vivo ou morto e em que local, ou em que armadilha que ele tava.

³⁷ O pedilúvio é um recipiente construído ou disponibilizado na entrada do aviário para desinfecção dos calçados. Imagem ilustrativa no Anexo III.

Então são coisas que não têm o menor sentido, mas tu tem que seguir as regras (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Uma vez preenchidas todas as fichas, os avicultores entregam todos os registros de controle à empresa, e não ficam sequer com cópia do que foi entregue. A última frase mencionada por E3 na citação acima, assim como o recorte realizado na citação abaixo, revelam que os avicultores se frustram diante deste controle, embora não o problematizem junto à empresa, pois entendem que, uma vez vinculados por meio do contrato de produção, cabe-lhes tão somente cumprir fielmente as exigências:

P.: Então eles controlam lá. E vocês também fazem esse controle? No aviário? Na propriedade de vocês?

E2.: Sim.

[...]

P.: Vocês ficam com uma cópia?

E1.: Não.

P.: Nunca?

E1.: Nunca.

P.: E nunca precisaram [das fichas]?

E1.: Eles não deixam, né. Vai fazer o quê? (Informações prestadas por E1e E2 em entrevista).

E, por fim, trataremos de um instrumento de controle da empresa que cumpre papel contraditório: a assistência técnica. O técnico avícola é o principal elo de comunicação entre avicultor e empresa. Toda a vez que o avicultor sente alguma dificuldade, ou percebe alguma alteração no desenvolvimento das aves, o técnico é chamado. O número de visitas varia muito de acordo com as necessidades dos avicultores: quando o avicultor está aprendendo a atividade, nos primeiros lotes, as visitas são freqüentes (em geral uma vez a cada dois dias). Quando tudo corre bem e o avicultor não o solicita, o técnico comparece à propriedade no mínimo duas vezes durante o período de duração do lote, para preencher as fichas referentes ao controle de qualidade.

A relação entre técnico e avicultor cumpre importante papel no desenvolvimento da produção, pois é este o profissional responsável por orientar os avicultores quanto às dificuldades técnicas do processo de engorda dos frangos. Os sujeitos entrevistados mencionam que os conflitos são gerados mediante a postura do técnico quando este os responsabiliza pelas falhas de produção, que gera constrangimento. Ao mesmo tempo em que o avicultor necessita da presença do técnico para que este o oriente quanto ao tratamento de doenças e à manutenção

das condições adequadas de produção, quando este profissional apresenta uma concepção que lhe infere responsabilizar aos avicultores por quaisquer danos, estes acabam por adiar o chamado do técnico ao máximo, fazendo-o, por fim, se esta presença for de fato indispensável. Quando o técnico comparece à propriedade do avicultor sem que este o tenha chamado, ou sem que sua presença tenha alguma justificativa plausível (como, por exemplo, os controles de qualidade que se fazem mediante vistoria em dois momentos durante o período de duração de um lote), então o avicultor atribui aquela presença indesejável uma invasão, pois neste caso, este profissional está atuando somente como instrumento de controle – papel que de fato desempenha, mesmo quando chamado. E1 e E2 relatam que houve um período em que o técnico visitava demasiadamente a propriedade, sem que fosse convocado. Se não havia sido chamado, logo, sua presença era compreendida como uma ferramenta de controle. Os avicultores então ligaram para a empresa solicitando que o número de visitas técnicas fosse reduzido. Naquele momento, argumentaram que estas eram desnecessárias e ainda traziam como consequência a maior incidência de transmissão de doenças:

E2.: [...] não é vantagem o técnico vir 2 vezes por semana pra não fazer nada. E acaba trazendo mais doenças pro aviário do que tratando. Se tem doença noutra aviário, daí ele vem e passa pro meu aviário, já contamina.

P. Mas o senhor já identificou isso? Que ele veio, e transmitiu doença?

E2. Já. E foi ligado pra empresa. Eles tavam acostumados a cada 2, 3 dias aparecia técnico da empresa. Daí eles pararam mais e controlou mais [...] (Informações prestadas por E1 e E2 em entrevista, Apêndice II, p. 7).

Um pequeno recorte da entrevista de E14, citada abaixo, é bastante revelador no que diz respeito às razões que podem levar avicultores e técnicos ao conflito. Nesta passagem, o avicultor menciona duas situações vivenciadas: a primeira, quando a assistência técnica era considerada por ele uma ferramenta de apoio, coerente, que sabia reconhecer que algumas falhas de produção tinham origem em erros cometidos pela empresa. Na segunda situação, o técnico é descrito como um sujeito autoritário, logo, ferramenta da coação e dos mandos da empresa, pois responsabilizava unicamente o manejo do avicultor pelos problemas que afetam a produção:

E14.: [...] eu gostava quando o técnico vinha. Tinha um técnico [...] quando nós começamos, eu queria ver pessoa melhor que aquela. Aquele cara chegava aqui, e sentava, e explicava, explicava, explicava... e daí antes de ir embora ele virava e perguntava: “Tem mais alguma coisa que vocês gostariam de saber?”. Às vezes chegava aqui e eu perguntava: “Mas esses frangos tão ruins, o que é que tem?” Eu perguntava: “Será que não é os pintinhos?” Ele olhava e dizia: “Eu não devia dizer isso, mas 50% de um lote de frango, são os pintinhos que faz. Se eles vêm bons, vai embora... e se vem ruim, não vai”. Isso ele mesmo que falou. Ele dizia: “não adianta eu mentir pra vocês...”. Ele chegava aqui, olhava e dizia assim: “esse lote aqui vai sair [dar] dinheiro...”. E quando chegava outra carga, ele dizia: “Se tu quer, tira as despesas, pois isso daqui tá ruim. O que é que tu tem que fazer? A água tá como precisa, a comida tá como precisa, tá tudo certo, temperatura... o que é que eu vou exigir de ti agora? Eu também não sei o que te dizer agora... tá como tá, vamos ver o que vai sair...” E tem outro técnico que não, que vem aqui e monta em cima: “Tu tem que fazer isso, tem que fazer aquilo”... E não deu conta, começa a xingar porque não deu certo. Ele não aceita que ele erra. Ihhh, quantas vezes eu já me peguei com ele... (Informações prestadas por E14 em entrevista).

Mediante os fatos relatados por E14, não é difícil entender porque alguns avicultores se utilizam da tática de tratar muito bem o técnico para se beneficiar, assim, da redução do assédio moral³⁸, bastante comum nesta atividade (conforme indicamos no item “2.1 O CONTRATO DE PRODUÇÃO”, onde E10 relata que os técnicos costumam ser intolerantes com excessos de reclamações. Também o relato de E11, no item “2.2.1 Controle sobre o tipo de ave e sobre o tempo de intervalo” evidencia o assédio, quando o avicultor relatou que o adiamento do alojamento do lote resultaria em advertência). E3, para evitar situações de confronto, diz que costuma tratar bem os técnicos que visitam a propriedade, e que consegue ser ouvido pelo profissional amenizando o tom da sua argumentação:

E3.: Assistência até eu não posso me queixar, dentro da propriedade, não sei se eu puxo o saco dos técnicos, ou eles gostam... veio um aqui e ele até falou: “mas eu gosto de vir aqui na tua propriedade”, que tem lugares que o técnico é meio mal-recebido... se deu um problema no lote começa a xingar o técnico. Eu não, eu às vezes até questiono o técnico. Olha, eu falo: “assim, assim... aconteceu mas não é meu problema...”, mas os técnicos,

³⁸ Segundo FREIRE, 2008, p. 372 “as falhas na organização do trabalho mostram grande discrepância entre a concepção do trabalho e sua prática cotidiana. Tais falhas são sentidas na saúde mental dos trabalhadores, pois cobra-se dos empregados o prejuízo advindo dessas falhas, ao mesmo tempo em que esses erros geram o medo, que, dependendo da estrutura emocional de cada indivíduo, pode causar um sem-número de danos psico-emocionais”. Tendo por base teórica o argumento apresentado pela autora, entendemos, neste sentido, que os avicultores em vários momentos no decorrer da pesquisa relatam situações em que foram vitimados pelo assédio moral, tendo o técnico como interlocutor da empresa na agressão, ou mesmo, de forma mais ampla, pela própria situação que envolve a relação de produção como um todo.

assim como eu aviso: “Olha, tô achando que o lote não tá legal..., eu tô achando que tem alguma coisa estranha, né”. Mas em poucas horas ele tá aqui, né (Informações prestadas por E3).

Como já dissemos, o técnico é o principal elo entre a empresa e os avicultores. Por esta razão, toda e qualquer reclamação que os integrados tenham, deve ser primeiramente levada ao conhecimento do técnico, que tem a responsabilidade de levar as questões para a empresa. Existe uma escala onde o poder de decisão dos técnicos é graduado. Se a solução do problema for complicada, ele é levado gradativamente aos níveis superiores conforme a necessidade, como explica E5 no fragmento abaixo:

P.: Se tem algum problema, alguma incorreção que vocês percebem, vocês têm a quem recorrer? Pra dizer assim: olha, deu problema...

E5.: Tem. Nós temos o técnico que dá assistência. Cada técnico tem um número determinado de aviários, uma microrregião, que eles falam... e nós primeiro temos que falar com esse técnico, depois tem o supervisor dele, daí o supervisor geral. A gente tem acesso a todos eles, só que tem que ir gradativamente (Informações prestadas por E5 em entrevista).

Talvez a melhor síntese que se possa atribuir ao papel contraditório cumprido pela assistência técnica junto aos avicultores tenha sido feito por E6, que assim se expressa no fragmento que segue:

P.: E a questão da supervisão de um terceiro sobre o trabalho que o senhor realiza, que é no caso a empresa sempre querendo saber como é que está, como é que deixa de estar... como é que o senhor lida com isso? É tranquilo...

E6.: Não, eu acho que essa parte... como é que a gente diz... é um mau necessário. Tem que ter, porque você tá mexendo com vida... então, ali acontece... sofre as diferenças climáticas, adocece. É a mesma coisa que acontece com uma pessoa. Então é fora do conhecimento da gente, a parte de veterinária, alguma coisa assim, essa parte é muito bem recebida pelo integrado porque ela vem pra ajudar, né.

2.2.3 O Controle sobre as fórmulas de pagamento

O pagamento aos avicultores é feito pela agroindústria de acordo com a produção, sob uma fórmula que tem na chamada conversão alimentar sua principal base de cálculo. A conversão alimentar consiste na capacidade de transformar “x” quilos de ração em “x” quilos de frango, e quanto mais quilos de frango forem produzidos, utilizando a menor quantidade de ração, melhores serão os rendimentos

dos avicultores. No entanto, os avicultores entrevistados nesta pesquisa afirmam que, ou não dominam os cálculos que determinam sua remuneração, ou mesmo dominando não os fazem, de modo que eles só ficam sabendo qual será sua renda quando o pagamento é efetuado. As citações que seguem são recortes de 4 (quatro) entrevistas Nos 3 (três) primeiros recortes, os sujeitos afirmam não conhecer os cálculos que determinam sua renda. No quarto depoimentos, o avicultor diz que os cálculos são apresentados aos produtores, mas que mesmo assim não os efetua:

P.: Vocês sabem exatamente como são feitos os cálculos para o pagamento de vocês?

E1.: Não, ninguém sabe.

P. Mas eles falam alguma coisa pra vocês? Ou não?

E1.: Eles falam que é conforme a conversão [alimentar] mas... não é assim.

E2.: Eles falam que é conforme tá escrito no papel. Mas o papel aceita tudo. Uma vez eles disseram: “é o que a firma tem disponível”. [A empresa pagou assim porque era o dinheiro que dispunha...] (Informações prestadas por E1 e E2 em entrevista).

P.: O senhor conhece, sabe, como, exatamente, são feitos os cálculos de remuneração do senhor?

E3.: Não. (Informações prestadas por E3 em entrevista)

E6.: [...] a fórmula que a Sadia apresenta pra nos fazer os cálculos do nosso acerto é só eles pra entender. Se eu te mostrar o meu contrato aqui, tem a fórmula de pagamento, são duas ou três páginas, você não entende patavina nenhuma. Eles até explicam, lá... [...] mas, é muito complicado. Muito complicado, a questão do acerto deles. (Informações prestadas por E6 em entrevista)

P.: Vocês conhecem as fórmulas que são utilizadas pra determinar qual que vai ser o valor de cada lote?

E5.: Sim. O avicultor tem conhecimento. Tem uns que não sabem fazer, tem uns que sabem.

P.: E o senhor sempre faz?

E5.: Eu sei fazer mas eu nunca faço. Porque não adianta e eu não quero me preocupar antes da hora. Não tenho essa curiosidade. (Informações prestadas por E5 em entrevista)

Por fim, ocorre que os avicultores em geral só ficam sabendo quanto foi a renda financeira do lote quando os valores são depositados em sua conta corrente:

E3.: É... realmente. Como que as bases de cálculo ainda é feito em cima, vamos dizer. Semana passada deu tudo lote bom. Daí a base de cálculo também muda um pouco né. Isso daí é umas contas bem complicadas. Tem gente que começa a fazer conta em casa, mas eu não faço isso. Que daí você fica contente muito cedo...(risos).

P.: Quer dizer que, quanto o senhor vai receber mesmo, o senhor só vai saber quando o dinheiro estiver na conta?

E3.: É, quando o dinheiro estiver na conta, eu vou lá, tiro o extrato (Informações prestadas por E3 em entrevista).

O que se pode deduzir, com estas informações, é que os avicultores não têm o domínio sobre os fatores que determinam o seu pagamento, tampouco dominam as fórmulas sobre as quais estes cálculos são feitos (a fórmula para cálculo de pagamento é encontrada no Anexo I, p. 17).

O número de variáveis (clima, temperatura, tipo da ração, tipo e qualidade das aves de um dia, tempo de duração do lote, incidência ou não de doenças, tratamento adequado das anomalias, etc.) é muito grande, de difícil mensuração e controle, e todos os cálculos incidem diretamente sobre a produtividade. Portanto, muito diferente do que ocorre com a produção sob encomenda nos espaços industriais urbanos, no serviço terceirizado que marca a integração rural não ocorre o assento prévio do valor que será pago por cada unidade produzida. A ausência da possibilidade de controle do avicultor sobre os cálculos que determinam sua renda, portanto, faculta à agroindústria a liberdade de efetuar aos avicultores o pagamento que ela considera correta.

2.2.4 O Controle sobre o tempo de trabalho

O pagamento aos avicultores, como já mencionado, é feito por produção. Por isso a agroindústria não impõe nenhum tipo de exigência quanto à jornada de trabalho que estes sujeitos devem cumprir. No entanto, os avicultores entrevistados são unânimes em concordar que, para atingir os níveis de produção impostos, precisam cuidar da produção 24 horas por dia, 7 dias na semana. Isso não significa estar no aviário trabalhando durante todo esse período, mas o cuidado e o zelo devem ser contínuos. Enquanto houver frangos nos aviários, ao menos um membro da família permanece na propriedade o tempo todo, pois fatores como, por exemplo, interrupção do fornecimento de energia elétrica (que alimenta motores de refrigeração e sensores de aquecimento) pode causar a perda de toda a produção, como explica E3:

E3.: Mas o frango ele é complicado você deixar, hoje o sistema de criar frango ele é totalmente fechado, então a cortina fica o dia inteiro fechado... os exaustor ligado, o painel controla a temperatura, a umidade. Mas em caso que você sai e dá uma queda de luz, no calor, com a cortina fechada em uma hora te morre os frango tudo. Então alguém tem que tá por aí. Eu também não vou dizer que tem

que tá trabalhando no pesado o dia inteiro, mas a atenção e o que faz bastante o resultado é o olho, né (Informações prestadas por E3).

Em outras palavras, o avicultor também não tem domínio sobre o seu tempo enquanto está na atividade. E neste caso, não é a indústria que lhe impõe o cumprimento de uma determinada jornada de trabalho: é a produção que o faz:

P.: Me fala um pouco do trabalho de vocês. Quantas horas vocês trabalham?

E2.: 24 horas por dia.

E1.: *risos*.

[...]

P.: Mas vocês já fizeram a contagem de quantas horas de trabalho?

E1. Acho que umas 12 horas pra mais...

E2.: Acho que umas 15 horas. A gente fica às vezes até 9 horas da noite. Começa 6 horas.

E1.: Enquanto os pintos são pequenos, até 21 dias é quando dá mais serviço. Depois já folga mais...

E2.: E ainda tem a madrugada....

E1.: É, tem que levantar de noite...

E2.: A atenção é 24 horas por dia. Não tem como.

P.: Quantos dias por semana?

E1.: *risos*. A semana inteira. Até que entrega o frango.

E2.: Não tem feriado (Informações prestadas por E1 e E2 em entrevista).

Mais uma vez, a imprecisão em determinar a quantidade de tempo diário que o avicultor deve se dedicar ao aviário está no fato de que os fatores que a determinam não são controláveis: o clima (sol ou chuva), a temperatura (frio ou calor) a incidência ou não de doenças, etc.

2.2.5 Quarteirização dos serviços

Se o trabalho do avicultor pode ser interpretado como a realização de um serviço terceirizado (engorda e cria de aves para a agroindústria), devemos também considerar que alguns avicultores prestam um serviço quarteirizado, tendo em vista que são integrados de uma empresa (no caso, da Globoaves) que, por sua vez, realizou junto à outra agroindústria (Sadia S.A.) um acordo de produção por meio do qual a segunda tem comprado os frangos produzidos pela primeira³⁹.

³⁹ Segundo notícia veiculada pelo jornal Correio do Contestado, em 29/01/2009, o acordo de produção firmado entre Sadia S.A. e Globoaves (indústria de aves situada em Cascavel-PR, região oeste do Paraná) fez parte de uma estratégia da Sadia S.A. para retardar o ingresso da multinacional Tayson Foords (maior produtora de carne do mundo) no cenário nacional. De acordo com a notícia, a multinacional tenta aproximação com a Globoaves desde 2006, mas a Sadia S.A. se antecipou, firmando com a indústria paranaense o contrato de dois anos, que vigorou até 07/01/2009. Com o fim

Assim, os avicultores integrados da Globoaves passaram a produzir frangos para uma empresa da qual não são integrados, e sem que lhes fosse solicitado qualquer tipo de opinião ou que lhes fosse dado algum tipo de explicação sobre as razões que levaram as duas empresas a firmar acordo. A regularização com a empresa para a qual passaram a prestar serviço quarterizado também ocorreu por meio de contrato, de modo que passaram a atuar como integrados de duas empresas concomitantemente:

P.: E vocês sabem por que é que isso tá acontecendo? Por que a Sadia está fazendo assim?
 E2.: Não se sabe. Eles não contam.
 E1.: Eles não explicam direito.
 P.: E vocês nunca perguntaram?
 E1.: Dá até pra perguntar, mas eles não falam. [...] E daí a Sadia arrendou, né.
 P.: E nesse arrendamento o avicultor vai junto?
 E1.: *risos*.
 E2.: Tem que ir ou pára, né.
 P.: Vocês não têm escolha?
 E2.: Não tem escolha.
 P.: A parceria de vocês com a empresa sempre foi na forma de contrato?
 E1.: Sim.
 P.: E depois que passaram a produzir pra Sadia...
 E2.: Contrato com a Globoaves e com a Sadia (Informações prestadas por E1 e E2 em entrevista).

Dentre as 11 (onze) entrevistas realizadas na pesquisa de campo, 2 (duas) foram realizadas com avicultores que prestam serviço quarterizado à Sadia S.A.. Ficou evidente nas falas destes sujeitos o descontentamento, pois eles se sentem usados pela empresa que os integrou. E14, no fragmento abaixo, relata que houve redução na remuneração depois que o acordo entre as empresas foi celebrado e apresenta uma hipótese que busca explicar esta queda:

E14.: E hoje tá aquela fulia de Sadia, que hoje eu já nem sei mais quem manda. Por isso que eu digo: “ta pior que tava”. Porque você tira o lote agora, a Sadia tira o que ela quer. E daí dá pra Globoaves, ela tira o que ela quer, e o que sobra eles dão pra ti. E se sobra, muitas vezes nem sobra. Esse tipo tá cada vez pior. (Informações prestadas por E14).

Por meio desta experiência que os avicultores integrados da Globoaves têm vivido, podemos considerar que a empresa integradora exerce o domínio não só

deste acordo, em 22/01/2009, Globoaves e Tayson finalmente celebraram o contrato de produção. Em síntese, os avicultores da Globoaves continuarão realizando uma atividade quarterizada, só que agora, produzindo para a Tayson.

sobre a atividade do avicultor, sua produção, seu trabalho e sua propriedade. A agroindústria exerce sobre o conjunto destes fatores o poder de posse, lhe facultando inclusive vender a força produtiva dos avicultores a quem interessar, sem a prévia autorização ou prévio conhecimento dos mesmos. Num momento de desabafo, E6 manifestou sua frustração utilizando uma frase que tem o poder de ilustrar esta situação: “avicultor hoje é a escravidão branca da agricultura” (Informações prestadas por E6 em entrevista).

2.3 A PRODUÇÃO AVÍCOLA E AS FALHAS DO *JUST IN TIME*

Como já tratamos no início deste capítulo, o *Just in time* é uma ferramenta produtiva que se caracteriza pela alocação ótima e no tempo necessário, de matéria-prima, meios de produção e mão-de-obra para produzir uma quantidade pré-determinada de produtos. O fato de a indústria controlar sistematicamente a produção em todos os seus estágios não a livra de falhas nesse processo. Durante as entrevistas da pesquisa de campo, os avicultores relataram momentos em que o controle do processo produtivo escapou ao controle da indústria, situações estas que tiveram que ser contornadas e exigiram ainda mais dos avicultores, pois estes acabaram de alguma forma absorvendo os prejuízos causados por erros que não cometeram. Nas próximas páginas nos deteremos em apresentar as situações mencionadas pelos sujeitos durante a pesquisa:

- Falha na qualidade das aves de um dia: As aves de um dia, quando nascem, precisam ser selecionadas e entregues aos avicultores neste mesmo dia, razão pela qual recebem esta denominação. Elas não recebem, entre o nascimento e a entrega, nenhum tipo de alimentação, que só é ministrada quando estiverem acomodadas nos aviários. Alguns fatores podem determinar a qualidade destes animais ainda antes do nascimento, como por exemplo, a falta de alguma vitamina na composição da ração das poedeiras ou a choca do ovo de tamanho menor que o ideal. Outras situações podem afetar a qualidade logo no estágio inicial da vida antes da entrega aos avicultores, como a demora em chegar ao destino, ou a exposição, no trajeto, a condições climáticas pouco favoráveis (excesso de calor ou frio).

Os fragmentos abaixo ilustram situações em que os avicultores identificaram nas aves de um dia uma das razões capazes de comprometer a produção de um lote:

E1.: Você nunca pode dizer: “é um lote igual o outro”. Não existe lote igual.

E2.: Isso já vem lá da pondeira [pondeira]. E quantas falhas dá com pondeira [*idem*]? Às vezes dá pintinho grande, pequeno...

E1.: Às vezes um pintinho de 37 gramas [peso abaixo do ideal] ...

E2.: Dá pintinho mais fraco, e pintinho mais forte (Informações prestadas por E1).

A percepção desta falha, entretanto, dificilmente é reconhecida pela empresa. Estando a ave em perfeitas condições ou em má qualidade, da forma como é entregue, é criada e engordada. Os avicultores não podem devolvê-las ou trocá-las. Precisam contornar a adversidade da melhor maneira que puderem, pois, como já dissemos no decorrer deste texto, a boa produtividade é um interesse que também lhes cabe.

- Fornecimento de quantidade menor de aves de um dia. Neste caso houve uma falta de sincronia entre o cronograma de nascimento de aves e o alojamento das mesmas. Como consequência, os avicultores que receberam aves naquele dia foram prejudicados, recebendo um número menor do que o esperado. Isto acarreta prejuízos financeiros porque, durante a criação, um número considerável de aves acaba morrendo ou precisam ser eliminadas, e a remuneração dos avicultores é feita sobre o número de aves que foram abatidas, as perdas no processo correm por conta do integrado. Recebendo logo de início um número menor de aves, a renda obviamente será menor, sendo devolvidas para o abate um número de aves ainda menor do que o habitual. E3 nos relatou esta situação e como se expressou ao reclamar o corte com o técnico:

E3.: E daí lote passado eu falei “assim não dá, eu trabalho com 60 mil aves e me mandam 55. Mil frangos a menos por aviário, 4 mil frangos a menos”. Falei pro técnico “mas, pôxa, vem ‘x’ por cabeça lá no final, isso já vai me dar um ‘x’ a menos de cara. Por que me mandaram menos pintinho?” Mas houve falta de pintinho (Informações prestadas por E3).

- Falhas com ração. Durante a pesquisa nos foram relatadas três situações envolvendo falhas no alimento das aves: interrupção do seu fornecimento durante o processo de engorda; erro na composição da ração (excesso de sal e falta de vitamina); e falha na textura do produto. As duas primeiras situações nos foram relatadas por E3. Quando houve interrupção do fornecimento, conta que foi consequência de um problema na fábrica de ração, o que resultou na falta do alimento:

E3.: Inclusive também agora nós tivemos, até marquei tudo as fichas; nós tivemos problema com falta de ração. Quebrou a fábrica, e os frangos ficaram um pouco sem comer umas horas, um dia, um dia e pouco [...] O tempo que o frango ficou sem comer não vai converter, não vai ganhar peso (Informações prestadas por E3).

Já os erros na composição da ração geram como consequência a má formação dos animais, baixo desenvolvimento, redução do ganho de peso, ou mesmo condenações no abate por má qualidade. A identificação da falha cometida pela indústria é narrada por E3:

E.: Tem uns dias mais ruins do pintinho, às vezes a gente até já questionou, tem caso, que a gente dá a ração, dá ração, mas o pintinho não vem. Claro que hoje tem a fábrica de ração, totalmente informatizada. Mas a máquinas às vezes também erra. Até a empresa às vezes já reconheceu que deu problema nos biquinhos; foram tirar amostra da ração e deu falta de alguma vitamina. Uma vez deu excesso de sal. Não sei o que aconteceu, dobrou o consumo de água. Foram lá analisar, deu o dobro de sal na ração. Então a máquina errou (Informações prestadas por E3).

A terceira situação envolvendo problema com a ração está relacionada a textura, e acontece quando o alimento é mais graúdo as aves não conseguem engolir. Por isso elas retiram os “grãos” do comedouro com o bico e o jogam fora. A consequência é o aumento do consumo da ração sem que as aves tenham se alimentado dela, gerando como prejuízo financeiro o comprometimento da conversão alimentar. Este relato nos foi feito por E1 e E2:

P.: Como assim “jogado ração fora”? Vocês não pagam a ração?

E1.: A gente paga, mas joga ração fora. Já foi reclamado bastante. Que a ração muito graúda, joga muito fora.

E2.: Quando a ração é graúda, o frango não consegue engolir, ele pega no bico e joga fora (Informações prestadas por E1, Apêndice II, p. 10).

- Falhas no cronograma de abate. Este problema nos foi relatado por dois avicultores que enfrentaram o excesso de mortalidade das aves nos dias finais da engorda, o que gerou sérios prejuízos financeiros, pois o que se perde são aves prontas para o abate, que consumiram ração até atingir este estágio, razão pela qual a conversão alimentar fica comprometida. Nos dois casos, as aves estavam programadas para serem abatidas em dia específico, mas devido a um problema no frigorífico, a data foi adiada por tempo indeterminado:

E16.: [...] eu tinha um lote que ficou 60 e poucos dias. Não dava pra andar lá dentro, de tão grandes que tavam...

P.: Mas quando veio o frango, o senhor já sabia que eles seriam desse tamanho?

E16.: Não, era pra ser de 45 dias. Mas daí quebrou uma peça lá no abatedouro, eles não tiveram como vir carregar. E daí eles começam a morrer, de ataque e tudo o mais. Eu falei pro técnico: “se vocês não vão querer esses frangos, então eu vou desligar os ventiladores... porque eu tratei eles, e agora que eles tão grandes, vocês deixam eles morrerem tudo aqui” (Informações prestadas por E16).

E3 conta que com esse adiamento, as aves ficaram mais suscetíveis a doenças, pois foram alimentadas durante o período de espera com a chamada ração terminal, que é administrada na fase final da engorda por não conter aditivos que possam prejudicar a saúde humana. O avicultor entende que a alimentação das aves com a ração terminal pelo período maior que o previsto seja a razão do aumento desta mortalidade:

E3.: [...] que o frango é o seguinte, ele tem que comer no mínimo 5 dias a última ração. Pra, a ultima ração ela é uma ração de limpeza, que eles chamam, né. Daí, era pra carregar e não carregaram tal dia. Daí foi jogado dois dias pra frente. Daí não carregaram, foi mais dois dias pra frente. E assim ele ficou 15 dias na ração final. E em 15 dias com a ração final, ele não tem mais nenhuma defesa de antibiótico nada. Então a mortalidade aumenta, o frango que já tava um pouquinho fraco, ele fica mais fraco ainda, já não se alimenta mais direito. E aí me descontaram um monte de condenação, né. (Informações prestadas por E3).

A partir destas situações narradas pelos avicultores, podemos entender que por mais que o controle da empresa sobre o processo produtivo seja preponderante, existem momentos em que os controles lhe escapam e estes momentos constituem falhas no processo.

Como podemos observar através dos fragmentos, os avicultores são onerados cada vez que uma falha ocorre. Das situações que relacionamos, em algumas delas os avicultores foram ressarcidos pela empresa: quando houve atraso no abate, quando foi fornecida ao avicultor quantidade menor de aves de um dia, quando ocorreu falta de ração, e quando foi identificado, mediante exame, erro na composição de nutrientes da ração. Para receber a bonificação, os avicultores tiveram que reclamar com a empresa. Ainda assim, é impossível precisar se o valor da bonificação foi de fato suficiente para restituí-los dos prejuízos sofridos:

E3.: Me remuneraram alguma coisa depois ainda, né, em cima. Mas realmente... uma época eu nunca reclamava e agora eu tô ficando mais esperto, né: “não concordo com isso aí, que é que tu acha?” Daí realmente, duas ou três vezes eu consegui alguma bonificação em cima de rever cálculos, né (Informações prestadas por E3).

[...]

Agora, se depois lá no acerto vão me pagar ‘milão’, né, eu vou [dizer]: “Ah, tá bom, acho que sim né”. Mas... é assim mesmo. Mas...

P.: É difícil de calcular, na verdade, quanto que foi [o prejuízo?]...

E3.: É... realmente (Idem).

A partir dos exemplos acima mencionados, é possível afirmar que apesar da empresa manter de forma preponderante o controle sobre o processo de produção, existe espaços em que este controle escapa. Além dos espaços tratados nesta fase da pesquisa, há ainda outros que serão tratados no próximo capítulo, pois consistem nos espaços de mediação que se situam entre os controles da empresa e a atuação cotidiana do avicultor. São os momentos em que os avicultores percebem que as orientações feitas pela empresa não são capazes de garantir o bom andamento da produção. Consideramos estas situações como os momentos de aprendizagem autônoma dos avicultores, pois estes conhecimentos não lhes foram ensinados por terceiros, foram adquiridos no próprio processo produtivo, por meio da observação, das tentativas e dos erros.

No próximo capítulo, a formação dos avicultores é tomada como tema de central de análise, onde apresentaremos de forma sintética os fatores históricos que cumpriram importante papel na formação cultural e ideológica destes sujeitos. Dentre os conhecimentos que estes sujeitos adquirem, serão mencionados os necessários ao desempenho da atividade (aprender a criar frango industrial) e a identificação dos momentos em que as orientações técnicas devem ser ignoradas. Nesta fase do trabalho também apresentaremos os principais episódios que fizeram parte da constituição da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar). Partimos do entendimento de que processo de organização da reivindicação coletiva também deve ser interpretado como resultado de aprendizagem, ainda que, como trataremos no texto, este instrumento seja movido pelos interesses estritamente econômicos.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DOS AVICULTORES PARCEIROS DA SADIA S.A.

Quando a idéia de estudar o processo de formação dos avicultores foi concebida, partimos da hipótese de que esta formação acontece fora dos espaços formais de ensino. A pesquisa revelou, de fato, que os avicultores não são submetidos a nenhum mecanismo formal de instrução para exercer a atividade. Durante as entrevistas, uma das questões aplicadas consistia em saber dos sujeitos se eles passaram por algum curso de formação antes de ingressarem na atividade: na totalidade dos casos que compuseram esta investigação, a resposta foi negativa.

A empresa promove esporádicos encontros de orientação, cujo teor geralmente está relacionado a alterações contratuais, repasse de novas exigências de qualidade impostas pelos mercados compradores de frango e, em algumas poucas situações, são tratados assuntos relacionados ao manejo⁴⁰. O aprendizado da avicultura acontece eminentemente no próprio exercício da atividade, contando com a assistência técnica e com outras informações que cada sujeito busca por iniciativa própria. Apenas recentemente as empresas integradoras têm incentivado os avicultores a realizarem o curso de manejo de aves oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAR). Entretanto, este curso tem cumprido muito mais com a função de diplomar os avicultores, de forma que eles tenham um documento comprovando sua habilidade para o exercício da atividade, do que necessariamente ensiná-los, já que os participantes do curso apresentam experiência empírica na atividade. Trataremos deste curso no item “3.2 O Aprendizado da Avicultura”.

Scheid (2001, p. 83), ao realizar uma pesquisa que teve por finalidade compreender quais são as competências distintivas que separam os bons produtores dos produtores de baixo desempenho, conclui que os bons avicultores são verdadeiros empreendedores, pois vêem sua atividade como um negócio, e o fazem lucrativo. Embora o empreendedorismo tenha se transformado num importante conceito educacional, que levou inclusive a UNESCO a torná-lo o quinto

⁴⁰ O manejo é o termo que designa o ato de manejar, de lidar cotidianamente com as aves.

pilar da educação – Aprender a Empreender⁴¹ (REVISTA PRELAC, 2008) –, o empreendedorismo dos avicultores não é aprendido nos bancos escolares. Na avicultura, o empreendedorismo é um pressuposto por meio do qual os avicultores realizam a atividade, pois cabe a eles a dedicação ao trabalho com crescente empenho e a elucidação das incógnitas que surgem no decorrer do processo produtivo. Estas atitudes são indispensáveis para garantir bons resultados produtivos e financeiros.

O sentimento de responsabilidade pelos resultados produtivos é, em essência, uma noção que orienta o trabalho dos avicultores. Como já indicamos no Capítulo I (mais especificamente no item “1.3.2 AVICULTORES: Uma categoria *Sui Generis*”), o fato dos avicultores terem sido agricultores antes da avicultura, explica em parte a responsabilização pessoal pelos resultados produtivos, pois no exercício de uma atividade autônoma (como é o caso da agricultura) as decisões recaem sobre o pequeno proprietário. Quando ingressam na avicultura, apesar da autonomia estar cerceada pelos controles da empresa, a noção de auto-responsabilidade ainda os acompanha. No próximo tópico deste trabalho, exploraremos as razões que levam os agricultores a buscar a integração com a agroindústria, compreendendo que papel cumpre a formação cultural destes sujeitos neste processo.

Em seguida buscaremos apresentar de forma bastante sintética como o avicultor aprende a avicultura, que domínios tácitos, perceptivos ou teóricos são exigidos deles para que possam exercer esta atividade. Buscaremos ainda descrever o tipo de trabalho que o avicultor exerce, ou seja, que ações, medidas e movimentos são desenvolvidos na atividade cotidiana. Também serão exploradas nesta fase do texto algumas situações que revelam a existência de aprendizados que o avicultor adquire, mas que permanecem alheios à empresa. Nós os entendemos como as mediações, espaços de autonomia, situados entre as orientações da empresa e o fazer cotidiano dos avicultores.

Por fim, apresentaremos alguns elementos relativos à organização da resistência destes sujeitos, compreendendo esta organização também como

⁴¹ Os quatro pilares da educação são: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos. Eles constituem as diretrizes educacionais preconizadas pela UNESCO para o desenvolvimento da educação no século XXI. Estas diretrizes foram elaboradas no período de 1993 a 1996 sob a coordenação de Jaques Delors, e compõem o relatório para a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO. O relatório foi também publicado na forma de livro, que recebeu o título “Educação: um tesouro a Descobrir”, publicado no Brasil pela Editora Cortez, em 1999.

resultado de um aprendizado. O conhecimento tácito apreendido por estes sujeitos, essencial ao desempenho da atividade com o objetivo de aumento cada vez maior da produção, não os privou de desenvolver os conhecimentos sócio-organizativos, que tiveram na fundação da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (Aaviopar) a sua mais eminente forma de materialização.

No conjunto, este capítulo busca apreender uma realidade, por meio da qual possamos vislumbrar um caso específico, em que um importante setor produtivo pôde contar com trabalhadores cuja formação para o trabalho aconteceu fora das estruturas formais de ensino, o que – pelas observações e pelos depoimentos colhidos durante a realização desta pesquisa – não tem comprometido o desempenho e os bons resultados do setor.

3.1 A FORMAÇÃO CULTURAL DOS AVICULTORES: ORIGENS, ETNIAS E PENSAMENTO IDEOLÓGICO

O processo de trabalho da indústria avícola pode ter seu início demarcado pela escolha, por parte das empresas do setor, do local que apresenta as melhores condições para a instalação das unidades produtivas. No caso da avicultura, as condições ideais somam a matéria-prima (cereais: milho e soja), a existência dos potenciais avicultores e de mão-de-obra para a indústria.

A produção avícola no estado do Paraná esteve concentrada, até meados da década de 1970, em regiões próximas de Curitiba, cidade de maior densidade populacional e, logo, de maior consumo. Mas depois as indústrias passaram a deslocar seus pólos produtivos para as regiões onde houvesse abundância de matéria-prima. Atualmente, as regiões oeste e sudoeste do estado são as que mais concentram unidades de produção de aves (COSTA, 1993, p. 78).

Para as agroindústrias, a instalação das unidades produtoras no interior, perto da matéria-prima, resultou em redução de custo com transporte. A quantidade de matéria-prima necessária para a produção de frango – cereais, portanto – é muitas vezes superior ao volume que representa o produto quando pronto para o consumo. Por isso as empresas têm optado em instalar suas indústrias produtoras e processadoras em regiões caracterizadas pela produção agrícola e a realizarem o transporte mais longo somente dos produtos já beneficiados. Obviamente, a interiorização deste tipo de produção só foi possível com o desenvolvimento

tecnológico, quando o transporte da carne – alimento altamente perecível – passou a ser feito em condições de refrigeração capazes de manter a sua qualidade.

Seguindo esta estratégia, em meados de 1964 a Sadia S.A. adquire o antigo frigorífico Pioneiro de Toledo-PR. O abate e a industrialização de frangos foram iniciados nesta Unidade a partir de 1979 (COSTA, 2005, p.14). Nesta região já estavam situados os potenciais “parceiros” de produção, os pequenos produtores rurais, dedicados ao cultivo do milho e da soja (matéria-prima da ração, alimento das aves), e que tem no trabalho familiar a composição preponderante da mão-de-obra. A constituição da força de trabalho que veio a atender o interesse da Sadia S.A. para a produção da matéria-prima para a indústria – o frango – pode ser compreendida por meio do processo de colonização deste município e dos municípios vizinhos.

Schreiner (1997, p. 57), analisando o processo de colonização da região onde se localiza, entre outros, o município de Toledo-PR, defende a tese de que esta região foi colonizada sob princípios éticos e religiosos, característico dos migrantes que davam um valor muito especial ao trabalho.

A região de Toledo-PR foi colonizada por uma empresa – a Colonizadora e Madeireira Rio Paraná S.A. (MARIPÁ), de Porto Alegre – RS. Duas obras consultadas e que tratam da colonização da região apresentam versões distintas acerca da origem desta colonizadora. De acordo com Schreiner (1997, p. 64), a Fazenda Britânia adquiriu⁴² as terras do governo brasileiro por meio da Lei n° 610, de 06 de abril de 1905. A Maripá teria comprado as terras da Fazenda Britânia e dado início a um cuidadoso e planejado processo de colonização. Já para Emer (1991, p. 66), a Fazenda Britânia e a Colonizadora Maripá pertenciam ao mesmo grupo econômico, não houve compra das terras de um grupo por outro, mas a legalização das atividades sob a nomeação da Colonizadora Maripá. Ainda que esta questão não apresente relevância para fins deste estudo, mencionamos as distintas interpretações para efeitos de esclarecimento.

Os objetivos da Maripá consistiam na obtenção de lucros com a comercialização da madeira e das terras, e posteriormente, obter ganhos também a partir do desenvolvimento econômico da região. E, para garantir esse “desenvolvimento econômico”, os sujeitos certos precisavam ser selecionados para

⁴² Não encontramos maiores explicações para o termo “aquisição”. Assim, não ficou claro se o termo refere-se à doação destas terras à companhia inglesa ou se a companhia as adquiriu do Estado brasileiro por meio de compra.

colonizar as terras:

O objetivo da colonizadora era de que os migrantes ocupassem e explorassem de imediato a terra. Por isso, agricultores sem experiência na agricultura (na produção de suínos, milho, arroz, trigo, batata, etc.) e organização cooperativa, e os que não fossem afeitos ao trabalho, não eram selecionados (SCHREINER, 1997, p. 67).

Os sujeitos que colonizaram esta região, portanto, foram criteriosamente escolhidos. O município de Toledo-PR e seus arredores foram colonizados por agricultores oriundos das regiões oeste do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, católicos e protestantes, descendentes de alemães e italianos⁴³. Os migrantes tinham em comum a etnia, a adesão ao credo religioso, e a determinação de acumular riquezas por meio do trabalho. A escolha, por parte da Colonizadora, dos descendentes italianos e alemães, deveu-se, segundo Schreiner (1997 p. 66), “por serem considerados como portadores de ‘mão-de-obra esmerada’ e de ‘maior valor produtivo’”.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina estes agricultores já não encontravam mais as condições adequadas para produzir. O esgotamento do solo (em consequência do uso inadequado ou sem a reposição de nutrientes) e a superpopulação das pequenas propriedades fundiárias (que ocorreram em função da partilha da terra entre os filhos, tornando as unidades de produção menores a cada nova geração) foram os dois principais fatores que os levaram a buscar novas terras em outras regiões. O projeto de colonização empreendido pela Colonizadora Maripá surge como uma resposta às suas expectativas⁴⁴. Durante a pesquisa de campo, dentre as questões que os agricultores da Sadia S.A. responderam estavam perguntas relacionadas à origem da propriedade e as razões que os trouxeram (ou os compradores originais da terra: pai, mãe, sogros) ao Paraná. Constatamos que todos os entrevistados são originários, ou do estado do Rio Grande do Sul (em 10 entrevistas os agricultores ou seus pais vieram deste estado) ou de Santa Catarina

⁴³ Schreiner (1997, p. 67) explica que o maior ou menor fluxo de migrantes de descendência italiana ou alemã dependeu do revezamento de dois dos seus principais diretores. Enquanto a colonizadora foi dirigida por Alfredo Ruaro, “os migrantes eram na sua maioria de origem italiana. Na medida em que Willy Barth assumiu a direção da empresa o fluxo de migrantes de origem alemã era maior”.

⁴⁴ Não tivemos acesso a estudos que pudessem nos esclarecer se a conjugação destas duas intenções – de um lado, o empreendimento da colonizadora MARIPÁ S.A. e, de outro, as necessidades dos agricultores catarinenses e gaúchos de comprar novas terras – é uma simples eventualidade, ou se o empreendimento da colonizadora surgiu a partir de um conhecimento prévio de que nestes dois estados estavam os clientes ideais para a compra destas terras.

(em 1 entrevista este foi o estado de origem da família). Sobre as razões que os trouxeram a este estado, algumas das respostas obtidas podem ser assim exemplificadas: expectativa de uma vida melhor (E14 e 15, em entrevista), de que esta região lhes traria sorte (E16, E17 e E18, *idem*), e de que nesta região pudessem contar com boa produtividade, pois as terras no estado de origem haviam perdido a fertilidade (E8, *idem*).

Segundo Schreiner (1997, p.70), a divulgação, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, da existência de terras a venda em boas condições para plantio no oeste paranaense não ocorreu com a propaganda ruidosa. Para que os interessados tomassem conhecimento, foram contratados corretores nos municípios gaúchos e catarinenses. Estes corretores eram “proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais, agricultores e professores”, que adquiriram terras da Colonizadora e depois voltaram à terra de origem para incentivar a vinda de parentes e amigos (SCHREINER, 1997, p. 72). O que o autor quer defender com este fato é que efetivamente a Maripá não buscou vender as terras a qualquer interessado, mas que elas fossem adquiridas por um público eletivo, escolhido pela colonizadora.

A colonizadora manteve o cuidado de vender as terras aos migrantes de tal forma que fosse mantida proximidade entre propriedades dos parentes e antigos vizinhos do estado de origem. O objetivo era manter os laços culturais e reforçar a vontade dos colonos de que permanecessem na nova terra.

Esse critério seletivo da Maripá demonstra o desejo de estabelecer uma homogeneidade populacional na área de colonização. Por isso, procurou recrutar famílias de uma mesma localidade e instalá-las umas próximas às outras” (SCHREINER, 1997, p. 67).

Dessa forma, evitava-se a mistura de descendentes de italianos e alemães, católicos e protestantes. Aglutinando, na mesma região, migrantes de mesma origem étnica e religiosa, manteve-se o convívio pacífico entre as comunidades, com respeito mútuo, ainda que entre uma comunidade e outra fosse mantida certa distância – não só no sentido físico como também de relacionamento.

Essa tendência de manter os laços culturais e étnicos a partir da formação de comunidades fechadas sobre si foi também identificada por Schneider (1999, p. 23). O autor descreve algumas das características do processo de colonização alemã que ocorreu na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul:

Um dos aspectos determinantes da organização social da sociedade colonial teuto-brasileira foi o “povoamento rural disperso” dos colonos, pelo qual se entende uma forma de ocupação geofísica baseada na abertura de caminhos por dentro da mata denominadas linhas e/ou picadas. Ao longo desses caminhos, as terras foram demarcadas, os colonos estabeleceram suas propriedades e construíram suas moradias. Essa forma de ocupação geográfica, associada à etnia, ao domínio da língua germânica e às dificuldades de comunicação (falta de estradas, etc.), foi fator decisivo à formação e manutenção de uma sociedade com alto grau de endogamia e relativamente fechada sobre si mesma até meados da década de 1950 (SCHNEIDER, 1999, p. 23).

Este modo de ocupar a terra no Rio Grande do Sul foi reproduzido no oeste do Paraná, porém, não por necessidade, como aconteceu originalmente no Rio Grande do Sul com os alemães, mas por critério da colonizadora. A Maripá teve o cuidado de repartir os lotes e fazer a distribuição destes, de forma a evitar a formação de grandes propriedades. O “modelo de colonização fundiário explicita que a colonização visava ao pequeno produtor rural, com tradição policultural, e de base de trabalho familiar” (SCHREINER, 1997, p. 66).

Segundo Costa (1993 p. 45), a agroindústria utiliza como critério para a escolha dos avicultores a mão-de-obra familiar. A razão desta preferência pode ser identificada pela constatação de Dinten (2005 p. 60), cujo estudo indica que os resultados da avicultura familiar são melhores que os da avicultura patronal (onde o avicultor utiliza mão-de-obra assalariada para o trabalho na produção), mesmo quando na avicultura familiar são aplicados menos recursos.

As falas dos avicultores quanto à convicção que sentem na força do trabalho como sinônimo de prosperidade financeira são extremamente reveladoras, pois demonstram a absorção, por parte daqueles sujeitos, do espírito empreendedor e de “parceria” entre capital e trabalho. O sucesso ou insucesso de cada sujeito é compreendido como o resultado do esforço que cada um dedica ao seu trabalho, e a medida de uma coisa ou da outra depende do grau de perseverança e de afinco com que os sujeitos se entregam à atividade.

No fragmento abaixo, os avicultores revelam o sentimento da “parceria” na relação com a empresa. Também expressam preocupação pelo fato da Associação dos Avicultores reivindicar que a empresa auxilie os avicultores nos custos de produção, e, por fim, afirmam que a renda de cada um é determinada pelo grau de ambição com que se dedicam à atividade:

E9.: Nós somos parceiros. A gente acha que tem o lado ruim, mas ainda me considero parceiro. Perfeito ninguém é. A gente ainda fica contente que a empresa ainda dá essa oportunidade pra gente. Ainda mais sendo a Sadia. A Sadia é uma empresa muito forte.

P.: E essa associação, que tá surgindo, o que vocês esperam que mude na vida de vocês? [...]

E10.: Sei lá.

E9.: Tem coisas que ela pode fazer melhor, tem coisas que ela pode até atrapalhar. Eles tão pedindo muita coisa, que tem vezes que a empresa não pode dar. [...]

E10.: Você sabe que sindicato é sindicato [referem-se à Associação como sindicato], né. Você sabe como é. Às vezes eles podem prejudicar. Que nem o técnico comentou com nós: o sindicato quer que a Sadia pague o mínimo de 4500 reais por lote. Daí a pessoa vai pensar: por que é que eu vou trabalhar, se ela já vai me pagar esse dinheiro? Então eu acho que quem trabalha, faz tudo certinho, tem que ganhar bem. Mas quem não faz nada não devia ter o direito.

E9.: E nós [es]tamos trabalhando. A gente não se contenta com 5 mil o lote, mas tem gente que acha que 5 mil já tá bom, já é o bastante. Como é que a Sadia vai saber se a pessoa trabalhou ou não? Nós trabalhamos pra ganhar 10, 12 mil, não pra ganhar 5 mil (Informações prestadas por E9 e E10 em entrevista).

A reprodução da vida por meio da pequena propriedade é uma característica predominante entre os avicultores parceiros da Sadia S.A. da Unidade de Toledo-PR. Durante a pesquisa de campo, constatamos que todos os entrevistados são pequenos proprietários de terra, sendo que 10 (dez) deles utilizam a força de trabalho familiar como mão-de-obra preponderante na avicultura. Apenas 1 (um) avicultor utiliza mão-de-obra assalariada na atividade.

A região de Toledo-PR reunia, portanto, as condições ideais para o estabelecimento da unidade de produção de frangos que a Sadia S.A.. A produção abundante da matéria-prima da ração (os cereais, como já mencionado), a pequena propriedade fundiária com predominância do trabalho familiar e da policultura, foram fatores que devem ter influenciado a empresa Sadia S.A. a instalar uma Unidade em Toledo-PR, pois, como assevera Costa (1993, p. 168-168), a integração de agricultores com pequenas unidades de produção é preferida para a integração aos agricultores de grande ou médio porte.

Os agricultores, entretanto, precisavam ser convencidos de que a integração lhes seria favorável. Nas próximas páginas buscaremos elencar alguns fatores que tornaram a avicultura uma alternativa para os agricultores, mesmo fortemente controlada e subjugada pela integradora.

Como já explorado no Capítulo I deste trabalho, a modernização da agricultura e a difusão do agronegócio como fórmula para a sobrevivência da

agricultura são dois dos aspectos que cumpriram papel fundamental no desenvolvimento das agroindústrias. De 1960 para cá, a agricultura brasileira sofreu três ciclos de concentração fundiária, sob a orientação norte-americana, conhecida como a revolução verde. O primeiro ciclo, iniciado pouco antes da década de 1960, contou com o uso de maquinários agrícolas, de grande impacto tecnológico, e de agrotóxicos, destinados à agricultura extensiva; o segundo ciclo, iniciado na década de 1980, constituiu-se na manutenção do modelo, trazendo como inovação a hibridagem das sementes e o plantio direto; o terceiro ciclo iniciou na década de 1990, trazendo como novidades a biotecnologia (transgênicos) e a tecnologia via satélite incorporada à produção (mapeamento das áreas agricultáveis, possibilitando planejamento e controle produtivo a distância). Neste último ciclo, a agricultura deixa de ser atividade camponesa para se tornar uma atividade empresarial de exploração do negócio agrícola, ou seja, o agronegócio.

Como resultado deste movimento, a produção na pequena propriedade fundiária é inviabilizada. Quando pequenas e grandes propriedades passam a dedicar-se ao mesmo cultivo – na região sul do Brasil, soja e milho são os principais cereais produzidos – o pequeno proprietário sofre as conseqüências de uma disputa em desigualdade de condições, pois seus custos de produção tendem ser maiores (por adquirir insumos em menor quantidade), e os produtos tendem não alcançar os valores que atingem os produzidos em grande quantidade, porque os pequenos produtores precisam recorrer a atravessadores para a comercialização, enquanto os grandes proprietários podem realizar a comercialização diretamente com os mercados compradores. Os últimos, por apresentarem condições econômicas mais favoráveis, estocam seus produtos e esperam o melhor momento para a comercialização, o que geralmente ocorre em épocas afastadas da colheita. Os pequenos proprietários dificilmente conseguem adiar a venda da produção, e a realizam após a colheita, quando o aumento da oferta reduz o valor do produto⁴⁵.

Ainda assim, com a tendência generalizada da mecanização agrícola, as pequenas propriedades que conseguiram resistir ao intenso movimento de concentração fundiária passaram a apresentar um excedente de mão-de-obra. O excedente de mão-de-obra não acontece somente porque atividades antes

⁴⁵ O clima e a temperatura são fatores determinantes no que concerne à produção agrícola, diferenciando-a qualitativamente da produção industrial. Ainda não é possível cultivar trigo nas estações do ano marcadas por elevadas temperaturas, ou soja quando o clima tende ser frio. Assim, as colheitas de um determinado cultivo tendem sempre coincidir, razão pela qual a oferta aumenta nestas épocas.

realizadas manualmente passam a ser realizadas com máquinas e equipamentos. A incapacidade financeira de ampliar as propriedades para possibilitar aos descendentes seus próprios meios de vida também foi um fator que produziu o inchaço das unidades de produção familiar. Nos fragmentos abaixo, E7 conta que ele e seus irmãos precisavam de uma renda a mais, pois o “serviço” na propriedade era pouco, o que indica excedente de mão-de-obra na unidade de produção familiar; e E6 conta que identificou a tempo que os pequenos proprietários logo não teriam mais condições de comprar terras, motivo pelo qual adquiriu as suas a tempo, e buscou diversificar a produção por meio da avicultura como meio de manter a família trabalhando e produzindo na propriedade:

P.: E por que vocês resolveram começar com a criação de frango? Qual foi o principal motivo?

E7.: O serviço era pouco, né. Pra ter um serviço a mais, uma renda a mais (Informações prestadas por E7 em entrevista).

E6.: Pelo fato de eu ser um pequeno proprietário, e na época eu consegui comprar dois pedacinhos de terra... mas naquela época [...] já dava pra se ter a visão de que quem era proprietário, [...] quem não era, dificilmente ia ser. [...] Então como eu tinha uma pequena propriedade eu tinha que diversificar [...] pra eu conseguir me manter e de repente manter a minha família na propriedade. Senão, meus filhos a partir do momento que atingissem uma idade teriam que ir pra cidade arrumar emprego, porque não ia ter como bancar eles, se eu não diversificasse (Informações prestadas por E6 em entrevista).

As unidades de produção familiar passam a apresentar, portanto, as condições ideais para a realização de atividades sob encomenda para as agroindústrias. Ao agricultor, a renda proporcionada por uma atividade extra, representa, em muitos casos, a possibilidade de que a propriedade não tenha que ser vendida, pois o avicultor continua exercendo as atividades agrícolas, mesmo que estas já não sejam tão rentáveis. Isto ficou comprovado na pesquisa de campo realizada junto a 11 (onze) avicultores integrados à Sadia S.A. Unidade de Toledo-PR, em que os motivos que os levaram a ingressar na atividade avícola foram assim apresentados: 9 (nove) entrevistados afirmam que buscaram a avicultura para ampliar a renda e diversificar a produção da propriedade, confirmando, assim, a inviabilidade financeira dos pequenos agricultores em reproduzir a sua existência os ganhos advindos somente da agricultura; 1 (um) avicultor afirmou que ingressou na atividade por curiosidade – ter um aviário era seu sonho; e 1 (um) disse que ingressou na avicultura para ter uma atividade onde os riscos pudessem ser

compartilhados com a agroindústria, pois na agricultura o agricultor assume os riscos sozinho. No que toca à participação da renda advinda da avicultura na composição da renda total da propriedade, as informações fornecidas foram:

- Em 1 (uma) propriedade, a única fonte de renda é a avicultura, pois os seus proprietários venderam a terra onde cultivavam para comprar um terreno pequeno com 2 (dois) aviários e passaram a se dedicar à atividade de forma integral. Nela, portanto, 100% (cem por cento) da renda advém da avicultura;
- 3 (três) avicultores disseram que a avicultura representa entre 60 e 80% (sessenta e oitenta por cento) da renda total da propriedade, ou seja, esta atividade representa a maior parte;
- 3 (três) avicultores afirmam que a maior parte da renda provém da suinocultura (outra atividade integrada que exercem além da avicultura). Mas nos três casos, a integração com a agroindústria (somando a produção de aves e suínos) é responsável pela maior parte dos rendimentos provenientes da propriedade;
- Em 3 (três) entrevistas os integrados não souberam responder que proporção a avicultura ocupa na renda total da propriedade.

No conjunto, as informações coletadas indicam que a integração (quer seja pela avicultura ou outra atividade) acaba exercendo uma grande diferença nos rendimentos dos agricultores.

E3.: [...] A pequena propriedade, se ela não tiver uma renda extra além da lavoura, ela não sobrevive mais. Então ela tem que ter, ou o suíno, ou a integração de aves, ou o leite, alguma renda extra que seria quase mensal ou bimestral, que só a lavoura ela é anual, o custo é alto, e a pequena propriedade não tem como sobreviver (Informações prestadas por E3).

Portanto, o papel que exerce o aumento da renda resultante da atividade deve ser considerado um fator importante no que se refere ao fato dos agricultores optarem por dividir a atividade autônoma que exercem na agricultura pela atividade controlada pela agroindústria, como é o caso da avicultura.

A empresa integradora conhece a realidade dos agricultores, identifica a importância que uma renda adicional assume na vida desses sujeitos e da sua necessidade de diversificar a produção para conseguir manter a propriedade. Por isso, escolhe agricultores que se mostrem receptivos às exigências que lhes são impostas. Dentre as características, o interessado deve manifestar aspiração de

progresso econômico, no sentido de acreditar que este é alcançado por meio do trabalho, do esforço e da determinação. Assim,

[...] as empresas integradoras não só acabam escolhendo entre os camponeses os melhores, conforme os seus critérios, mas também aqueles que, com mais dedicação se dispõem a articular sua vida e seu trabalho, de acordo com os ditames do capital industrial. Esta disciplina, assim, “os corpos e as mentes” a seus interesses (BELATO, citado por COSTA, 1993, p. 175).

O fragmento de entrevista abaixo revela que, se por um lado os avicultores identificam as cobranças de produtividade como um fardo, por outro, eles também reproduzem esta lógica “produtivista”:

E3.: Olha, tem realmente gente que trabalha e não se sai bem, mas tem gente que realmente também é relaxado. A gente sabe de gente que, inclusive no último barracão que eu comprei ano passado que eu comprei um barracão usado, né. Olha, se é pra mim [eu] criar frango desse jeito [do jeito que criava o antigo proprietário do barracão] é melhor parar, né. Então não tem como... hoje em dia tudo o que você faz você tem que ser um profissional. Não tem como ter um meio-termo: “Ah, eu vou fazer de qualquer jeito”. Ou você é uma coisa, ou deixa de ser. [...] o erro maior, muitas vezes dentro da granja, é o ser humano, né. Por isso que aí tem gente que fecha os aviários e vai passear, né, daí volta de noite, e aqui não, aqui sempre um [uma pessoa] tá aqui acompanhando, né. (Informações prestadas por E3 em entrevista).

As agroindústrias impõem exigências aos agricultores porque elas se encontram em condições de escolher seus “parceiros”. O contrário – ou seja, o avicultor escolher a agroindústria a qual pretende se integrar – dificilmente ocorre. Um agricultor pode até se inscrever em mais de uma agroindústria, mas a escolha é a agroindústria que faz. Uma vez integrado, ao avicultor é dificultada a possibilidade de trocar de empresa.

E19: “[...] as empresas têm um certo pacto entre elas... nenhuma pega avicultor do outro pra não criar aquele problema, a não ser que a outra empresa autorize. Elas não fazem sem autorização” (Informações prestadas por E19 em entrevista).

De acordo com Costa (1993), a empresa Sadia S.A. mantém uma lista de produtores interessados à espera para o ingresso no sistema de integração. Assim, ela pode escolher aqueles que apresentam melhores condições de trabalho e investimento.

As informações prestadas pelos avicultores corroboram esta indicação, pois

dos 11 (onze) entrevistados, apenas 1 (um) foi procurado pela empresa; os outros 10 (dez) entrevistados disseram que procuraram a empresa buscando integração. Esse dado é revelador por indicar que o interesse e a grande procura dos agricultores por esse tipo de atividade proporcionam à empresa a possibilidade de impor condições e escolher, dentre os candidatos, aqueles mais receptivos às exigências materiais da produção em aviários e que se disponham, de corpo e alma, a se “integrar” à empresa.

3.2 O APRENDIZADO DA AVICULTURA

Como já mencionamos no início deste capítulo, os avicultores não passam por nenhum curso preparatório para exercer a avicultura. Uma vez cadastrado na integradora como interessado em produzir frangos para a empresa, o agricultor pode ser aceito ou não.

A pesquisa de campo revelou que, depois do aceite da empresa, o passo seguinte foi a busca por crédito. No item “1.1 O Estado Brasileiro e a Avicultura” do Capítulo I, mencionamos o apoio financeiro propiciado pelo governo do estado do Paraná, quando muitos avicultores tiveram acesso a crédito público por meio do Programa “Panela Cheia” para financiar a construção dos aviários. No item 2.2 “O Contrato de Integração”, do Capítulo II, foi apresentada a informação de que todos os avicultores entrevistados financiaram, senão todo, ao menos parte dos recursos necessários à construção dos aviários. Neste tópico também mencionamos que os recursos para financiamento só são liberados por parte das agências financeiras mediante a intencionalidade por escrito da empresa integradora de que irá integrar o agricultor.

Depois que a empresa manifesta o aceite para a integração e que o banco libera o empréstimo, os agricultores iniciam a construção dos aviários. Os aviários são construídos perto de casa, pois os agricultores sabem que passarão parte significativa do dia dentro dos galpões, e que deverão visitá-los a noite para verificar o bem estar das aves, motivo pelo qual a distância é um inconveniente. Outra razão que justifica a proximidade entre casa e aviário é a possibilidade de redução de custos com a extensão (encanamentos e fios condutores) do fornecimento de água e energia elétrica para os aviários, tendo em vista que ambos já abastecem a residência.

Depois de escolhido o local – a escolha é feita pelo agricultor, mas o técnico da empresa precisa concordar – faz-se a terraplanagem do terreno, e dá-se início à construção. O projeto é fornecido pela empresa, para garantir a padronização das construções:

P.: E a questão da construção, tinha projeto, ou como é que era?

E16.: Sim, a Sadia fornecia a planta, pagava o CREA...

P.: Isso ela fez?

E16.: E o alvará. Os documentos tudo ela pagou (Informações prestadas por E16 em entrevista).

Quanto à construção em si, os avicultores têm a liberdade de escolher como a construção será erguida: se contratará pedreiros ou empresa de construção civil, ou ainda, se fará a construção com ajuda de parentes e amigos em mutirão. E6 conta as diferentes experiências por que passou na construção de dois dos seus aviários:

E6.: [...] pra você ter uma idéia de como as coisas mudaram. Então quando eu resolvi construir [...] os vizinhos vieram aqui e construímos... [...] na época construímos esse daqui, construímos [aviário] do meu cunhado do lado, nós mesmos. Não tinha uma assistência técnica, não tinha nada. Pra tu ver como muda. O [aviário] que foi feito ano passado, eu não pus a mão. Contratei uma empresa, veio um engenheiro, o recolhimento de CREA, tudo como manda a lei, e em 21 dias eles me deram a construção prontinha. Eu não pus a mão. Eu só disse: “Olha, isso não serve... Assim não tá bom...” Agora fazer... pra tu ver como muda... (Informações prestadas por E6 em entrevista).

Depois da construção pronta, é preciso equipar os aviários. Todo o aviário precisa estar equipado para controle da temperatura (sistema de refrigeração e de aquecimento), de alimentação (comedouros e bebedouros), e medidas de segurança e higiene. A empresa não orienta os avicultores quanto à aquisição dos equipamentos para manter a temperatura e a alimentação das aves, apenas exige que o avicultor consiga, com os equipamentos que decidir comprar, manter a temperatura interna e a alimentação adequada às necessidades das aves. A pesquisa de campo revelou que o nível de incorporação tecnológica pode não interferir nos resultados obtidos. Durante as entrevistas, perguntamos a todos os avicultores que conversão alimentar tem conseguido realizar. Dentre eles, o avicultor que apresentou o melhor índice (1,3 quilogramas de ração para produzir 1 quilograma de frango), era também o que utilizava os equipamentos mais atrasados do ponto de vista tecnológico: na alimentação, utilizava comedouros manuais nos 3

(três) aviários⁴⁶, e a refrigeração era feita com a utilização de ventiladores, enquanto os demais avicultores equiparam os aviários com exaustores. Entretanto, é preciso levar em conta que nesta propriedade 5 (cinco) pessoas adultas da família trabalham dedicadas integralmente à atividade. A grande disponibilidade de mão-de-obra pode explicar o excelente desempenho mesmo quando se produz com atraso tecnológico.

Apesar de a empresa não exigir a automatização dos comedouros e bebedouros, mesmo assim os avicultores costumam investir nestes equipamentos porque eles representam maior comodidade no trabalho. O fragmento abaixo foi extraído da entrevista realizada com E11, onde o avicultor conta que a mão-de-obra familiar é insuficiente e também por considerar que o conforto proporcionado pelos equipamentos automáticos compensa o investimento:

P.: E assim, essa questão de equipamentos, eles eram muito exigentes logo de início, ou...

E11.: Não. Era opcional. Você escolhia... pra ver o que ia colocar dentro. Se queria colocar logo automático, ou manual... eu coloquei tudo manual. Simplesinho, comecei. [...]... sem ventilador, sem nada... mais tarde é que eu coloquei ventilador...

P.: E quanto tempo ficou assim bem manual?

E11.: Demorou. Tem uns 8 anos acho que nós temos comedor automático. Muito sofrido... e se a gente não tem mão-de-obra suficiente pra tocar... e nós tinha carrinho manual, nossa, doía as pernas... as costas. Agora já não mexe mais com nada... (Informações prestadas por E11).

Entretanto, a empresa exige que os avicultores realizem as adaptações relativas às medidas de biossegurança. Embora diretamente a empresa não tenha o poder de obrigar os avicultores a realizarem tais adaptações, a indução acontece por meio de incentivos financeiros aos que cumprem as exigências. Conforme já tratado no item “2.2.2 Controle sobre a produção”, todas as exigências impostas aos avicultores que aderem ao Sistema Sadia de Produção (SSP), cujas adaptações, equipamentos e investimentos necessários estão relacionados no Anexo III deste trabalho, são medidas de biossegurança impostas pela empresa que, por sua vez, são cobradas dela pelo mercado comprador do frango.

Depois do aviário construído e equipado, o integrado avisa a empresa de que está tudo pronto para que a atividade tenha início, e esta, por sua vez, agenda o

⁴⁶ Outro avicultor, ao descrever as vantagens do comedor automático em relação ao manual, diz que carregar toda a ração até os comedouros é um “trabalho escravo”, pois no final do lote, quando as aves apresentam o maior consumo, tratá-las manualmente significa carregar 10 toneladas de ração por dia dos silos até o interior do aviário (Informações prestadas por E8 em entrevista, Apêndice IV, p. 74).

início do primeiro lote de aves. Os avicultores descrevem com admiração e insegurança o primeiro contato com os frangos:

P.: A questão do aprendizado, como é que foi? Aprender a lidar com aves foi difícil, foi fácil, foi tranquilo, como é que foi?

E11.: É, no começo foi bem complicado, né. [...] Daí eu falei: o que é que eu vou fazer com esses pintinhos? Daí o técnico veio, ele falou: “Se você tem a temperatura ideal, tem água e tem comida, pode deixar que com o resto ele se vira sozinho...” (Informações prestadas por E11).

Mais à frente veremos que o frango de granja não se cria sozinho, como disse o técnico ao avicultor inexperiente, muito pelo contrário, exige mais cuidados do que os próprios técnicos conseguem prever. Quanto aos conhecimentos necessários para a avicultura, perguntamos durante as entrevistas se as experiências acumuladas nas atividades que antecederam a avicultura (criação de aves comuns para consumo, por exemplo) os haviam ajudado neste novo aprendizado. Os sujeitos foram unânimes em dizer que não, e em alguns casos, disseram inclusive que os conhecimentos das outras atividades atrapalharam no aprendizado da avicultura:

E3.: [...] antes [...] criávamos frango caipira, né. O frango caipira você jogava o milho no chão, ele ia lá, catava. O... de granja é completamente diferente. A experiência em temperatura, qualidade do ar... qualidade da água, qualidade da cama... e antes disso né, você achava que o frango era uma coisa que, quase selvagem, a choca chocava no mato e vinha com uma dúzia de pintinhos, jogava um punhado de quirera e criava frango. E o sistema de granja, o sistema extensivo, super-lotação é completamente diferente. Tinha que praticamente começar do zero. Que isso que a gente sabia até atrapalhou. Que a gente achava: “Não, o frango se cria... Vem meio de graça, ele vem de qualquer jeito...” E hoje esse sistema, não, tu tem que ter, qualidade da água, qualidade do ar, temperatura, ambiente tudo pra ele realmente converter em menos ração consumida e mais quilos de frango produzido. Então foi uma experiência completamente diferente. Tinha que aprender tudo. Talvez [...] quem nunca tivesse visto um frango [...] ia aprender tanto ou até mais ligeiro que a gente (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Nesta fala, o que podemos inferir é que o avicultor precisa, em muitos casos, desconsiderar os conhecimentos de criação de aves que possuía para aprender um conhecimento novo, pois a criação do frango caipira exige cuidados completamente diferentes do frango industrial.

Os elementos citados durante as entrevistas como fatores que auxiliaram na

instrumentalização dos avicultores para o desempenho da atividade podem ser assim elencados: a observação (citado pelos 11 avicultores); a assistência técnica (citado por 10 entrevistados), a troca de experiências com avicultores mais experientes (citado em 3 ocasiões).

O elemento mais citado indica a percepção individual e a experiência tácita que só o exercício cotidiano pode proporcionar, e são considerados pelos avicultores os principais fatores que determinam o aprendizado da atividade:

E6.: Olha, eu acho que é um conjunto [...] mas o principal é você observar. Observar o comportamento da ave. E isso só [...] pode fazer quem está dentro do aviário [...] (Informações prestadas por E6 em entrevista).

[...]

P.: E como que é isso? Que sinais que o frango emite, assim?

E6.: Você olha o bem-estar dele. Vamos supor, você chega no aviário agora, [...] vamos supor, eles estão todos num grupinho, agrupados ali, o que é isso? É frio. Ele às vezes pode até não estar com frio, mas tem corrente de ar em cima dele, alguma coisa ele dá um aviso. Aí você chega lá ele tá todo ele esparramado com o bico aberto... tá com calor. Você tem que olhar pra ave, pra você saber o que está acontecendo. O bem-estar dela (*Idem*).

A assistência técnica foi o segundo fator mais importante indicado pelos avicultores no processo de aprendizagem. No fragmento abaixo, o entrevistado conta como foi esta relação:

P.: E quem é que ajudou vocês? Quem vocês podem dizer que de fato os ensinou a lidar com frango de granja?

E1.: Era só o técnico, né. Eles não deixavam outras pessoas entrar no aviário. Se tinha[mos] dúvidas, ligava[mos] pro técnico.

P.: E ele já sabia que vocês estavam aprendendo e precisavam de uma atenção especial?

E1.: É, ele vinha a cada 2, 3 dias no primeiro lote. Quando a gente aprendeu. Depois já foi indo... (Informações prestadas por E1 em entrevista).

No caso citado acima, o avicultor não buscou outra ajuda no processo de aprendizado que não fosse a assistência técnica, seguindo as orientações da empresa. Mas a ajuda de amigos ou parentes que já estavam na atividade há mais tempo também foi mencionada por outros avicultores como fator que ajudou no processo de aprendizagem. No fragmento abaixo, E3 revela como buscou ajuda de pessoas mais experientes para aprender a atividade. Em sua fala, fica evidente que, apesar das dificuldades, esta nova experiência lhe proporcionou também uma grande satisfação:

P.: E como é que foi o aprendizado dessa nova atividade?

E3.: Ah, primeiro sabe, foi uma coisa assim, uma ansiedade tão grande de aprender [...] Uma curiosidade, uma energia toda. [...] Ah, daí a gente trabalhava o dia inteiro e de noitzinho [ao final da tarde]: “Vamo[s] ligeiro um pouquinho lá no vizinho, ver lá como é que tá a granja dele, e pra ver se o que é que nós tamo [estamos] fazendo certo, ou tamo [idem] fazendo errado”. [...] Troca de idéias, né, e tal. Mas ah, foi uma aventura, foi uma coisa até gostosa de aprender (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Outra questão feita aos avicultores cujas respostas apresentaram unanimemente o mesmo conteúdo está relacionada ao tempo necessário para o aprendizado. Os avicultores disseram que demoraram um tempo para aprender a identificar, perceber os sinais que a ave emite. Estes sinais permitem aos avicultores identificar se a ave está com frio, calor ou doente. O aprendizado da identificação destes sinais os ajuda a tomar as medidas necessárias (aumentar ou diminuir a temperatura, ou chamar o técnico para receitar um medicamento). A linha divisória que separa o “eu sei criar frango” do “eu não sei criar frango” está nesta capacidade de percepção. Quando, finalmente, o sujeito passa a olhar para a ave e perceber pelo comportamento dela de que cuidado precisa, então o avicultor entende que aprendeu a atividade.

Os avicultores também foram unânimes em dizer que a aprendizagem é um processo contínuo. Por mais que saibam criar aves, entendem que precisam estar sempre preparados para o novo, pois a cada lote aparecem problemas inéditos que precisam ser resolvidos:

P.: Quanto tempo depois vocês puderam dizer: “agora eu sei lidar com frango!”?

E1.: Você nunca sabe tudo sobre o frango. Todo o lote é um, novo aprendizado. Porque o frango você acha que sabe tudo... você nunca sabe tudo. Você vive aprendendo. (Informações prestadas por E6 em entrevista).

Apesar de todos os avicultores dizerem unanimemente que não realizaram curso para ingresso na atividade, alguns avicultores mencionaram que realizaram há pouco tempo⁴⁷ um curso de manejo de aves oferecido pelo SENAR⁴⁸, cujo convite

⁴⁷ O primeiro curso de manejo de aves oferecido pelo SENAR aos avicultores de Toledo-PR aconteceu nos meses de fevereiro, março e abril de 2008 (Informações prestadas por E3 em entrevista, Apêndice II, p. 18).

⁴⁸ O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi criado por meio da lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural, em centros instalados e mantidos pela instituição ou sob forma de cooperação, dirigida aos trabalhadores rurais.

aos avicultores foi feito pela empresa integradora. É interessante observar que só depois de os avicultores apresentarem experiência na atividade, a empresa manifesta preocupação em encaminhá-los a um curso de instrumentalização. O pouco aproveitamento do curso é comentado por E8 em entrevista, para quem a única contribuição válida foi a possibilidade de troca de experiência entre os avicultores:

E8.: Eu acho que não aprendi nada de diferente de como a gente já tinha aprendido, né. A gente já sabe, aprende pelo técnico, né. Muito pouca diferença. Teve um pouco de troca de experiência entre os próprios avicultores. Mas não achei muita vantagem (Informações prestadas por E8 em entrevista).

E3, em entrevista, apresenta as razões que levam a empresa a se preocupar tardiamente com este tipo de formação:

P.: Mas o senhor ingressou e logo de cara não foi submetido a nenhum tipo de curso de formação...

E3.: Não. [...] Fizemos o primeiro curso pelo SENAR. Inclusive me parece que todo o integrado de todas as empresas, os compradores estão exigindo, que o avicultor faça um curso, apesar que o curso, a gente quase que teve que ensinar o palestrante. Mas a gente é obrigado, todo o mundo a passar pelo curso.

P.: Mas isso é a empresa que tá obrigando?

E3.: Não, é muita coisa do comprador. Ele quer... o mercado internacional vem e diz: "Escuta, o avicultor de vocês tem tudo [todos têm] curso? De como criar um frango certo?..." (Informações prestadas por E3 em entrevista).

Dos 11 (onze) avicultores entrevistados, 5 (cinco) já haviam passado pelo curso. A própria criação tardia deste curso mais uma vez revela a ânsia por parte da indústria do frango em atender os critérios impostos pelo mercado comprador. E, mais uma vez, quem paga o preço da falta de coerência com que os ajustes acontecem é o avicultor. Mesmo que o curso seja destituído de significado para os avicultores, eles são assim mesmo obrigados a freqüentá-lo. O que é tornado válido, com essa prática, é que o mercado comprador do produto seja convencido de que no plano prático tudo ocorre como desenhado no plano formal.

3.3 O EXERCÍCIO TÁCITO DA AVICULTURA

O trabalho do avicultor começa antes mesmo da ave ser recebida, no preparo dos aviários. Durante o intervalo o avicultor prepara e condiciona o galpão para a

recepção das aves. Se na entrega do último lote a forração foi vendida, os avicultores realizam neste período a limpeza geral do aviário, lavando todas as cortinas, os forros, e o piso. Caso a cama ainda não tenha acumulado a quantidade necessária de estrume para ser transformada em adubo, ela é reaproveitada. O trabalho, então, consiste em amontoar e revirar esse material para deixá-lo macio e seco, e na retirada do cascão⁴⁹, na queimada das penas, e na desinfecção⁵⁰. Quando todas as atividades estiverem concluídas e a maravalha estiver seca e macia, ela é espalhada por todo o perímetro do aviário e recebe sobre o material reutilizado uma última camada de maravalha limpa.

O preparo dos aviários é uma etapa indispensável para o exercício da atividade, e é realizado no período convencionalmente chamado pelos avicultores de folga, como referência a um período de não-trabalho. Mas o não-trabalho na prática refere-se somente ao fato dos avicultores não precisarem cuidar de aves – logo, usufruem de recesso nos finais de semana e não precisam acordar várias vezes durante a noite para checar o bem-estar da produção – mas realizam, mesmo assim, um trabalho que faz parte do processo de produção das aves. Não há uma remuneração específica para este trabalho, pois o preparo dos aviários é uma dentre tantas outras atividades necessárias para que os frangos tenham um bom desenvolvimento, o que, por fim, a remuneração dos avicultores. O que se pode assim deduzir, é que a empresa, ao contratar os avicultores no sistema de integração, lhes explora não só a mão-de-obra ou o trabalho não pago advindo da produção em si, como também este trabalho que é exercido no período em que não estão diretamente cuidando das aves.

Uma vez que os avicultores recebem as aves, os cuidados em torno da saúde dos animais consomem praticamente todo o tempo de trabalho destes sujeitos. Os avicultores entrevistados afirmam que o trabalho lhes exige atenção durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana. Durante o período em que as aves estão alojadas os avicultores ficam sujeitos à dedicação integral, não podendo usufruir de descanso em sábados ou domingos e as noites de sono também são parcialmente

⁴⁹ Material úmido e compacto que os avicultores não conseguem dissolver para reutilizar como forro para o piso. Precisa ser inteiramente retirado, pois neste material se reproduzem os microorganismos e insetos que provocam doenças nas aves, e também para evitar que a rigidez do material lesione as patas e os peitos das aves.

⁵⁰ A desinfecção consiste em borrifar soluções antibactericidas e fungicidas no perímetro do galpão com o objetivo de eliminar possíveis microorganismos que possam causar doenças nas aves dos próximos lotes.

interrompidas, quando os avicultores vão aos aviários verificar o bem-estar das aves.

Durante os primeiros dias de vida, os frangos são alojados num pequeno espaço do aviário⁵¹, separado por cortinas. O objetivo é mantê-los próximos para que não ocorra a dispersão do calor, de modo que o controle da temperatura interna do aviário possa ocorrer num perímetro menor. As aves precisam ser mantidas numa temperatura constante em torno de 30° a 32°C. É neste período que o avicultor dispensa a maior atenção às aves, pois o desenvolvimento dos primeiros dias de vida é determinante no desempenho de todo o lote. Os fatores que afetam o conforto do animal determinam o conforto humano, e o conforto das aves quase sempre produz o desconforto humano (DINTEN, 2005, p. 46-48), afirmação esta que é confirmada pelo seguinte depoimento:

E1.: Primeira coisa, quando levanta de manhã, olhar o aviário. Depois, volta, toma chimarrão, toma café. Volta pro aviário. Fica a manhã inteira trabalhando. Depois, de meio dia volta, toma chimarrão, almoça. Descansa um pouco. Mas antes de descansar, depois do almoço, já vai pro aviário, dar uma olhada. Depois volta, descansa um pouquinho, depois volta pro aviário. Vai até de noite. Depois de ir dormir, acorda 2 vezes de noite, ver o aviário.

P.: É sempre 2 vezes durante a noite?

E1.: Depende. Depende se os pintinhos tão pequenos ainda, e é frio, a gente levanta 3 vezes por noite. [...]

A saúde não agüenta mais. A gente já não tá mais com aquela saúde. É problema do joelho, porque puxa muita ração, muita lenha... vira muito cascão.

E2.: É muita diferença de clima. Dentro do aviário é muito quente.

E1.: E que nem agora no inverno, a tosse, acaba com a saúde da gente.

E2.: Que nem agora, vai [a] 10 graus ou menos [durante a noite e madrugada]. No inverno é menos, quase zero grau. E 32 [graus de temperatura] lá dentro. Não tem corpo que agüente. E se não for bem cuidado, a gente sabe, não tem retorno (Informações prestadas por E1 e E2 em entrevista).

Os grandes obstáculos a serem superados pelo avicultor são a umidade e o controle da temperatura dos aviários. Como o objetivo da sua atividade é que o frango atinja o peso de abate no tempo determinado consumindo a menor quantidade possível de ração, o ambiente das aves precisa estar sempre em condições próximas do ideal. O excesso de calor faz com que as aves percam muito líquido, o que em si proporciona perda de peso, mas pode também resultar em doenças causadas pela desidratação. As baixas temperaturas fazem com que as aves percam calorias buscando o aquecimento pelo calor do corpo. O frio também

⁵¹ Este pequeno espaço é denominado de pinteiro (DINTEN, 2005, p. 74)

faz com que os frangos se aglomerem, o que causa arranhaduras (que caracteriza imperfeição do produto final) e o amontoamento também provoca a morte das aves que são sufocadas por esmagamento.

A umidade é constantemente combatida pelos avicultores porque a água em contato com a cama do aviário é um elemento que propicia a proliferação de doenças e o endurecimento e compactação do material que forra o piso, o que provoca calosidade dos pés e peitos dos frangos, gerando descontos financeiros. Portanto, em resumo, o trabalho do avicultor dentro do aviário consiste, além da alimentação das aves, na manutenção de um clima constante e agradável para que as aves possam se desenvolver, e do controle e retirada da umidade dos aviários.

O trabalho do avicultor não pode ser considerado absolutamente rotineiro, e também não ocorre a fixação do trabalhador a um local de trabalho só. E embora a produção aconteça sob forte controle da empresa, durante a maior absoluta parte do tempo a atividade é exercida sem a presença das ferramentas de controle.

Durante a pesquisa de campo identificamos algumas situações que denominaremos de espaços de mediação, caracterizados pela possibilidade de exercício da autonomia do avicultor – relativa, por certo – no processo produtivo. São relatos bastante particularizados da realidade de cada avicultor, de modo que estas situações não podem ser generalidades – ou seja, não se pode afirmar que todos os avicultores ignoram ou descumprem as mesmas regras, tampouco que o avicultor que a tenha descumprido uma vez significa que ele o faça sempre. As situações identificadas foram:

- O controle de temperatura interna do aviário. Quando os avicultores recebem as aves, são orientados a seguir uma tabela indicativa da temperatura ideal em cada fase da vida das aves. Durante a pesquisa de campo, em 5 (cinco) entrevistas os avicultores afirmam que não seguem rigorosamente as orientações de temperatura indicadas. Em todos os casos, os avicultores afirmaram que descumprem a orientação para preservar o bem-estar das aves, uma vez que os termômetros não medem variáveis que influenciam na temperatura, como exemplo, sensação térmica e ventilação (corrente de ar). A fala de E3 (Apêndice II, p. 25-26) é bastante significativa no que diz respeito ao manejo ideal de temperatura, pois quando iniciou a atividade de criação de frangos, seguia rigorosamente os níveis de temperatura estabelecidos. Mas a temperatura indicada como ideal provocava o super aquecimento das aves nos primeiros dias de vida, o que geralmente comprometia a

saúde das aves, e, conseqüentemente, os resultados financeiros do lote. Com o passar do tempo, as observações o fizeram concluir que a administração do calor deveria ser regrada pelas necessidades das aves.

Entre as orientações técnicas e o fazer dos avicultores existe um espaço de mediação trabalhado por eles e que, nesse caso, veio favorecer a própria produtividade. A percepção de que os níveis ideais de temperatura são ditados pelas próprias aves, que emitem sinais que só com o tempo o avicultor percebe, é um tipo de conhecimento tácito que os sujeitos adquirem na atividade.

- A incidência de luminosidade a que as aves devem ser submetidas. Esta situação foi relatada por E4 em entrevista. A empresa fornece aos avicultores uma tabela que orienta a manutenção de incidência de luminosidade a que as aves devem ser submetidas, que varia conforme a idade do frango. De acordo com esta tabela, quanto mais velho for o frango, maior o número de horas diárias a que deve receber luminosidade. O objetivo da luz é criar a sensação diurna, mantendo as aves acordadas e se alimentando, o que as faz aumentar de peso mais rapidamente. E4 conta que, com sua experiência na atividade, percebeu que as aves mais próximas do estágio final de engorda resistem menos à luz, e acabam morrendo de ataque cardíaco, tendo em vista o baixo desenvolvimento deste músculo (coração) em relação ao restante do corpo. Assim, a medida adotada na propriedade foi a de regar a incidência de luminosidade a níveis tolerados pelas aves. Na passagem abaixo, o avicultor conta este fato:

P.: Então E4, eu estava perguntando pra você sobre a rigidez com que vocês seguem as orientações técnicas e você estava me falando que existem situações em que, percebendo que as orientações prejudicam tanto vocês como a empresa, acabam não seguindo... [...]... uma das situações que você citou pra mim foi a luminosidade noturna... por que eles pedem pra deixar a luz ligada à noite?

E4.: Porque a gente tem que seguir uma tabela que eles têm, e nessa tabela tem até certa idade e tantas horas de luminosidade que você tem que expor eles durante a noite [...] vai aumentando, então quanto maior o frango e mais luz você dá e depende... que a Sadia trabalha com dois tipos [de linhagem de frangos]: o Cobb e o normal. Esse Cobb se você dá muita luz ele morre de ataque... é uma coisa que você vai notando, um dia morre 3 num aviário no outro dia morre 10, 12, 15. Então você tem que procurar ver do que é que morreu. Se morreu de ataque então você tem que diminuir a luz. Então tem muita coisa que a gente não segue, 100% disso, né (Informações prestadas por E4 em entrevista).

- Colocação de cal na cama do aviário. E16 relata que em uma determinada

época os avicultores passaram a receber a orientação de adicionar cal à forração que cobre o piso do aviário. Esta medida auxiliaria na manutenção da umidade da cama, sendo a cal também material absorvente de água. O avicultor, entretanto, descumpria a orientação por entender, por experiência empírica, que o aditivo poderia prejudicar o desenvolvimento das patas das aves:

E16.: Ah, eu, a gente teima às vezes. Esse negócio de cal na cama. Pra não dar umidade, pra não dar calo de pata. O cal cozinha. Dá feridinha nos pezinhos dos pintos, daí é que dá calo. [o técnico dizia:] “Não, tem que botar!”. Então ele veio agora esses dias, veio a ordem: [Forra o piso com] “[...] 35 sacos de cal, e depois põe maravalha em cima, pra não dar doença” (Informações prestadas por E16).

Por fim, a orientação mostrou-se inválida; os técnicos concluíram que seria melhor não utilizar a cal na cama e tiveram que voltar atrás no que orientaram aos avicultores. E16 manifestou indignação com o fato de não ser ouvido pelos técnicos quando contestou a orientação:

E16.: Agora, esses dias, eles vieram: “Nada de cal, foi descoberto que a cal não ajuda, só prejudica o calo de pata”. Eu disse: “Se tu fala, se o avicultor fala, eles não querem saber”. O avicultor tem que seguir as normas, eles [es]tando certos ou não (*Idem*).

A falta de reconhecimento por parte da integradora dos conhecimentos que os avicultores adquirem no processo de produção fica evidente pela fala de E16 no recorte acima. Entretanto, esta falta de interesse em saber que muitas vezes os bons resultados são frutos de esforços e conhecimentos que estão além daquilo que a empresa lhes passa ou lhes orienta, é, para os avicultores, o espaço da mediação, aquele em que o trabalho pode acontecer sem o controle preponderante da empresa.

Existem outros espaços ainda que só recentemente tem sido ocupados pelos avicultores. Referimo-nos aos espaços reservados à organização das reivindicações coletivas. Consideramos que também a organização dos avicultores em torno de Associação possa ser considerada um importante fator de aprendizado destes sujeitos, razão pela qual nos ocuparemos de sua constituição na próxima fase do texto.

3.4 A ORGANIZAÇÃO COMO APRENDIZADO

Neste tópico trataremos da descrição do processo de formação da Associação dos Avicultores da Região Oeste do Paraná (Aaviopar): as dificuldades enfrentadas para a sua consolidação, a atuação da Associação, as conquistas e as perspectivas deste instrumento de organização. Trataremos da consolidação deste instrumento de defesa da coletividade também como um processo que exigiu dos avicultores um tipo muito específico de aprendizado: a atuação em coletividade. Como já abordado no início deste capítulo, os fatores históricos que determinaram a forma de reprodução da vida dos pequenos proprietários rurais da região de Toledo-PR foram pautados por uma formação cultural fundamentada no individualismo e na ética do trabalho. Estas características acabaram por retardar o processo de organização de luta coletiva dos avicultores. Nas próximas páginas, descreveremos o processo por meio do qual os avicultores superaram o pensamento ideológico do individualismo, o que só aconteceu quando as condições objetivas assim o exigiram.

A idéia de fundar uma associação vinha sendo amadurecida por iniciativa de alguns avicultores que tomaram contato com representantes da Associação dos Avicultores de Dois Vizinhos, onde a Sadia S.A. mantém também uma unidade de produção de aves, com cerca de 800 avicultores integrados. Destes, aproximadamente 700 estão filiados à Associação. E19 conta que a grande adesão dos avicultores a esta Associação rendeu um forte poder de reivindicação à entidade, cujo poder de barganha não se faz sentir só perante à Sadia S.A., mas também junto ao poder público:

E19.: Se você tiver a oportunidade de entrevistar o Sr. X, que é presidente da associação dos avicultores de Dois Vizinhos, o Sr. X é um cara muito firme, e ele bate mais forte nas empresas, porque lá eles só têm a Sadia [todos os sócios da Associação são integrados da Sadia S.A.]. E ele tem procuração dos associados, os associados deram procuração pra diretoria, se a diretoria defender uma causa perante as empresas, e a diretoria achar por bem que se deve parar, a diretoria tem poder pra isso, tem procuração pra isso [...] Agora há um ano atrás eles fizeram um movimento pra parar de alojar, os diretores [da Sadia S.A.] da região tentaram negociar com eles e eles continuavam: “Não, nós vamos parar de alojar, vamos na assembléia, a assembléia vai decidir por parar”. No dia da assembléia, o Luis Furlan, que é o ex-ministro, veio de São Paulo pra negociar com eles. Chegou lá e perguntou: “Mas o que você quer pra parar com isso?” (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Os avicultores de Toledo que foram conhecer a associação de Dois Vizinhos, embora otimistas e entusiasmados com a perspectiva de organizar uma entidade parecida, sentiam ao mesmo tempo o receio da pouca adesão dos demais avicultores, e, principalmente, da força repressiva da Sadia S.A.:

E19.: Então eles vieram de lá com vontade de fazer. Mas ninguém queria assumir nada. O defeito aqui era esse. Tinham medo de ser cortado [ter o contrato de integração rescindido]. [...] Até uns tempos atrás se o avicultor chegasse a expor nos meios de comunicação as suas dificuldades de trabalho junto às agroindústrias, na semana seguinte eles eram eliminados (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Por mais que o pensamento ideológico levasse os avicultores a contrariar a formação de organizações coletivas, ao mesmo tempo em que a empresa exercia uma força repressiva muito forte sobre os avicultores, as condições objetivas de reprodução material foram se tornando cada vez mais difíceis e as dificuldades financeiras precisavam ser enfrentadas, os sujeitos obrigaram-se a mudar a maneira de pensar e, por fim, acabaram sendo convencidos de que unidos poderiam brigar pela redução de custos de produção, e assim sobreviver na atividade, como nos conta E19, no fragmento abaixo:

E19.: Isso é uma opinião minha. Eu acho assim que os avicultores daqui são muito conduzidos pela empresa. E há também muita desunião. Não é por falar, mas a classe dos avicultores é uma classe difícil de unir [...] a cada nova crise mais dificuldades têm. A crise força a mudar a cabeça. Daí o povo todo fez o quê? Vamos todos nos juntar para defender a classe (Informações prestadas por E19 em entrevista).

A organização da Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná ocorreu por meio da iniciativa do Sindicato Rural do município de Toledo-PR, que criou a princípio uma Comissão Técnica de Avicultura, como um braço do Sindicato representando os interesses dos avicultores. E19 conta que, naquela ocasião, o receio da repressão da empresa era tão grande, que os avicultores haviam sido convocados pelo Sindicato Rural para participar de uma reunião técnica de avicultura, e só quando a reunião começou é que foram informados de que o verdadeiro objetivo do encontro era o de formar a Comissão:

E19.: Se eu te contar que a primeira reunião que eu fui, tinha uma convocação do Sindicato [Rural] vai ter uma palestra sobre avicultura, técnica. Chegamos lá [...] Eles falaram: nós falamos que

era uma reunião técnica porque se nos falássemos que era pra formar a associação, nós tínhamos medo que a empresa fosse castigar (Informações prestadas por E19 em entrevista).

A idéia de formar uma Comissão de Avicultura como braço da Sociedade Rural foi um meio-termo pensado pelos avicultores mais afoitos em organizar a luta coletiva. A Comissão foi aos poucos ganhando força política para enfrentar os obstáculos que as empresas integradoras impunham na organização da Associação, ao mesmo tempo em que foi diluindo a resistência de muitos dos próprios avicultores, que temiam uma organização política com práticas de esquerda – princípio este que jamais foi intentado mesmo pelos que organizaram a constituição da associação.

A Comissão de Avicultura foi ganhando a adesão dos avicultores através de uma estratégia pensada para este fim. Com o apoio do Sindicato Rural e do SENAR, foram organizados encontros onde os avicultores eram convencidos da necessidade de organização de um instrumento de reivindicação, como explica E19:

Nossas atividades durante os 6 primeiros meses foi assim. Começamos a fazer reuniões nas comunidades, com um palestrante do SENAR, que motivava o associativismo. Daí entrava o presidente do sindicato, falava alguma coisa, e um representante da Comissão Técnica também falava alguma coisa. Mas isso sempre funcionou mal, porque não tinha definição, o cara se associava no Sindicato e automaticamente era sócio da Associação. Não funcionava porque toda a vez a gente dependia do Sindicato. [...] Então em função disso pegamos um modelo de estatuto, adaptamos, e fizemos uma inscrição de todos os que faziam parte da Comissão Técnica, já tinha uns 60 [avicultores] (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Da mesma forma que a crise financeira fez muitos avicultores mudarem de opinião e aceitarem a fundação de uma entidade de defesa da sua causa, de outro lado, também as empresas integradoras diminuíram os obstáculos, por entenderem que a Associação poderia não representar perigo eminente aos seus interesses. Primeiro, porque os cursos por meio dos quais o SENAR e a Sociedade Rural buscavam incentivar o associativismo, também orientavam os avicultores a se dedicarem ainda mais à atividade, como fórmula para melhorar a rentabilidade. Segundo porque os sujeitos que encabeçavam o movimento não tinham um histórico de contestação reivindicatória, ao contrário, tais avicultores têm laços de amizade e convívio com os diretores das empresas integradoras, conforme indica o seguinte fragmento:

E19.: [Nos cursos se buscava] incentivar os avicultores a levarem a atividade mais a sério pra alcançar um resultado melhor. Esses cursos foram importantes e cumpriram um papel importante na aceitação, por parte das empresas, de que a associação fosse criada. Não sei se a nossa diretoria também ajudou um pouco, porque nós já tínhamos um laço de conhecimento, já fomos diretores de cooperativa, então nós já tínhamos uma certa amizade com esse pessoal. Eles [os diretores das empresas integradoras] diziam pra nós: “enquanto vocês fizerem parte dessa diretoria, tudo bem. Mas o duro é quando entrar outra diretoria com outra mentalidade” (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Assim a Aaviopar foi constituída. Oficialmente, a data de 21 de novembro de 2007 marca a fundação da Associação, em assembléia que aconteceu nas dependências do Sindicato Rural de Toledo-PR.

Quando realizamos a entrevista com o representante da Associação (em 13/12/2008), a Aaviopar havia recentemente completado 1 (um) ano de existência, com cerca de 400 (quatrocentos) sócios, atuando em vários municípios do oeste do Paraná (Toledo, São Pedro do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, São José das Palmeiras, Marechal Candido Rondon, Palotina, Medianeira, Serranópolis do Iguaçu, Corbélia e Nova Santa Rosa), representando interesses não só de integrados da Sadia S.A. como também dos avicultores de outras empresas (Globoaves, Coopagril, Ceval, Coopavel, Lar e Coopacol).

Os princípios do trabalho da associação são eminentemente econômicos. A defesa dos interesses dos avicultores não ultrapassa a busca por soluções que venham a reverter em mais renda e redução de custos de produção, conforme diz E19.:

E19.: A Associação trabalha baseada em dois princípios: aumento de renda e diminuição de custos. Aumento de renda: a briga é feita em dois sentidos: primeiro [...] a empresa deve pagar o custo do carregamento. [...] Ainda no que diz respeito à renda, a Sadia implantou um sistema de desconto sobre a incidência de calos de pata⁵². [...] Houve casos descontado no acerto do lote um valor que correspondia a 10% do peso da carne deste mesmo lote, em função de que havia 80 ou 90% das aves com calo de pata. Então nós fomos pra rádio e dissemos: “Nós vamos sugerir pro produtor que ele corte os pés das aves e entregue sem o pé...” [...] Então através da associação nós chegamos pra empresa e dissemos: “Se vocês não mudarem, nós vamos pra imprensa e vamos fazer um barulho”. Eles pediram 30 dias e daí mudou o sistema. No mês de outubro, em vez de 15 passou a 52% o índice de incidência de calo de patas tolerado. Só no mês de outubro a transferência pros produtores ficou em torno

⁵² O assunto relativo aos descontos por calo de pata foi tratado no item “2.2 O Contrato de integração” do Capítulo II.

de 130 mil reais [...] Então teve avicultor que deixou de ter descontado de 7 a 10% da produção por conta da nossa intervenção, porque não foi um ou outro avicultor que contestou o desconto, mas foi um grupo.

Outra coisa no custo de produção, nós conseguimos com o deputado federal [...] com a co-participação da prefeitura, uma máquina de fazer limpeza do aviário, a famosa Bobcat⁵³. Enquanto as firmas privadas cobram de 8 a 10 reais para fazer a limpeza de uma tonelada de cama, a associação cobra 4. E isso representa uma redução de mais ou menos 40% no que o avicultor paga pra limpar, só na máquina. E também na maravalha. Nós estamos importando direto. O preço que os intermediários pagam pra daí revender é o mesmo preço que a associação repassa para o avicultor. O cara que vai fazer um aviário novo... nós temos várias empresas que fazem o serviço de construção, então a associação faz a cotação, e isso baixa o preço, porque aí a gente faz um orçamento... (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Os argumentos utilizados pelo representante da Associação para justificar o caráter reivindicatório dos avicultores também não extrapolam o caráter econômico. Durante a sua fala, o sentido que permeia suas palavras gira em torno da noção de que é a renda que geram que lhes possibilita poder contestar a empresa para aumentar seus ganhos:

E19.: Os problemas são diversos. A gente sabe que o mercado é perverso, e que as empresas têm os seus custos de produção, e não sabemos até que ponto as empresas podem repassar mais renda para os avicultores. Mas uma coisa a gente tem dito: o Paraná é o maior estado produtor de carne de frango do Brasil. Toledo tem o maior PIB agropecuário do estado do Paraná. Deste PIB, 36% é oriundo da avicultura. Enquanto os campos estão cobertos de soja, a avicultura que consome 2 ou 3% da área, leva [produz] 36%. Enquanto a soja não chega a [produzir] 22, 23%[do PIB]. A proporção do dinheiro que gera: a gente vê toda a hora publicado na imprensa: o lucro da empresa tal foi de tantos milhões... estão exportando cada vez mais. Enquanto o avicultor vem refinanciando dívidas, tá num sufoco danado. Então eu tenho dito o seguinte: o avicultor está subsidiando a avicultura como um todo. Por esta razão que nós estamos batendo em cima das empresas [integradoras] e das Secretarias de Estado (Informações prestadas por E19 em entrevista).

As informações coletadas acerca da constituição e consolidação da Aaviopar nos permitem inferir que a luta contestatória dos avicultores não supera os fatores estritamente econômicos. Os avicultores não se identificam como classe antagônica daqueles que expropriam a sua força produtiva. A partir das ações empreendidas pela Aaviopar, os ganhos da categoria têm girado em torno da limitação ou

⁵³ A Bobcat é uma pá carregadeira compacta. É utilizado na limpeza do aviário para amontoar a cama, ajuntar o material e colocá-lo dentro do caminhão que o transportará ao destino.

impedimento do aumento da expropriação das empresas integradoras sobre o trabalho que realizam, mas não é de interesse dos avicultores que as empresas acabem, quebrem, cheguem a um fim. Eles entendem que dependem das integradoras para continuar reproduzindo a vida material. A atuação da organização coletiva dos avicultores tem evitado que o arrocho da renda impossibilite a reprodução da própria existência destes sujeitos enquanto categoria, fato este que não se trata de mera especulação, como assevera E19.:

E19.: É tanto que, a Sadia tá com um projeto [...] uma pesquisa nos 3 estados do sul. Esse projeto visa fazer um levantamento da sustentabilidade da avicultura aqui no sul do país. Eles estão com um medo muito sério, porque se você for entrevistar um produtor hoje, e souber como tá a situação dele hoje, e você perguntar pra um filho se ele vai continuar a atividade do pai dele, segundo a pesquisa, 60% dos pesquisados disseram que não (Informações prestadas por E19 em entrevista).

Os dados de E19 são confirmados pela pesquisa de campo, pois dos 11 (onze) avicultores entrevistados, apenas em 3 (três) casos os avicultores manifestaram o desejo de deixar a atividade para os filhos; em 2 (dois) casos os pais deixarão os filhos escolherem; em 5 (cinco) entrevistas os avicultores deixaram claro que não desejam que seus filhos continuem na atividade. Em 1 (um) caso o avicultor não manifestou opinião a respeito.

A luta contestatória da Aaviopar, atuando no sentido de limitar os ganhos da agroindústria e propiciando a continuidade da reprodução da existência dos seus associados, impede, no limite, que a agroindústria perca a força de trabalho formada pelos avicultores, que lhe é cativa e que comprovadamente lhe dá os melhores retornos financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neves et. al. (2005) trouxeram aos estudos das relações entre sociedade, estado e educação uma grande contribuição com “A Nova Pedagogia da Hegemonia”, obra que nos faz entender que este novo ideário atravessa todos os âmbitos da sociabilidade, criando a falsa noção de que o trabalho é individual, e não social⁵⁴. Esta é uma característica que no geral marca o trabalho terceirizado como um todo. Assim, por exemplo, para o avicultor, a remuneração, como resultado da produção, parece natural. Ao mesmo tempo, quando se isola o trabalho agrícola (avicultura) do trabalho urbano (industrial), é dificultada a idéia da proporção da mais-valia que o empresário extrai do trabalho, porque a exploração acontece em dois tempos.

A nova pedagogia da hegemonia se reflete também na forma como as agroindústrias fazem a extração da mais-valia de seus trabalhadores. Ela conseguiu construir, no que se refere à gestão do trabalho, uma nova noção que envolve o fator controle da produção. Se no regime fordista o controle das atividades se dava por meio da supervisão e da coerção direta, na produção flexível a remuneração está diretamente vinculada à produtividade deste trabalhador. Se, portanto, no regime fordista o aumento da produtividade era fator de interesse exclusivo do empresário, no regime flexível, passa a ser também de interesse do trabalhador, já que sua renda depende da produtividade. No setor industrial de produção avícola, onde o trabalho é realizado coletivamente, também para entre os trabalhadores o sentimento de responsabilidade pela produtividade, já que o seu emprego depende do sucesso da empresa, ainda que aí não se dispensem as medidas clássicas de controle de produção: esteira que determina a rapidez da realização das tarefas, supervisor, etc.

Como avanço em relação às pesquisas já realizadas sobre a avicultura industrial, podemos destacar o sentido educacional com que tratamos o tema. Os

⁵⁴ Neves et. al. (2005) identificam o que chamam de Pedagogia da Hegemonia como um processo intenso de conservação social, característico do atual movimento do capital em âmbito mundial. Nesse processo, a Pedagogia da Hegemonia funciona como um “[...] veículo que limita e emperra a construção e a veiculação de uma pedagogia da contra-hegemonia” (p. 29), de forma que o projeto de sociabilidade burguesa alcança um “[...] momento em que uma larguíssima faixa da população mundial aceita as relações sociais vigentes como a única solução possível de convivência social” (p. 32). Assim, mais precisamente, “[...] a nova pedagogia da hegemonia estimula a pequena política em detrimento da grande política, propiciando, contraditoriamente, à classe trabalhadora a realização da grande política da conservação” (p. 35). A difusão desse ideário tem “[...] como tarefa fundamental promover a desvalorização da igualdade enquanto valor primordial da convivência social e, em seu lugar, consolidar a liberdade individual como valor moral radical” (p. 37).

estudos correlatos – teses e dissertações – não buscaram a aproximação da avicultura com os aspectos educacionais que o setor suscita investigar. Os trabalhos selecionados para o estabelecimento de diálogo com esta pesquisa foram realizados em diferentes áreas – da medicina à economia, das engenharias à sociologia – mas nenhum deles se encontra situado na área da educação. Neste trabalho, constatamos que a instrução formal é dispensada da condição necessária ao exercício da atividade produtiva, mas que os trabalhadores efetivamente aprendem a fazer o que fazem, e este aprendizado se dá na própria produção. O único aprendizado formal identificado como importante na relação de integração refere-se aos domínios rudimentares da leitura e da escrita, necessários para a assinatura do contrato e o preenchimento das informações referentes ao controle da produção (fichas e formulários).

A imaturidade da pesquisadora no que se refere à compreensão do movimento em que se desenvolvem estudos orientados pelo pensamento marxiano é também um limite que se impôs. Mesmo sabendo da impossibilidade desta defasagem ser corrigida ao longo deste mestrado, persistimos no intento da adoção do referencial teórico-metodológico materialista histórico. Estudos que tenham logrado se revelar por meio deste referencial por vezes custaram longos anos de pesquisa por parte de seus autores. Assim sendo, nesta pesquisa nos propomos, no curto espaço de tempo, avançar dentro do possível, comprometendo-nos a buscar níveis mais elevados de compreensão a cada nova fase da trajetória acadêmica.

Ao longo deste texto realizou-se o esforço de destacar a importância da produção avícola do Brasil no cenário internacional, onde o país ocupa a posição de maior exportador mundial de carne de frango. No cenário nacional, cumpre importante papel econômico, por ser responsável, dentre outros, por umas das maiores pautas de exportação e pela geração de cerca de quatro milhões de empregos diretos e indiretos. Outro esforço consistiu na busca por mostrar o papel que a Sadia S.A. cumpre neste cenário: maior produtora, maior exportadora, e que tem na cidade de Toledo – PR, o campo desta pesquisa, uma das suas maiores unidades.

Neste percurso, pudemos identificar as estreitas ligações que o capital financeiro possui com a produção avícola. Não nos propusemos estudar como ocorre o vínculo dos bancos com os frigoríficos, mas a pesquisa empírica revelou que o avicultor é um dependente das instituições bancárias para produzir. São os

bancos que financiam a compra dos equipamentos, a construção de novos aviários, entre outros. Por outro lado, as agroindústrias pagam cada vez menos pelo trabalho exercido pelo avicultor. Assim, os avicultores têm o seu trabalho duplamente explorado: pelo capital industrial – que lhes expropria o tempo, as energias físicas e psíquicas por meio da prestação dos serviços que executam – e, por outro, pelo capital financeiro, que os expropria, através dos constantes empréstimos bancários que são obrigados a realizar para continuar produzindo.

No que se refere ao processo de produção, a empresa Sadia S.A. alia o trabalho flexível ao taylorista-fordista. A flexibilização acontece de várias formas. No processo, há a contratação de serviços terceirizados e também quarteirizados, pois eles são integrados de uma determinada empresa que vende a sua produção à Sadia S.A.. A engorda das aves (trabalho realizado pelos avicultores), os serviços de segurança, limpeza e transporte são manifestações de trabalho terceirizado e também quarteirizado. Mas a empresa não abre mão da organização do trabalho fordista na indústria, caracterizado pelo trabalho em linha, com o controle da velocidade da produção através da esteira e de supervisores. Estabelecer com precisão as funções que cumpre cada um dos elementos deste que pode ser considerado o *trabalhador coletivo da indústria do frango*, na soma das fases urbana e rural do processo, é uma investigação que ainda carece ser realizada.

Os avicultores, enquanto sujeitos inseridos no processo de produção, são trabalhadores. Mas o pensamento ideológico que orienta sua visão de mundo e o poder de consumo que o seu padrão de vida lhes proporciona, fazem deles pequenos burgueses. Apesar da gestão do trabalho avícola contar com uma forte estrutura de controle de produção que, por sua vez, tem também regras ditadas pelos compradores, constatamos que mesmo organizados por meio da Associação que os representa, não reivindicam mais autonomia no trabalho que realizam. O caráter reivindicatório da categoria se limita à busca por maiores retornos econômicos.

No que se refere à formação dos trabalhadores industriais da Sadia S.A., o estudo de Finkler e Cêa (2007) nos revela que os trabalhadores do setor avícola industrial são incorporados à produção sem que lhes seja exigido nível algum de escolarização. As exigências que a empresa impõe à contratação de seus funcionários se restringem à condição de saúde e à resistência física dos candidatos. Na escolha dos integrados, tampouco a escolarização dos agricultores é

utilizada como critério. Os fatores determinantes da seleção dos integrados são os circunscritos à condição econômica dos sujeitos, que lhes possibilitam realizar os investimentos necessários para construir e equiparem os aviários. Na relação que estabelece com a agroindústria, o avicultor lhe fornece uma *força produtiva* – resultado da soma da sua força de trabalho e instrumentos de produção.

Sem a pretensão de realizar nenhum exercício de previsibilidade futura, a pesquisa de campo identificou a possibilidade de a mão-de-obra familiar deixar de ser a força de trabalho predominante no processo de engorda do frango. O pessimismo com que os avicultores vislumbram a atividade que realizam justifica o desejo manifesto pela maioria dos entrevistados em não deixá-la aos filhos. Embora identifique esta tendência, é provável que a empresa não cesse as atividades pela escassez da força de trabalho que até o presente tem se mostrado tão eficiente. Antes mesmo dela se esgotar, outras formas de produção já estão sendo utilizadas, como a utilização de mão-de-obra assalariada, realidade eminente na integração de avicultores da Unidade da Sadia de Lucas do Rio Verde-MT⁵⁵. A extinção da utilização da mão-de-obra familiar na avicultura é uma hipótese que só a história poderá confirmar.

⁵⁵ Lucas do Rio Verde está situada a 350 quilômetros ao norte de Cuiabá, às margens da rodovia BR-163. Foi fundada em 1988 por agricultores sulistas, vindos principalmente do Paraná e do Rio Grande do Sul (OLIVEIRA, 2008). A previsão é de que quando todas as atividades da Unidade estiverem em operação serão gerados aproximadamente 6.000 empregos diretos e 15.000 empregos indiretos. A estrutura fundiária de Lucas do Rio Verde – MT é composta majoritariamente de propriedades de médio e grande porte (onde a mão-de-obra predominante é a assalariada), se diferenciando, assim, da estrutura fundiária de Toledo-PR, que se constitui principalmente de pequenos e médios proprietários (com disponibilidade de mão-de-obra familiar). Estudos consultados (COSTA, 1993; BILK, 2003; DINTEN, 2005) apresentam a tese de que as agroindústrias preferem a integração de pequenos proprietários, por duas razões principais: apresentam menor resistência em função da dependência da renda que provém do trabalho para a agroindústria; e porque os avicultores que operam com mão-de-obra familiar apresentariam melhores resultados que os das unidades patronais (onde o proprietário da terra não lida com o aviário, mas contrata funcionários que o façam). As razões que levam a agroindústria a integrar agricultores que apresentam perfil diferente daquela que ela preferia há pouco tempo ainda carecem ser pesquisadas.

BIBLIOGRAFIA

AEN – Agência Estadual de Notícias. **Perfil Governador Roberto Requião**. Veiculado em: 01/01/2003. Disponível em: <<<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=4185>>> Acessado em 19/01/2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise no sindicalismo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da Mundialização do Capital**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 pp: 335-351. Disponível em <<<http://www.cedes.unicamp.br>>>. Acessado em 10/07/2008.

ARCHETTI, Eduardo P. **Presentación**. In: CHAYANOV, Alexander V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

AVEWORD. **Frango: Exportações brasileiras cresceram 11% em 2008**. Notícia veiculada em 13/01/2009. Disponível em: <<<http://www.aveworld.com.br/index.php/documento/5894>>> Acessado em 15/01/2008.

AZEVEDO, Alba Regina Oliveira de. **O pequeno produtor rural de Concórdia – SC**: suas relações com a empresa Sadia. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BILK, Max. **Elos da “Integração” Avícola**: Estudo de Caso nos Municípios de Angelina e Anitápolis-SC. Dissertação de Mestrado. Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2003.

BOITO, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BRANDÃO, Renato. **Exportação de frango em 2007: recorde de quase US\$ 5 bilhões**. Notícia veiculada em 27/01/2008. <<http://www.panoramainternacional.com/noticias_full.php?subaction=showfull&id=1201427065&archive=&start_from=&ucat=5>> Acessado em: 12/02/2009.

CANAVER, M. D (et al). **Mudanças tecnológicas na avicultura do oeste catarinense**. IN: Anais da Conferência APINCO'98 de Ciência e Tecnologia Avícolas, Campinas 12 e 13 de maio, 1998.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 6. Ed. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

COSTA, Armando João Dalla. **O Grupo Sadia e a Produção Integrada: o lugar do agricultor no complexo agroindustrial**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba-PR, 1993.

COSTA, Armando Dalla. **A Sadia e as sucessivas sucessões nas empresas familiares**. Disponível em: <<<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/textos.htm>>>. Acessado em 08/01/2005.

COSTA, Dalla Armando João; SILVA, I. M. **A Sadia e a Internacionalização do agronegócio paranaense**. IN: Anais do V ECOPAR - Encontro de Economia Paranaense, 2007, Curitiba. Curitiba: Editora do IPARDES, 2007. v. 1. p. 1-19.

CORREIO DO CONTESTADO. **Globoaves deixa Sadia e se alia à Tyson**. Notícia veiculada em 22/01/2009. Disponível em: <<http://www.adjorisc.com.br/jornais/correiodocontestado/noticias/index.phtml?id_conteudo=176182>>. Acessado em 10/02/2009.

DINTEN, Carolina Alexandra Marchant. **O trabalho na avicultura de corte: organização, tecnologia e resultados da produção**. Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Máquinas Agrícolas. UNICAMP, Campinas, 2005.

EMER, Ivo Oss. **Desenvolvimento histórico do oeste do Paraná e a construção da escola**. Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos Avançados em Educação, do Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1991.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **Tecnologia e novas relações de trabalho nas agroindústrias de carne do Sul do Brasil**. Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VI, nº 119 (85), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <<<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-85.htm>>>. Acessado em 25/01/2009.

FIGUEIREDO, Adilson Martins (et al) **Integração na criação de frangos de corte na microrregião de Viçosa – MG**. IN: Revista Brasileira de Economia e Sociedade Rural: Brasília, vol. 44, nº04, p. 713-730, out/dez 2006.

FINKLER, Anna Luísa; CÊA, Georgia Sobreira dos Santos. **Atuação dos trabalhadores nos frigoríficos da região oeste do Paraná: as qualificações requeridas**. IN: ANAIS do 3º Seminário Nacional de Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE – Campus de Cascavel-PR, 23 a 25 de agosto, 2007.

FOLHA ON LINE. **Perdigão e Sadia assinam acordo de fusão**. Notícia veiculada em 19/05/2009. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u568000.shtml>>>. Acessado em 01/06/2009.

FREIRE, Paula Ariane. **Assédio moral e saúde mental dos trabalhadores**. IN: Revista Trabalho, Educação e Saúde.v.6, n. 2, p. 367-380, jul/out 2008.

FREITAS, Valério Dorneles de. **Análise das transformações ocorridas na assistência técnica da empresa Sadia S.A. decorrentes da implantação do programa de Qualidade Total**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado em Extensão Rural - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, 2002.

GRIGOROVSKI, Paulo Roberto E. (et al). **O BNDES e a Agroindústria nos anos 90**. BNDES Setorial , Rio de Janeiro, n. 13, p. 157-190, mar. 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HERMES, César Ademar (*et al.*). **Compostagem como fonte térmica de energia para aquecimento de água na aqüicultura** . Acta Sci. Technol. Maringá, v. 27, n. 2, p. 197-205, July/Dec.,2005. Disponível em:
<<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/1488/848>>>. Acessado em 15/02/2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LIMA, Ronaldo Guedes de. **O Desenvolvimento agrário no debate científico: Uma reflexão paradigmática a partir dos clássicos**. Revista Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo, v. 13, no. 24, maio de 2005. Disponível em:
<http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n24_2005_art7.pdf>. Acesso em 31/07/2008.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia paranaense: Restrições conjunturais e avanços estruturais**. Revista da FAE, Curitiba-PR, v 2. n 3, set/dez, 1999, p. 1-8. Disponível em:<http://www.fae.edu/publicacoes/revista.asp#2_1>. Acessado: 20/05/2008.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A logística da precarização**: terceirização do trabalho na Honda do Brasil. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os Pensadores).

MARTINS, José de. **Prefácio**. IN.: SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1984.

MENEGHELLO, Geri E. (et al) **Sistemas integrados de frangos e suínos: uma visão dos Produtores**. Pelotas – RS: Revista Brasileira de Agrociência, v.5 no 2, 166-170. mai-ago,1999.

MÉSZÁROS, István. **A crise em desdobramento e a relevância de Marx**. Disponível em:
<<www.pcb.org.br/crise_desdobramento.pdf>>. Acessado em: 15/01/2009.

MONTEIRO, Renata Pitanga Monteiro. **Avicultura Pernambucana: da produção industrial ao complexo agroindustrial**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Geografia da Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 1999.

MOREIRA, Camila. **Abef vê expansão menor da exportação de carne de frango em 2009**. Notícia veiculada pela agência Reuters. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/s/reuters/090113/economia/negocios_commods_frangos_atua_1>>. Acessado em 15/01/2009.

MOREIRA, Assis. **Faturamento bruto da Sadia aumentou mais de 20% em 2008, diz Furlan**. Notícia veiculada por Valor Online, em 30/01/2009. Disponível em: <<<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/01/30/faturamento-bruto-da-sadia-aumentou-mais-de-20-em-2008-diz-furlan-754205460.asp>>>. Acessado em 15/02/2009.

MORENO, Claudio. **Sua Língua: Expressões Latinas**. Disponível em <<http://www.sualingua.com.br/04/04_sui_generis.htm>>. Acessado em 05/01/2009.

MUROFUSE, Neide [et al.] (orgs.) **Cartilha sobre saúde do trabalhador: fique de olho para não entrar numa fria: cartilha para trabalhadores de frigoríficos**. Cascavel: Gráfica Universitária – Unioeste, 2008.

NAVARRO, Vera Lucia. **Trabalho e Trabalhadores do Calçado: A indústria calçadista de França-SP: das origens artesanais à reestruturação produtiva**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NELI, Marcos Acácio. **Reestruturação produtiva e saúde de trabalhador: um estudo com os trabalhadores de uma indústria avícola**. Dissertação apresentada ao Departamento de Medicina Social da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2006 (*mimeo*).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Tereza. **Pé de frango latino-americano é sucesso no mercado chinês**. Notícia veiculada em 14/05/2007. Disponível em: <<http://avicultura.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=135&Itemid=32>>. Acessado em: 11/02/2009.

OCEPAR. Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Notícias**. Disponível em: <<<http://www.ocepar.org.br/ocepar/index.html>>>. Acesso em 19/01/2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Edilson. **Produção de Lucas do Rio Verde ganha destaque nacional**. Notícia Sul News. Disponível em <<http://www.sulnews.com.br/ler.asp?id_noticia=16887>>. Acesso em 01/08/2008.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil: Desencadeamento da fábrica, envolvimento e resistência**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PARMIGIANI, Patrick. **60 Anos Sadia**. Revista Nacional da Carne. Março de 2004. Edição nº 325. Disponível em: <<http://www.dipemar.com.br/carne/325/materia_capa_carne.htm>>. Acessado em 21/10/2006.

PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. Tradução: Paulo Lessa. Rio de Janeiro, Renovar, 1989.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. **A crise do modelo de produção taylorista/fordista e a emergência do toyotismo**. Pós-modernidade, política e educação. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Santa Maria, 2004. Disponível em <<<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/marcia.html>>>. Acessado em: 13 jul. 2008.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. **Introdução**. IN: Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso na América Latina. Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE - Julho/2005. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/57ra/programas/SENIOR/RESUMOS/resumo_3234.html>>. Acessado em: 01/06/2009.

PIAZ, Clelio Dal. **Investimentos da Sadia sustentarão crescimento de 2009**. Notícia veiculada por Jornal Mídia Mais Online, em 09/12/2008. Disponível em: <<<http://www.midiamaais.jor.br/?id=noticias&idnoticias=2052>>>. Acessado em 15/02/2009.

REVISTA PRELAC: Educação para Todos. **Prelac, uma trajetória regional em direção à Educação para Todos**. Disponível em: <<<http://www.unesco.cl/revistaprelac/por/ediciones/200408/prelac/5.act>>>. Acessado em 09/12/2008.
organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

RIZZI, Aldair Tarcísio. **Mudanças tecnológicas e reestruturação da indústria de frangos no Brasil**. Curitiba. CMDE/UFPR, 1998. Disponível em: <<<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/1998/txt0898%20Aldair.doc>>>. Acesso em 21/10/2007.

SADIA. **Histórico da Empresa**. Disponível em: <<<http://www.sadia.com.br/br/empresa/empresa.asp>>>. Acesso em 01/11/2007>>.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do Vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SCHEID, Euclides. **Competências Distintivas dos Produtores Integrados de Aves do Vale do Taquari**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre-RS, 2001.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

SCHREINER, Davi Félix. **Cotidiano, Trabalho e Poder**. A formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná. Toledo: Editora Toledo, 1997.

UBA – União Brasileira de Avicultura. **Relatório Anual 2006/2007**, 2007. Disponível em: <<http://www.uba.org.br/ubanews_files/relatorio_uba_06_07_baixa_1.pdf>>. Acesso em 12/05/2008.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS PILOTO

Como se estabelece o controle da empresa/autonomia do trabalho do avicultor

Semi-aberto:

Origem da propriedade:

Há quanto tempo pertence à família: _____

Grau de escolaridade:

Quanto a renda da avicultura representa na renda total.

Que tipo de frango mais produz:

Consumo interno?

Exportação?

Por quê?

Sua preferência orienta a solicitação da empresa?

Principal motivo do ingresso como parceiro:

Como foi o ingresso na rede de parceiros?

Convite da empresa

Busca do agricultor

Informação

Oficialização da parceria:

Estabelecimento de contrato

Produção sob encomenda

Supervisão de um terceiro sobre o trabalho que realiza

MUDANÇAS NO PROCESSO DE TRABALHO:

Aprendizado desta nova atividade:

Orientações da empresa

Cursos

Assistência técnica

Outros:

A empresa oferece cursos/treinamentos?

Quais?

Com que periodicidade?

A assistência técnica é considerada adequada? Por quê?

Quem presta assistência?

Extencionista

Veterinário

Técnico Agrícola

Outro

Quem presta assistência freqüente a propriedade? Com que periodicidade?

As orientações dos técnicos são seguidas? Por quê?

Além dessas, que outras orientações recebe?

O avicultor já fez algum curso? Pretende fazer? Há cobrança/exigência em que se faça?

ROTINA DE TRABALHO:

Horas por dia

Dias por semana

Quem trabalha no aviário, além do avicultor?

Família. Quem?

Como são remunerados:

Salário / emprego

Faixa salarial:

Pagamento por produção

Trabalho temporário

Outros

Empregados. Quantos?

Como são remunerados:

Salário / emprego

Faixa salarial:

Pagamento por produção

Trabalho temporário

Outros

A rotina de trabalho do empregado e/ou familiar difere da do avicultor responsável?

Em que, principalmente:

Quem passa as orientações para os familiares e/ou empregados: o avicultor ou o técnico diretamente?

A empresa controla a produção?

Como?

Visitas periódicas de técnicos

Informações para a empresa (por telefone, e-mail, etc)

Entrega de relatórios

Outras formas:

Há registro desse controle?

Quem faz o registro?

Os avicultores são classificados de alguma forma? Qual?

Em caso afirmativo, qual é a classificação do avicultor?

Concorda com essa classificação? Por quê?

Questões orientadoras:

MUDANÇAS NO PROCESSO DE TRABALHO:

Como era o trabalho de agricultor antes da parceria?

Como foi o aprendizado desta nova atividade?

Com que auxílios pode contar?

Quanto tempo demorou para aprender?

Que papel a assistência técnica cumpriu no processo de aprendizado e que papel cumpre agora no controle da produção?

Que conhecimentos o sujeito tinha e que foram aproveitados? Que novos conhecimentos adquiriu?

Habilidades que dominava e que não utiliza mais. Novas Habilidades.

A ampliação (de um aviário para novos, etc) o que mudou na vida de agricultor (saber se o agricultor planta o que a Sadia manda, e como ele recebe esta orientação). Caso positivo, como é o pagamento da produção? Preço de mercado?

E se o avicultor se negar a vender sua produção (de milho, por exemplo) para a empresa, o que acontece?

Conhece o processo de pagamento? Que tipo de incorreções podem ser

identificadas? Que controle o avicultor tem sobre os cálculos (conversão alimentar, descontos, problemas de deformidades, etc.)? É comum o avicultor discordar das avaliações feitas para efeitos de pagamento? Quando há discordância, tem a quem recorrer? Existe um mediador entre empresa/avicultor quando o segundo discorda do pagamento (descontos, etc)? Os avicultores reivindicam uma instância mediadora de conflitos? Tentam criá-la?

Como o avicultor lida com a classificação dos avicultores em cabeça, médio e cola (Ver nomenclatura)?

Pretende ampliar? Pretende se desfazer? Quem cuidará do negócio quando já não tiver mais condições (físicas, etc) para continuar trabalhando?

O trabalhador se identifica na condição de explorado? Problematiza isso? Os avicultores estão organizados? Que papel se atribui a associação? O que o avicultor espera da associação? O que mudou depois da associação?

O que fazem os filhos? Eles darão continuidade ao trabalho dos pais?

Como o avicultor avalia que a instalação da unidade de Lucas do Rio Verde pode interferir no seu trabalho (remuneração, cobrança de maior produtividade, etc)

ROTINA DE TRABALHO:

Como é o trabalho?

A introdução de novas tecnologias?

Qual é a conversão alimentar? Mudou do início da atividade? Tem conseguido? Se não, por quê? Quais são os principais problemas enfrentados (exigências da empresa, atingir os níveis de conversão e qualidade, etc). As exigências têm se tornado maiores? O avicultor conhece alguma dessas ferramentas: a) ficha individual dos produtores; b) planilha de acompanhamento de ração por carga; c) Declaração Adicional Sanitária; d) Relato de anomalias; e) padrão de temperatura; f) padrão de visitas; g) padrão de medicamentos; h) padrão de alimentos. A empresa já buscou adotar o fluxo de caixa como forma de controle financeiro da renda e rentabilidade do produtor?

Como a empresa cobra dos avicultores os parâmetros de qualidade impostos pelo programa de Qualidade Total? O avicultor já fez algum curso? Pretende fazer? Há cobrança/exigência em que se faça?

APÊNDICE II

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS – VERSÃO FINAL

1 Identificação

1.1 Pessoal:

Nome:

Grau de escolaridade:

Composição familiar:

Descendência/origem étnica:

Religião:

Ano que chega a Toledo/motivo de ida para Toledo:

Profissão:

Ocupação:

1.2 Da Propriedade:

Origem da propriedade:

Há quanto tempo pertence à família:

2 O trabalho antes da avicultura

Resumidamente contar como era o trabalho antes da avicultura...

3 A parceria

3.1 Que conhecimentos deste trabalho foram aproveitados na avicultura? Que habilidades dominava e não domina mais?

3.2 Qual o principal motivo de ingresso na parceria?

3.3 Como foi o ingresso como parceiro? (convite da empresa; busca do avicultor; informação)

3.4 A oficialização da parceria, como foi? (estabelecimento de contrato; produção sob encomenda; supervisão de um terceiro sobre o trabalho que realiza);

3.5 A montagem do aviário (projeto; recursos; força de trabalho empregada; equipamentos; níveis de exigência tecnológica inicial, evolução, níveis de exigência tecnológica atual).

4 O processo de trabalho

4.1 Aprendizagem desta nova atividade (orientações da empresa; cursos; assistência e orientação técnica, outros...). Quanto tempo demorou para aprender?

4.2 A empresa oferece com regularidade cursos e treinamentos? Ela exige que os avicultores façam os cursos, ou é facultativo? (qualidade total, manejo, cursos para conhecer novos equipamentos, etc).

4.3 A assistência técnica é considerada adequada? Porque?

4.4 Quem presta assistência freqüente a propriedade? (descrever as diferentes formas como a assistência pode ser prestada – e também o controle – telefonemas, etc.)

4.5 O avicultor sabe identificar quem são exatamente os profissionais que prestam a assistência técnica/acompanhamento/controla da produção? (extencionista, veterinário, técnico?)

4.6 As orientações técnicas são rigorosamente seguidas? Porque? Se não, cite alguns exemplos onde as orientações foram ignoradas ou adaptadas.

4.7 Quanto a renda da avicultura representa na renda total?

4.8 Como a empresa cobra dos avicultores os parâmetros de qualidade impostos pelo programa de Qualidade Total?

5 Rotina de trabalho

5.1 Que tipo de frango mais produz? (consumo interno, exportação...) Por quê? Sua preferência é levada em conta pela empresa?

5.2 Quanto tempo se dedica à atividade: Horas por dia; dias por semana:

5.3 Quem trabalha no aviário além do avicultor? (como acontece a remuneração dos demais sujeitos que trabalham na produção? Há empregados? Quantos? Recebem salário ou por produção? Quanto? A rotina de trabalho do empregado ou familiar difere da do avicultor? Em quê? As orientações técnicas são passadas diretamente aos empregados/familiares ou o avicultor as repassa?).

6 O controle do processo de trabalho

6.1 A empresa controla a produção? Como? (visitas dos técnicos? Informações fornecidas com periodicidade à empresa – na forma de telefonemas... Preenchimento de fichas e relatórios que acompanham a produção...) Quem faz o registro das fichas de controle?

6.2 Os avicultores são classificados de alguma forma? Em caso afirmativo, qual é a classificação do avicultor? Concorda com esse tipo de classificação?

6.3 A ampliação (de um aviário para outros) o que mudou na vida do avicultor? Como são feitas as cobranças por incorporação de novas tecnologias?

6.4 O avicultor conhece as fórmulas que determina qual será o valor da sua renda a cada lote? (o avicultor identifica incorreções? Cite alguns exemplos. Se identifica, tem a quem recorrer?)

6.5 Qual é a conversão alimentar que o avicultor tem conseguido atingir? (Mudou do início da atividade? Qual é a exigência da empresa? As exigências têm se tornado maiores? Quais são os principais problemas que o avicultor tem enfrentado para atingir a conversão alimentar que a empresa exige?)

6.6 A Sadia orienta o plantio das áreas não destinadas à avicultura

7 Perspectivas

7.1 Quais são suas perspectivas futuras quanto à produção: O avicultor pretende ampliar? Pretende se desfazer? Quem cuidará da produção quando o avicultor não apresentar mais condições (físicas, etc.) de continuar trabalhando? Os filhos darão continuidade ao trabalho dos pais?

7.2 O avicultor se identifica na condição de explorado? Problematiza isso? Os avicultores estão organizados? Que papel atribui à associação, o que espera da associação? Mudou alguma coisa na relação empresa/avicultor depois da fundação da associação?

ANEXO I

CONTRATO PARA A PRODUÇÃO AVÍCOLA INTEGRADA

Contrato para Produção Ávícola Integrada

INTEGRADORA: SADIA S. A., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Avenida Senador Attílio Fontana, 4040, na cidade de Toledo, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 003.906.591/0081-33 e Inscrição Estadual sob o número 41800380-49, por seu(s) representante(s) legal(ais) abaixo assinado(s) e identificado(s), doravante denominada simplesmente "**Sadia**".

INTEGRADO(S): Sr(s) _____ portador(es) da carteira(s) de identidade RG nº _____ e do CIC nº _____, brasileiro(s), produtor(es) rural(is), na condição de possuidor(es) do imóvel abaixo discriminado, localizado em _____, no município de _____, Estado de PR, residente(s) e domiciliado(s) em _____, no município de _____, Estado de PR, abaixo assinado(s), doravante denominado(s) simplesmente "**Integrado**".

Considerando que:

- a) O **Integrado** é pessoa física (1) no _____º Ofício de Registro de Imóveis de _____, sob a matrícula nº: _____ da Comarca de _____, Estado de PR, e cadastrado no INCRA sob o nº _____ onde trabalha com sua família em regime de economia familiar ou não (se empresa) e onde estão instalados os aviários, galpões, equipamentos, água de boa qualidade, energia elétrica, insumos para o aquecimento dos animais e mão de obra adequada para a criação e/ou engorda de aves, 2.400 m²;
- b) O **Integrado** pretende realizar a criação de aves no imóvel acima referido;
- c) A **Sadia** é empresa que se dedica a industrialização e comercialização de carne de aves e pretende utilizar-se das aves criadas pelo **Integrado** como matéria-prima em sua indústria, ou mesmo comercializar tais produtos "in natura";
- d) A **Sadia** é proprietária das "aves de um dia" (aves), das rações, das vacinas e medicamentos necessários para a criação das *aves de um dia*, e que realiza, também, todas as operações de transporte das *aves de um dia*, das rações e das aves, fornecendo apoio laboratorial e assistência técnica necessárias para o desenvolvimento da produção das aves;
- e) O **Integrado** declara não ter firmado qualquer outro contrato para integração avícola no imóvel acima identificado;
- f) As obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico, tendo sido assumidas de acordo com os valores vigentes à época de sua contratação, foram fruto de negociações amplas e representam benefícios para ambas as partes, não gerando qualquer tipo de lesão às mesmas;
- g) As partes, ao realizarem a presente negociação, assumem possíveis riscos em razão de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis que possam modificar as atuais vantagens e desvantagens contratuais;
- h) Não serão aceitos como imprevisíveis, não se aceitando, desde já, inclusive, mas não limitados a, os seguintes fatos: i) crise de energia em geral; ii) desvalorização da moeda; iii) redução de investimentos estrangeiros no país; e iv) criação ou majoração de tributos;

Resolvem as partes acima qualificadas celebrar o presente **Contrato para Produção Avícola Integrada** (o "Contrato"), que se regerá de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas, que mutuamente outorgam e aceitam:

1 Do Objeto

1.1 Objeto

O objeto do presente Contrato para Produção Avícola Integrada é a criação e engorda até a terminação, pelo **Integrado**, de aves, em forma de *aves de um dia*, que serão fornecidas pela **Sadia**, na quantidade adequada para obtenção de eficiência no processo produtivo, considerando a área e equipamentos disponibilizados pelo **Integrado** para a criação e terminação;

1.2 Quantidade de aves

A quantidade de aves poderá sofrer variação para mais ou para menos em função da necessidade da **Sadia**, em razão da demanda de mercado e da disponibilidade de alojamento no imóvel do **Integrado**.

2 Obrigações da Sadia

A **Sadia** obriga-se a:

2.1 Aves para Criação e Terminação

Fornecer ao **Integrado** *aves de um dia* para serem criados e terminados até atingirem o peso ideal para atenderem as necessidades do mercado;

2.2 Insumos para a Criação de Aves - Rações e Medicamentos

Fornecer ao **Integrado** rações, vacinas, medicamentos e desinfetantes para a criação e terminação das aves, nas quantidades, periodicidade e ocasiões determinadas pelo departamento técnico da **Sadia**;

2.3 Assistência Técnica

Colocar à disposição do **Integrado**, assistência técnica, que será fornecida quando por ele solicitada, ou a critério da **Sadia**, e terá por objetivo promover o acompanhamento do plantel em desenvolvimento, fornecendo assistência técnica e veterinária, orientando as operações relativas ao manejo produtivo das aves;

2.4 Prazo de Alojamento

Alojar novo lote de aves no aviário do **Integrado**, no prazo máximo de 28 (vinte e oito) dias, salvo casos de força maior, questões de natureza sanitária, climática, de acesso, e desde que o aviário esteja devidamente preparado para receber o novo alojamento e não apresente qualquer restrição de ordem sanitária. Nestes casos, sem prejuízo por parte da **Sadia**, o alojamento de novos lotes poderá ser suspenso por prazo indeterminado, conforme pormenorizado no item 3.5.3 do presente;

2.5 Partilha de Aves

Entregar ao **Integrado** o valor correspondente à parte de aves vivas que lhe couber, nos termos deste Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após o abate do lote, desde que tenha sido cumprido o disposto no item 3.13 do presente;

2.6 Do Pagamento da Compra da Parte de Aves pertencentes ao Integrado

Pagar ao **Integrado**, até o 10º (décimo) dia útil após o abate, pela parte de aves que este deliberar a lhe vender em atendimento ao disposto no item 3.12, através de depósito em conta corrente no

estabelecimento bancário a ser indicada pelo **Integrado**, cujo comprovante de depósito as partes reconhecem para todos os fins de direito como prova de recebimento.

2.6.1 Da quitação do lote

Em não havendo impugnação do valor depositado, no prazo de 3 (três) dias a contar do depósito, entender-se-á como quitada a compra e venda realizada entre as partes relativas ao respectivo lote.

2.7 Data e Hora de Apanha das Aves

Informar, com a antecedência necessária, ao **Integrado**, através de emissoras de rádio, por seus técnicos ou qualquer outro meio, a data e a hora aproximada para a retirada das aves de sua propriedade;

2.8 Retirada das Aves

Providenciar às suas expensas a retirada (transporte) da parte das aves que pertence a **Sadia** na integração, que lhe será entregue incondicionalmente pelo **Integrado**;

2.9 Pesagem das Aves

Facultar ao **Integrado** o acompanhamento dos procedimentos de pesagem dos lotes de aves entregues.

3 Obrigações do Integrado

3.1 Cuidados Necessários

Dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves;

3.2 Serviço de Manuseio das Aves

3.2.1. Fornecer todo o serviço necessário para promover o tratamento, aquecimento e criação das aves, bem como efetuar a aplicação de medicamentos e vacinas, sendo de sua inteira responsabilidade os ônus com tais procedimentos, bem como com as obrigações legais decorrentes.

3.2.2. Não utilizar trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos na prestação destes serviços, bem como os de apanha e transporte das aves;

3.3 Normas Técnicas

Desenvolver a criação e terminação das aves, segundo normas técnicas e recomendações fornecidas pela **Sadia**;

3.4 Insumos, Medicamentos e Vacinas

Não utilizar/aplicar às aves, objeto do presente, ração, medicamento, vacina ou qualquer tipo de substância que sejam proibidas ou acima dos limites tolerados pela legislação em vigor, ou que não tenham sido prescritas pela **Sadia**;

3.5 Normas de Biossegurança, Ambiental e Sanitária

Com objetivo de evitar a incidência de doenças, a não criar, engordar ou terminar, ou ainda permitir a presença de quaisquer outras aves nas proximidades do imóvel onde será executado o objeto do presente, e a observar as normas ambientais, de biossegurança e sanitárias estabelecidas pela legislação e pela **Sadia**;

3.5.1 Do acesso às instalações e área de biossegurança das aves, por terceiros

Não permitir o acesso às instalações e área de biossegurança das aves por terceiros, sem prévia aprovação por escrito da **Sadia**, e quando autorizado o acesso, cumprir com as condições por ela

orientada. Outrossim, não utilizar nem divulgar imagens e ou informações a respeito do objeto do presente contrato, sem a prévia aprovação por escrito da **Sadia**, sob pena de indenização.

3.5.2 Manutenção da propriedade, instalações e equipamentos

Manter a propriedade, as instalações e os equipamentos em bom estado de conservação, de forma a evitar acidentes com as pessoas e as aves, bem como limpas, lavadas, desinfetadas e em permanente condição de uso, de acordo com as recomendações técnicas ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias, bem como por parte da **Sadia**.

3.5.3 Da Suspensão dos alojamentos de aves

Concordar com a suspensão dos alojamentos de novo lote de aves, por tempo indeterminado e sem ônus à **Sadia**, caso ocorram restrições de ordem ambiental, como por exemplo, o cancelamento da licença ambiental, ou sanitária, como por exemplo "gripe aviária", "doença de newcastle", ou outras que venham a restringir o mercado e produzam como consequência, a necessidade de redução da produção por parte da Integradora.

3.5.4 Da necessidade de sacrifício do lote

Concordar com o sacrifício das aves alojadas, a critério da **Sadia** ou de autoridades públicas, sem ônus à **Sadia**, caso ocorram restrições de biossegurança ou de ordem sanitária, como por exemplo "gripe aviária", "doença de newcastle", ou outras que venham por em risco a atividade ou saúde humana.

3.6 Propriedade das Aves Entregues

Zelar e a cuidar das *aves de um dia* que lhe forem entregues para engorda, até que as mesmas atinjam o peso programado para devolução, estando impedido(s) de vendê-las, desviá-las ou cedê-las a terceiros, responsabilizando-se pelos lotes entregues, até a efetiva devolução, na condição de fiel depositário, de acordo com o contido no artigo 652 do Código Civil Brasileiro, uma vez que tem conhecimento, pelo presente Contrato, de que as aves entregues em cada lote são de propriedade da **Sadia** e cuja nota fiscal de cada remessa será parte integrante deste Contrato;

3.6.1 Aves para o Consumo Próprio

É facultado ao **Integrado**, utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos ou 6 (seis) perus, de cada lote de aves alojado, devendo, neste caso, registrar este consumo em ficha própria fornecida pela **Sadia**. Considerando que este consumo é exclusivo para atender a demanda de consumo próprio da família do **Integrado**, a quantidade máxima acima estipulada aplica-se mesmo que o **Integrado** possua mais que 1 (um) aviário em integração com a **Sadia**, ou seja, mesmo que o **Integrado** possua, por exemplo, 2 (dois) aviários em integração com a **Sadia**, será lhe facultado utilizar para consumo próprio, no máximo, a quantia de 20 (vinte) frangos ou 6 (seis) perus considerando os 2 (dois) aviários.

3.7 Acidentes com as Aves

Adequar as instalações, equipamentos e procedimentos de forma a prevenir possíveis acidentes com as aves e insumos fornecidos pela **Sadia**;

3.8 Mortalidade de Aves

Comunicar à **Sadia**, no prazo máximo de 3 (três) horas, quando ocorrer mortalidade anormal de aves, para que esta possa, em tempo hábil, verificar a causa e tomar providências técnicas possíveis e necessárias, sem que tais providências acarretem para a **Sadia** qualquer espécie de responsabilidade no evento.

3.9 Fornecimento de Insumos

Fornecer água de boa qualidade, tratada, protegida; energia elétrica; combustível para aquecimento das aves (gás, lenha, etc.); material para a formação da cama (maravalha, serragem e outros) com qualidade assegurada;

3.10 Vias de Acesso

Garantir condições de tráfego nas vias de acesso ao aviário, de forma a permitir a realização do transporte das *aves de um dia*, rações e aves, permanentemente;

3.11 Material para Análise

Permitir e facilitar que a **Sadia** realize a coleta de amostras dos lotes de aves entregues, bem como da água empregada na criação das aves, e submetê-las a qualquer tipo de análise laboratorial que julgar necessária.

3.11.1 Do acompanhamento das coletas das amostras

Fica facultado ao **Integrado** o acompanhamento das coletas das amostras que a **Sadia** julgar por bem realizar.

3.11.2 Da coleta de amostras pelo Integrado ou por Terceiros

Garantir que a coleta de qualquer amostra, para fins de análise, seja pelo **Integrado** ou por terceiros, somente seja feita com a autorização por escrito da **Sadia**.

3.12 Direito de Preferência

Assegurar para a **Sadia** o direito de preferência na compra da parte de aves que lhe couber em razão do presente Contrato, observadas as condições de preço no mercado da região;

3.13 Comunicação da Intenção de Receber sua Quota em Aves Vivas

Comunicar à **Sadia**, antes do alojamento do lote, sua intenção de não vender a parte das aves vivas que lhe será cabível quando da partilha;

3.14 Acompanhamento da Engorda

Facilitar para a **Sadia** o acompanhamento da criação das aves, assegurando-lhe livre e permanente acesso à propriedade e instalações onde o plantel está sendo criado, bem como lhe permitir realizar auditoria, a qualquer momento;

3.15 Recebimento dos Insumos

Realizar a conferência, no momento do recebimento, das rações, aves (frangos ou perus), medicamentos e vacinas fornecidos pela **Sadia**, comunicando-lhe qualquer anormalidade encontrada.

3.15.1 Da não conformidade

Não havendo comunicação de anormalidade no prazo de 12 (doze) horas, será considerado como correto o envio de insumos como descritos nas Notas Fiscais.

3.16 Destinação dos Insumos

A não dar para a ração, medicamentos, vacinas fornecidos pela **Sadia** qualquer outra destinação que não seja a alimentação e cuidados com as aves objeto do presente;

3.17 Produtividade do Integrado (Performance)

A obter produtividade mínima, ou seja:

- a) Produção de no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) calculado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (Cláusula 6.2.1.), já ajustado para a idade do abate, para cada lote produzido;
- b) Nos últimos 12 (doze) meses de produção, resultados superiores a média prevista para o **Integrado**, em no mínimo 30% (trinta por cento) dos lotes abatidos.

3.18 Retirada das Aves da Propriedade do *Integrado*

3.18.1 Presença obrigatória

Estar presente no momento em que as aves serão retiradas pela *Sadia*;

3.18.2 Preparação do aviário para apanha das aves

Deixar o aviário preparado para a apanha das aves, antes da chegada do caminhão, tudo de acordo com as instruções da *Sadia*;

3.19 Apanha das Aves

3.19.1 Jejum das aves

Manter em jejum as aves que serão retiradas, pelo tempo determinado pela *Sadia* e conforme as normas da fiscalização do Ministério da Agricultura.

3.19.2 Obrigação pelos Serviços de Apanha das Aves

Compromete-se o *Integrado*, a disponibilizar os equipamentos para o carregamento e fornecer, em número suficiente, pessoas necessárias para executar a apanha e carregamento.

3.19.3 Da Execução dos Serviços de Apanha das Aves

Manter, com exclusividade, a totalidade dos custos e a execução dos serviços de apanha das aves.

3.19.4 Das Responsabilidades do Integrado no Apanhe das Aves

3.19.4.1 Obrigações Trabalhistas

Responsabiliza-se o *Integrado* pelo atendimento de todos os dispositivos legais, quer de ordem trabalhista, previdenciária, tributária, etc, e em especial as condições de segurança dos eventuais trabalhadores que possam participar de suas atividades no processo de criação das aves.

3.19.4.2 Obrigações no Manejo no Apanhe

Compromete-se o *Integrado* a cumprir as exigências técnicas quanto aos modos preventivos de lesões das aves, garantindo o bem-estar e o conforto das mesmas, e por consequência, a qualidade do produto no abatedouro.

3.19.4.3 Outras Obrigações para o carregamento

- a) Fornecer as informações técnicas necessárias, para a execução dos serviços objeto deste contrato;
- b) Fornecer energia elétrica e iluminação adequada no local dos serviços;
- c) Fornecer água e estrutura adequada para molhar as aves, responsabilizando-se pelo acompanhamento da operação de molhar as aves desenvolvida pela equipe de carregamento;
- d) Disponibilizar a documentação fiscal necessária ao transporte das aves;
- e) Por ocasião de cada carregamento, proceder as devidas anotações na planilha de controle do carregamento do lote.

3.19.5 Do Inadimplemento

O não cumprimento das obrigações contidas na presente cláusula, de modo especial, facultará a *Sadia* rescisão antecipada do Contrato por falta de condições essenciais de execução do mesmo, uma vez que o serviço de apanha das aves em conformidade com a legislação em vigor é condição essencial do contrato, sem prejuízo da responsabilização por eventuais perdas e danos.

3.20 Condenação das Aves

Concordar que sejam realizadas deduções do lote entregue, considerando-se o número de animais que não atendam às exigências do Serviço de Inspeção Federal – SIF, bem como com as deduções estipuladas no item 6.4.2.2;

3.21 Sucessão

Esclarecer que a **Sadia** não fornecerá aves para aquele que o suceder na posse do imóvel onde será realizado o objeto do presente, pois este Contrato vence-se antecipadamente no caso da perda ou transferência da posse de referido imóvel pelo **Integrado**, qualquer que seja o motivo na forma do disposto no Item 7.1 “d”.

4 Do Sistema Sadia de Produção (SSP)

4.1 Faculdade do Integrado em Adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP)

Considerando que:

- a) O mercado consumidor prima por produtos desenvolvidos sob a observância de normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária. A observância destas normas exige adequação da propriedade e bom manejo dos animais.
- b) O resultado da criação e terminação depende, essencialmente, dos cuidados dispensados pelo **Integrado** aos animais. A adequação da propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para abate, pressupõe investimento;
- c) As aves de melhor qualidade possibilitam maior poder de barganha perante o mercado consumidor, possibilitando, inclusive, melhores resultados econômicos na atividade avícola;
- d) A necessidade de se restabelecer as normas em respeito aos resultados econômicos obtidos em face das aves criadas e engordadas até terminação, e disponibilizadas, com maior valor agregado.

É facultado ao **Integrado**, adequar ou não a propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para abate.

4.2 Das Obrigações do Integrado em respeito ao Sistema Sadia de Produção (SSP)

Estando o **Integrado** disposto a adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP) e, por conseqüência, investir para criar e engordar até terminação, de forma a disponibilizar para a **Sadia**, aves de melhor qualidade, além das obrigações constantes no item 3, acima, obriga-se o **Integrado**:

4.2.1 Instalações e Equipamentos

Adequar, dispor e fornecer a propriedade, instalações e todos os equipamentos necessários para a atividade, de modo a atender as normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária, conforme necessidades técnicas exigidas pelo mercado, variações climáticas, nutricionais e genéticas, orientadas pela **Sadia**, discriminadas no “*Questionário de Avaliação do SSP*” (ANEXO III).

4.3 Normas de Qualidade

Dispensar todos os cuidados necessários e indispensáveis para a criação e terminação das aves, observando normas técnicas, bem como as normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária, discriminadas no referido “*Questionário de Avaliação do SSP*” (ANEXO III).

5 Do Prazo

O presente Contrato é celebrado por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes, sem que lhe acarrete quaisquer ônus, mediante notificação à outra parte, por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) lote, sob pena de indenização no valor correspondente a renda de 1 (um) lote, calculado a partir da média da renda obtida pelo **Integrado** nos últimos 3 (três) lotes entregues à **Sadia**.

6 Do Resultado

Declararam as partes contratantes que possuem pleno conhecimento do conteúdo da presente cláusula, a qual foi amplamente debatida e consensada. Declararam, outrossim, que tem pleno conhecimento de que as demais fórmulas, até então utilizadas para aferição dos resultados estão plenamente revogadas a partir deste momento.

6.1 **Premissas da Fórmula de Calcular a Renda**

São as seguintes, as premissas da fórmula de calcular a renda entre as partes, de forma proporcional ao custo aplicado por cada uma das partes para produzir 1 (um) lote de frangos:

- a) Os custos suportados pela **Sadia** para produzir um lote de frangos são da ordem de 93% (noventa e três por cento) do custo total;
- b) Os custos suportados pelo **Integrado** são da ordem de 7% (sete por cento) do custo total;
- c) O efeito dos fatores externos ao processo do **Integrado** que afetam o desempenho e o volume de produção do lote de frangos, como sexo das aves, linhagem, peso médio dos pintos alojados e idade de abate serão considerados, com objetivo de minimizar seus efeitos no resultado do lote;
- d) Os avanços genéticos e nutricionais serão incorporados aos resultados esperados, de acordo com a evolução dos resultados obtidos;
- e) Sempre que um determinado grupo de aves ou um determinado grupo de lotes de frangos for alimentado com rações diferenciadas, estes lotes poderão ser tratados separadamente no acerto, de acordo com o tipo de rações fornecidas, como se fossem animais diferentes, inclusive no valor do quilograma de frango vivo;
- f) Os resultados previstos para mortalidade em função da idade prevista de abate e conversão alimentar ajustada serão disponibilizados no máximo a partir do quinto dia útil após o alojamento de cada lote;
- g) Todos os lotes que não superarem ao resultado mínimo (itens 3.17 e 6.4.3) não serão considerados na estatística do resultado obtido para comparação com o resultado previsto para um determinado período de alojamento; e
- h) Os resultados previstos para mortalidade e conversão alimentar ajustada para cada sexo das aves e para cada tipo de ração fornecida aos animais serão estimados pela **Sadia**, que definirá a meta prevista para quando do abate dos referidos lotes, tendo como base o potencial das linhagens.

6.2 **Definições Específicas para Apuração do Resultado**

6.2.1 **Percentual básico cabível ao Integrado:**

Este percentual foi definido pela proporcionalidade de participação de cada parte no custo de um lote, considerando que a **Sadia** participa com *aves de um dia*; rações; medicamentos; vacinas; desinfetantes; transportes das *aves de um dia*, das rações e das aves para abate; e assistência técnica. O **Integrado** participa com as instalações (depreciação); água; energia elétrica; fonte de aquecimento; substrato para cama; mão-de-obra; apanha e carregamento das aves; manutenção; e outros. O percentual básico varia conforme o sexo das aves, devido ao ganho de peso diferenciado de machos e fêmeas e com objetivo de minimizar o efeito do sexo das aves que compõe o lote no resultado do mesmo.

6.2.2 **Ajuste do percentual cabível ao Integrado em função da idade do lote abatido**

Quando um lote apresenta-se com uma determinada idade, a manutenção deste lote por um ou mais dias em criação ou a antecipação da data de abate em um ou mais dias, apresenta variação dos

volumes de produção e de custos de produção de forma diferenciada. Como o **Integrado** não define a idade de abate do lote, sendo esta variável em detrimento das necessidades do mercado e planejada pela **Sadia**, o presente ajuste tem como objetivo minimizar o efeito da idade média do lote por ocasião do abate no resultado do mesmo.

6.2.3 Ajuste do percentual cabível ao **Integrado** em função da mortalidade.

O objetivo de ajustar o percentual cabível ao **Integrado** em função da mortalidade percentual obtida no lote é o de estimular a obtenção de índices baixos de mortalidade e, para isto, cada peso médio dos pintos de um determinado sexo e de um determinado tipo de animal, terá uma expectativa de mortalidade em função da idade em que o lote será abatido.

6.2.4 Ajuste do percentual cabível ao **Integrado** em função da conversão alimentar ajustada, das linhagens e do peso médio dos **pintos de um dia** que compõem cada lote.

A conversão alimentar real do frango de corte varia em função do peso médio em que as aves são abatidas. Para facilitar a análise comparativa dos resultados, todas as informações de conversão alimentar serão ajustadas para um mesmo peso vivo, que foi definido como sendo um peso vivo de 2,0 kg (dois quilogramas).

6.2.4.1 Definições:

Para compreender este ajuste, são definidos a seguir alguns termos que fazem parte destas análises:

- **CAR** (Conversão Alimentar Ajustada Referencial): corresponde ao resultado médio esperado ou apresentado pela(s) linhagem(s) que for definida pela **Sadia** como referência (melhor linhagem, ou, maior participação na Unidade, ou, Grupo ou potencial produtivo). Para a linhagem eleita, o fator de ajuste na **CAR** será igual a zero. Para as demais linhagens, a **CAR** será obtida mediante aplicação do ajuste do efeito da linhagem.

- **CARL** (Conversão Alimentar Real do Lote): corresponde ao resultado da divisão do consumo total de ração do lote, em kg, pelo peso vivo total das aves entregues no abatedouro, em kg.

- **PM** (Peso Médio): Peso Médio do lote corresponde ao resultado da divisão do peso vivo total das aves entregues, em kg, pelo número total de aves entregues no abatedouro.

- **CAP** (Conversão Ajustada Prevista): Corresponde ao resultado esperado em termos de conversão alimentar ajustada para cada lote alojado (contempla a **CAR**, o ajuste para peso de pinto e linhagem).

- **CAA** (Conversão Alimentar Ajustada do Lote): todos os dados de conversão alimentar serão ajustados para um peso vivo de 2,0 kg (dois quilogramas), através da adoção de um índice de ajuste da conversão real em função da variação do peso médio. Estes índices, que poderão ser alterados se os resultados obtidos demonstrarem real necessidade, são os seguintes, de acordo com o sexo das aves:

Sexo das aves	Índice de Ajuste da Conversão pela Variação do Peso Médio
Machos	4,0
Fêmeas	3,0
Mistos	3,5

Exemplo da aplicação dos índices acima:

No caso de machos, o índice acima significa que a cada quatro gramas de variação no peso vivo, a conversão alimentar será ajustada em um grama.

Este ajuste tem por objetivo estimular a busca de eficiência na transformação da ração em ganho de peso dos animais, tendo em vista que as raças representam de 60% (sessenta por cento) a 70% (setenta por cento) do custo de produção do lote de frangos.

Desta forma, para cada lote alojado a **Sadia** informará a **CAP** para o lote em quilogramas, que corresponde a **CAR** mais o ajuste previsto para cada linhagem(s) e peso médio dos **pintos de um dia** que compõe o lote.

a) a conversão ajustada referencial (**CAR**) será informada pela **Sadia** para cada quinzena de alojamento. Entende-se como primeira quinzena, o período compreendido entre o primeiro dia do mês e o décimo quinto dia do mesmo mês e como segunda quinzena, o período que compõe o restante do mês.

b) O ajuste para linhagem será informado de acordo com a(s) linhagem(s) que compõe cada lote e o valor do ajuste para cada linhagem variará de acordo com os resultados que cada linhagem estiver apresentando. Entende-se por linhagem ou raça, uma população de animais selecionados geneticamente, de forma a ter caracteres genéticos semelhantes em toda a população. As linhagens são conhecidas pelas marcas, como ROSS 308, COBB 500, ARBOR ACRES, etc., que poderão ser codificadas por números.

c) O efeito do peso médio dos pintos em termos de conversão alimentar ajustada será adequado de acordo com os resultados obtidos e informado por ocasião do alojamento de cada lote. O peso médio dos pintos obtidos no incubatório será expresso em gramas e sempre como um número inteiro. O peso médio dos pintos, por ocasião do alojamento, afeta o ganho de peso do lote e também a conversão alimentar do mesmo. Como os pintos de menor peso apresentam menores ganhos de peso e piores índices de conversão alimentar, é fundamental a busca de um recurso que permita minimizar o efeito do peso médio dos pintos no resultado do lote. Para obter este ajuste, será acompanhado o efeito do peso médio dos pintos no desempenho das aves, para cada sexo de cada tipo de animal. Com os efeitos obtidos, será estimado o impacto necessário em termos de conversão alimentar ajustada para neutralizar ou minimizar o impacto do peso médio dos pintos no resultado do lote.

- **CAO** (Conversão Alimentar Ajustada Obtida): é a média geral de Conversão Alimentar Ajustada dos lotes abatidos em um determinado período já ajustada para linhagem.

6.2.5 Ajuste do percentual cabível ao *Integrado* em função dos processos e procedimentos:

Cada vez mais os clientes e consumidores estão exigindo, além da qualidade final percebida no produto, que os processos e procedimentos estejam em condições de atender a princípios de bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente.

Os processos e os procedimentos de cada *Integrado* serão avaliados através de uma lista de verificação (questionário de auto-avaliação e auditoria) que será preenchida pelos técnicos da **Sadia** a pedido do *Integrado*, quando este entender que está habilitado a obter o ajuste. Sempre que o *Integrado* cumprir 100% (cem por cento) dos itens críticos e de 85% (oitenta e cinco por cento) a 90% (noventa por cento) dos itens importantes (a critério da **Sadia**), terá direito a um ajuste de 10% (dez por cento) sobre o percentual básico do que lhe couber na partilha.

Esta lista de verificação (**ANEXO II** ao presente) poderá ser alterada pela **Sadia** de acordo com as exigências de mercado, porém, as alterações realizadas somente serão aplicadas após 3 (três) meses de seu conhecimento pelo *Integrado*.

6.2.6 Complemento relativo a diferença do lote anterior

A projeção dos resultados previstos para conversão alimentar ajustada referencial (**CAR**) será estimada no final da quinzena anterior ao alojamento dos *pintos de um dia*, que servirá de referência para os lotes alojados na quinzena seguinte.

Por Exemplo: no final da segunda quinzena de janeiro, será projetada a **CAR** para todos os lotes que serão alojados na primeira quinzena de fevereiro. Estes lotes serão abatidos durante os meses de março/abril. A média geral de conversão alimentar ajustada obtida (**CAO**) pelos lotes alojados em uma determinada quinzena, já ajustada para efeito das linhagens, será comparada com a **CAR** para aqueles lotes, podendo ocorrer duas situações: a média geral da **CAO** ser igual ou melhor do que a **CAR**; ou, a média geral da **CAO** ser pior do que a **CAR**. Sempre que a segunda situação ocorrer, isto é, a média geral da **CAO** pelos lotes alojados em uma quinzena for pior do que a **CAR** para aqueles lotes, a participação do *Integrado* no resultado do lote será recalculada para os lotes que superaram ao resultado mínimo, considerando-se para os lotes como **CAR**, a média geral de conversão alimentar ajustada obtida (**CAO**) pelos lotes já ajustada para efeito das linhagens, conforme acima. A diferença entre as duas equações, em quilogramas de frango vivo, será acrescida na participação do *Integrado* no lote seguinte como complemento do lote anterior (**CLA**), ou pago como complemento extra em caso de se tratar do último lote do *Integrado*.

6.3 Fórmula para Cálculo de Pagamento:

A fórmula encontra-se discriminada no ANEXO I ao presente.

6.4 Ajuste do percentual cabível ao Integrado em função dos processos e procedimentos de qualidade, bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente – Sistema Sadia de Produção (SSP)

Sem prejuízo do que consta nos itens acima, visando apurar o resultado do *Integrado* que adotar o Sistema Sadia de Produção (SSP) e atender os princípios de bem-estar animal, rastreabilidade, biossegurança, segurança alimentar e meio ambiente, os processos e os procedimentos de cada *Integrado* serão avaliados através de uma Lista de Verificação (*Questionário de Avaliação do SSP - ANEXO III*) que será preenchida pelos técnicos da *Sadia* à pedido do *Integrado*, quando este entender que está habilitado ao resultado diferenciado pelas adequações dos aviários, atendimento dos procedimentos e qualidade das aves, como abaixo se expõe:

6.4.1 Pelas Adequações:

- a) Ratificando o contido no item 6.2.5, sempre que o *Integrado* cumprir 100% (cem por cento) dos itens “*CRÍTICOS*” e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens “*IMPORTANTES*”, requisitos estes exigidos pelo mercado, discriminados na “*Lista de Verificação*” no ANEXO II, será considerado como **ADEQUADO** e terá direito a um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o percentual básico que lhe couber na partilha;
O contido neste item terá vigor, tão somente até 31 de dezembro de 2006. A partir desta data, o ajuste por adequação, será devido tão somente para as categorias “**ADEQUADO NÍVEL 1**” e “**ADEQUADO NÍVEL 2**” (ANEXO III);
- b) Sempre que o *Integrado* cumprir 100% (cem por cento) dos itens “*CRÍTICOS*” e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens “*IMPORTANTES*”, discriminados no *Questionário de Avaliação do SSP (ANEXO III)*, será considerado como **ADEQUADO NÍVEL 1**, terá ele direito ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o percentual que lhe couber na partilha;
- c) Sempre que o *Integrado* cumprir 100% (cem por cento) dos itens “*CRÍTICOS*” e no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) dos itens “*IMPORTANTES*”, discriminados no *Questionário de Avaliação do SSP (ANEXO III)*, e possuir piso de concreto ou asfalto, perfeitamente conservado, será considerado **ADEQUADO NÍVEL 2**, tendo ele direito ao acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o percentual que lhe couber na partilha. Para que o *Integrado* possa se candidatar a adequação nível 2, necessitará de autorização prévia e por escrito da *Sadia*;
- d) Os ajustes acima discriminados não serão devidos, quando o lote de aves entregue, calculado na fórmula em vigor, não superar a renda mínima estabelecida em conformidade ao item 6 deste “*Contrato*”.

6.4.2 Pela Qualidade das Aves:

6.4.2.1 Itens de Qualidade das Aves

Para efeitos deste contrato, considera-se como AVES DE QUALIDADE, quando alcançarem os seguintes resultados, por ocasião da entrega das aves na plataforma do abatedouro da *Sadia*:

- a) Se o lote de aves entregue, não ultrapassar o limite de 15% (quinze por cento) das aves, com “calo de pés”, na avaliação realizada por profissional da empresa no abatedouro;
- b) Se o lote de aves entregue, não ultrapassar a 1,2 (uma vírgula duas) vezes o valor da média obtida no mês anterior de perdas por condenações (totais e/ou parciais), para o mesmo tipo de ave, por causas agropecuárias, na avaliação realizada pelo Serviço de Inspeção Federal, por ocasião do abate do respectivo lote de aves;

6.4.2.2 Do ajuste pela Má Qualidade das Aves:

Considerando que a adoção dos procedimentos técnicos é fundamental para a obtenção da qualidade da produção e considerando que o manejo inadequado afeta a qualidade da produção, gerando perdas pela má qualidade, as partes pactuam que a partir de 01 de janeiro de 2006, independentemente da adequação da propriedade, instalações e equipamentos, se o lote de aves entregue, ultrapassar os limites mínimos de qualidade acima identificados (Item 6.4.2.1), haverá ajuste, proporcionalmente às perdas apuradas, como segue:

I. Para o item "a" (calo de pés):

Se o percentual (%) de calo de pés ultrapassar o limite acima especificado de 15% (quinze por cento) das aves, adotar-se-á a seguinte fórmula:

<p style="text-align: center;">VALOR DO AJUSTE, em % (percentual):</p> <p>Se PCPR > 15%: % Ajuste para calo de pés = $(PCPR - 15) \times 0,015$</p> <p>Se PCPR ≤ 15%: % Ajuste para calo de pés = Zero</p>

Sendo que:

PCPR = Percentual de Calo de Pés Real (em percentual).

Obs: Se o percentual (%) de calo de pés do lote não ultrapassar o limite acima especificado de 15% (quinze por cento), não haverá ajuste.

II. Para o item "b" (Perdas por Condenação):

Como perdas por condenações por causas agropecuárias, serão consideradas todas as perdas por condenações com perda total das aves (condenação total), somadas com as perdas por condenações com perda parcial das aves (condenação parcial). No caso das condenações parciais, será considerado como perda, 20 por cento do percentual obtido pelo lote.

Para efetuar o ajuste de perdas por condenações adotar-se-á a seguinte fórmula:

<p style="text-align: center;">VALOR DO AJUSTE em % (percentual):</p> <p>Se PCR > PCM x 1,2: %Ajuste para condenações = $PCR - (PCM \times 1,2)$</p> <p>Se PCR ≤ PCM x 1,2: % Ajuste para condenações = Zero</p>

Sendo que:

PCR = Perdas por Condenação Real do lote, em percentual.
PCM = Perdas por Condenação Meta, em percentual.

Obs.: Se as Perdas por Condenação Real (PCR) forem menores do que 120% das Perdas por Condenação do mês anterior (PCM x 1,2), não haverá ajuste.

III. O limite dos ajustes pela má qualidade das aves aplica-se até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do percentual cabível ao **Integrado** antes da aplicação dos ajustes pela má qualidade das aves, não podendo restar valor menor ao obtido como lote mínimo, desde que todos os procedimentos tenham sido atendidos.

6.4.2.3 Acompanhamento das Avaliações

É facultado ao **Integrado** o acompanhamento das avaliações dos itens de adequação e qualidade das aves, contidos no "Questionário de Avaliação do SSP" (ANEXO III), e avaliações de qualidade das aves por ocasião da entrega do lote na plataforma do abatedouro da **Sadia**.

6.4.3 Do Resultado Mínimo para o lote

O **Integrado** não atingindo a produtividade mínima prevista no item 3.17, letra “a”, e desde que haja o cumprimento de todas as demais obrigações contidas neste contrato, convencionou-se como resultado mínimo para o lote, o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) aplicado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (item 6.2.1), já ajustado para a idade de abate.

6.5 Revisão da Lista de Verificação

O “Questionário de Avaliação do SSP” (ANEXO III) poderá ser alterado pela **Sadia** de acordo com as exigências de mercado, porém, as alterações realizadas somente serão aplicáveis após 3 (três) meses de seu conhecimento pelo **Integrado**.

7 Da Rescisão

7.1 Da Rescisão pela **Sadia**

O presente Contrato poderá ser rescindido pela **Sadia**, sem que lhe acarrete quaisquer ônus e sem necessidade de comunicação prévia ao **Integrado** quando:

- a) Os resultados obtidos pelo **Integrado** não superarem a produtividade mínima prevista na Cláusula 3.17, ou seja:
 - (1) Quando, no período de 12 (doze) meses, ocorrer 3 (três) lotes com produção, em cada um deles, inferior a 65% (sessenta e cinco por cento) calculado sobre o percentual básico cabível ao **Integrado** (Cláusula 6.2.1), já ajustado para a idade do abate; e
 - (2) Quando, nos lotes produzidos nos últimos 12 (doze) meses, mais de 70% (setenta por cento) dos lotes ficarem com resultado inferior a média prevista para cada um dos lotes abatidos.
- b) O **Integrado** aplicar qualquer tipo de alimento, medicação, medicamento e/ou vacina às aves contrariando a legislação vigente e/ou sem a anuência por escrito da **Sadia**;
- c) O **Integrado** der para a ração, vacina e medicamentos fornecidos pela **Sadia** qualquer outra destinação que não seja a alimentação e aplicação com as aves, objeto do presente;
- d) O **Integrado** deixar de deter a posse do imóvel e das instalações, qualquer que seja o motivo, onde será realizado o objeto do presente;
- e) O **Integrado** descumprir qualquer das obrigações contidas no item “3.5”, que trata sobre normas de biossegurança, ambiental e sanitária;
- f) Em caso de supressão ou paralisação das atividades, transferência, venda ou fechamento da unidade de produção do grupo econômico da **Sadia**, qualquer que seja o motivo;
- g) Em caso de falecimento do **Integrado**;
- h) Em caso de insolvência notória do **Integrado** e/ou decretação de falência, se este for pessoa jurídica;
- i) Pelo inadimplemento pelo **Integrado** de qualquer cláusula ou condição do presente.
- j) Se o **Integrado** tomar ou admitir trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos para execução do trabalho nos aviários ou nas atividades relacionadas à apanha e transporte de aves.

7.2 Da Rescisão pelo **Integrado**

O presente Contrato poderá ser rescindido pelo **Integrado**, sem que lhe acarrete quaisquer ônus e sem necessidade de comunicação prévia, quando:

- a) A **Sadia** não fornecer as rações, vacinas, medicamentos ou deixar de prestar a assistência técnica e veterinária necessária;
- b) Pelo inadimplemento pela **Sadia** de qualquer cláusula ou condição do presente;
- c) Pela decretação da falência da **Sadia**.

8 Da Multa e Perdas e Danos

8.1 Da multa e perdas e danos pelo inadimplemento

As partes fixam multa em valor equivalente a 10% (dez por cento) calculada sobre o somatório da renda obtida pelo *Integrado* nos lotes entregues nos últimos 6 (seis) meses de vigência do presente, ou sobre o período que o mesmo vigir, se inferior a 6 (seis) meses, devidamente corrigidos, de acordo com a variação do IGP-M da FGV, para a parte que o inadimplir, além de conferir à parte inocente a faculdade de obter ressarcimento por perdas e danos, inclusive morais, custas e honorários advocatícios, decorrentes da inadimplência.

8.2 Da multa e perdas e danos pelo descumprimento das cláusulas “3.4”, “3.12.” e “3.16”.

Em caso de descumprimento da Cláusula “3.4”, e sendo constatada a presença de substâncias proibidas ou não autorizadas pela *Sadia*, ou ainda, aplicadas acima do permitido pela legislação, além da rescisão automática do Contrato como disposto na Cláusula “7.1” acima, e das perdas e danos decorrentes, a multa ora acordada será alterada para 20% (vinte por cento), o mesmo ocorrendo no caso do descumprimento das Cláusulas “3.12” e “3.16”.

9 Disposições Gerais

9.1 Cessão de Direitos

É vedado a quaisquer das partes transferir os direitos e obrigações assumidas no presente Contrato a terceiros, sem a expressa permissão da outra parte;

9.2 Novação

Qualquer tolerância ou concessão das partes no transcorrer do Contrato não constituirá novação ou precedente invocável por qualquer das partes;

9.3 Ilegitimidade ou Impossibilidade de Execução Parcial

Se qualquer dispositivo deste Contrato ou sua aplicação, em qualquer extensão, for considerada ilegítima ou não passível de execução, o restante do contrato não será afetado por tais motivos;

9.4 Da Eficácia dos Considerandos

As premissas descritas no tópico “Considerandos” deste Contrato, constituem, para todos os fins de direito, parte integrante e inseparável do mesmo, devendo subsidiar e orientar, seja na esfera judicial ou extrajudicial, qualquer divergência que venha a existir com relação ao aqui pactuado.

9.5 Forma de Alteração

Este Contrato só poderá ser modificado ou alterado por instrumento assinado por ambas as partes;

9.6 Da Notificação

Qualquer notificação a ser efetuada por qualquer das partes, deverá ser formalizada por escrito e entregue no endereço do preâmbulo deste, mediante protocolo de recebimento;

9.7 Da Revogação de Acordos Anteriores

O presente Contrato revoga, integralmente, quaisquer acordos celebrados anteriormente, quer verbais ou escritos, que envolvam as partes contratantes no concernente a contrato de parceria avícola, concedendo os contratantes reciprocamente, plena e irrevogável quitação das relações jurídicas anteriores, declarando nada terem a reclamar, seja a que título for;

9.8 Das Negociações e Concordâncias

As partes declaram e garantem, espontânea e incondicionalmente, que ao assinarem o presente instrumento:

- a) Não estão obrigadas a fazê-lo por razões econômico-financeiras emergenciais;
- b) Tomaram conhecimento com antecedência bem como discutiram e decidiram sobre todas as cláusulas e especialmente sobre a fórmula de calcular a renda;
- c) Estão de acordo com todas as cláusulas estabelecidas;
- d) Não têm qualquer interesse diverso ou contrário a elas ou que poderiam impedir, prejudicar ou revogar o cumprimento do que ficou ajustado por meio do presente instrumento;

9.9 Da Conformidade

O *integrado*, para todos os fins e efeitos de direito, dentro do sistema da livre iniciativa, isto é, agindo por conta e risco próprios, declara ter conhecimento de todos os termos, condições e peculiaridades da operação objeto deste Contrato, e que com eles está plenamente de acordo. A *Sadia*, por seu lado, não efetua nenhuma promessa, firma compromisso ou assegura os resultados do presente ou margens de lucro do *Integrado* em decorrência deste Contrato.

9.10 Da Confidencialidade

A *Sadia* e o *Integrado* obrigam-se a tratar como confidenciais todas as informações relacionadas aos produtos e assuntos que vierem a ter conhecimento em razão do presente e das condições deste, durante sua vigência e mesmo após o seu término sendo vedada sua divulgação, qualquer que seja o meio utilizado.

9.10.1 Da Vigência da Obrigação de Confidencialidade

A obrigação de confidencialidade permanecerá em vigor independentemente da rescisão ou resilição do presente.

9.11 Da Autonomia Negocial

9.11.1 Da Natureza da Relação Jurídica

Nenhuma das condições deste Contrato pode ser entendida como meio de constituir uma sociedade entre as partes. Em todas as atividades decorrentes deste Contrato, cada parte deverá indicar claramente que age em nome próprio e não é representante da outra parte, não podendo em nome dessa outra parte assumir qualquer tipo de responsabilidade, seja contratual ou de outra natureza.

9.11.2 Do Pessoal

Cada uma das partes, isolada e não solidariamente, responderá exclusivamente por suas próprias obrigações de empregador, principais e acessórias. Nos casos previstos em lei, os desembolsos ou reembolsos que uma parte fizer por falta imputada à outra, serão compensados na primeira apuração de contas que suceder ao fato.

10 Do Foro

De comum acordo, as partes contratantes elegem o foro da comarca de TOLEDO, Estado de PR, como o competente para dirimir qualquer questão advinda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11 Anexo I – Fórmula para Cálculo de Pagamento

Considerando as premissas e as definições, acima expostas, temos:

PERCENTUAL DE PRODUÇÃO CABIVEL AO PARCEIRO					
Sexo do lote de frangos		Macho	Fêmea	Misto	
Percentual básico	A	6,80	7,60	7,20	
Ajuste para idade de abate	B	$B=(42-ID)\times 0,04$	$B=(42-ID)\times 0,04$	$B=(42-ID)\times 0,04$	ID = Idade do lote em dias no abate

AJUSTES EM FUNÇÃO DO RESULTADO DO LOTE					
Sexo do lote de frangos		Macho	Fêmea	Misto	
Ajuste para mortalidade	C	$C=(MP-MR)\times 0,1$	$C=(MP-MR)\times 0,1$	$C=(MP-MR)\times 0,1$	MP = mortalidade prevista para o lote em percentual MR = mortalidade real do lote em percentual
Ajuste para conversão ajustada	D	$D=(CAP+(PM-2)/4-CTR/PVT)\times 25$	$D=(CAP+(PM-2)/3-CTR/PVT)\times 25$	$D=(CAP+(PM-2)/3,5-CTR/PVT)\times 25$	CAP = conversão alimentar ajustada prevista para o lote em kg PM = peso médio obtido pelo lote, em kg CTR = consumo total de ração do lote, em kg PVT = peso vivo total obtido pelo lote, em kg
Ajuste para processos e procedimentos	E	<ul style="list-style-type: none"> • Se adequado: $E=A\times 0,10$ • Se adequado Nível 1: $E=(A+B+C+D)\times 0,25$ • Se adequado Nível 2: $E=(A+B+C+D)\times 0,35$ • Se não adequado: Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se adequado: $E=A\times 0,10$ • Se adequado Nível 1: $E=(A+B+C+D)\times 0,25$ • Se adequado Nível 2: $E=(A+B+C+D)\times 0,35$ • Se não adequado: Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se adequado: $E=A\times 0,10$ • Se adequado Nível 1: $E=(A+B+C+D)\times 0,25$ • Se adequado Nível 2: $E=(A+B+C+D)\times 0,35$ • Se não adequado: Zero 	Adequado terá validade até 31/dezembro/2006
Ajuste para calo de pés	F	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCPR > 15%: $F=(PCPR-15)\times 0,015$ • Se PCPR <= 15%: F=Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCPR > 15%: $F=(PCPR-15)\times 0,015$ • Se PCPR <= 15%: F=Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCPR > 15%: $F=(PCPR-15)\times 0,015$ • Se PCPR <= 15%: F=Zero 	PCPR = Percentual de calo de pés real do lote
Ajuste para condenações	G	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCR > PCMx1,2: $G=(PCR-(PCM\times 1,2))$ • Se PCR <= PCMx1,2: G=Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCR > PCMx1,2: $G=(PCR-(PCM\times 1,2))$ • Se PCR <= PCMx1,2: G=Zero 	<ul style="list-style-type: none"> • Se PCR > PCMx1,2: $G=(PCR-(PCM\times 1,2))$ • Se PCR <= PCMx1,2: G=Zero 	PCR = Percentual de condenação real do lote PCM = Percentual de condenação meta

**Contrato para Produção Avícola Integrada
001/03 – Unidade Jurídica**

- 18 -

RESULTADO FINAL DO LOTE					
Sexo do lote de frangos		Macho	Fêmea	Misto	
Resultado final da participação do integrado (% da produção)	H	$H=(A+B+C+D+E-F-G)$	$H=(A+B+C+D+E-F-G)$	$H=(A+B+C+D+E-F-G)$	
Quilogramas de frango vivo pertencentes ao parceiro criador (kg)	I	$I=(H/100) \times PVT+CLA$	$I=(H/100) \times PVT+CLA$	$I=(H/100) \times PVT+CLA$	CLA = complemento referente a diferença do lote anterior, em kg de frango vivo PVT = peso vivo total obtido pelo lote, em kg
Renda do lote em reais (R\$)	J	$J=I \times VF$	$J=I \times VF$	$J=I \times VF$	VF = valor em reais de um kg de frango vivo

12 Anexo II – Questionário de Auto Avaliação e Auditoria – Processos e Procedimentos

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO E AUDITORIA - FOMENTO AVES - PROCESSOS E PROCEDIMENTOS - 10%

1 - GENERALIDADES

- 1.1 - Há um manual de operações e padrões críticos?
- 1.2 - Há um plano de ação para casos de incêndio?
- 1.3 - Há um plano de ação para casos de falta de energia elétrica?
- 1.4 - Há um plano de emergência para suprimento de água?
- 1.5 - Há informação disponível para: área do galpão; número de bebedouros; número de comedouros; densidade de aves?
- 1.6 - Os principais riscos de acidentes estão identificados e há um plano de prevenção?
- 1.7 - As pessoas que trabalham no aviário não fumam no local?
- 1.8 - Existem cercas divisórias para evitar migração de aves no interior do aviário?

2 - LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO E BIOSSEGURANÇA

- 2.1 - O pátio está limpo, isento de madeira, cama e entulhos?
- 2.2 - O pátio dos arredores é bem drenado?
- 2.3 - A vegetação rasteira é mantida baixa ao redor do aviário?
- 2.4 - O aviário é mantido fechado, não permitindo o acesso de outros animais?
- 2.4.1 - Não há criação de outras aves na propriedade?
- 2.4.2 - O avicultor está consciente dos riscos de manter contato com outras espécies de aves?
- 2.5 - O acesso está identificado com o nome do produtor?
- 2.5.1 - Uma área de biosseguridade foi definida e há uma placa "Pare"?
- 2.6 - As paredes das instalações estão pintadas e bem conservadas?
- 2.7 - As estradas permitem acesso e manobra de caminhões pesados em qualquer dia?

2.8 - Sala de Entrada

- 2.8.1 - Chão está limpo?
- 2.8.2 - Paredes estão limpas?
- 2.8.3 - Portas fecham bem?
- 2.8.4 - Há pia limpa, sabão e toalha (papel de preferência) limpos?
- 2.8.5 - Há Esgoto ou sumidouro instalados?
- 2.8.6 - Há pedelúvio com desinfetante e este é utilizado regularmente?
- 2.8.7 - Há mesa para registros?
- 2.8.8 - Há lixeira?
- 2.8.9 - Há um calçado específico para o uso no aviário?

2.9 - Desinfecção, Combate a Insetos e Roedores ?

- 2.9.1 - O aviário é lavado sempre que a cama é removida?
- 2.9.2 - A lavagem é executada de acordo com o Padrão de lavagem?
- 2.9.3 - Os resíduos de cama são amontoados, cobertos e fermentados conforme recomendado?
- 2.9.4 - A água da lavagem não é direcionada para fontes d'água, correios ou rios.
- 2.9.5 - Os desinfetantes e inseticidas são os fornecidos e aprovados pela Sadia?
- 2.9.6 - O combate a roedores é executado no padrão: nº de armadilhas, localização e uso de veneno?
- 2.9.7 - A desinfecção e combate aos insetos (controle de cascudinho) é feito corretamente e com o uso de EPI'S?

7 - VENTILAÇÃO

- | | SIM | NÃO | | SIM | NÃO |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.1 - Um padrão de controle de ambiente atualizado? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.2 - As cortinas e forros estão íntegros e não há buracos e frestas sem vedação? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.3 - A umidade relativa do ar é monitorada e as ações são executadas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.4 - São realizadas ações para garantir níveis de amônia abaixo de 20 ppm e CO2 abaixo de 5000 ppm? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.5 - A temperatura é monitorada e as ações são executadas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.6 - O avicultor faz ventilação mínima? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 7.7 - Existe alarme e/ou desarme automático de cortinas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

8 - ESTRESSE CALÓRICO

- | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.1 - As instalações permitem ventilação natural? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.2 - O número de equipamentos está adequado, 12 ventiladores 36" ou 5 exaustores de 48" para 1200m ² ? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.3 - Há um sistema de nebulização ou painel evaporativo e é usado corretamente? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.4 - Há sombreamento por árvores? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.5 - As árvores estão com os galhos inferiores podados facilitando a passagem do ar? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 8.6 - O avicultor sabe o que fazer para diminuir o estresse calórico? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

9 - AQUECIMENTO

- | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 9.1 - A área de alojamento permite a densidade correta para cada animal? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 9.2 - O espaço é proporcional ao crescimento das aves, conforme padrão técnico? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 9.3 - O número de aquecedores é suficiente? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 9.4 - Ao alojar o ambiente está previamente aquecido? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

10 - ILUMINAÇÃO

- | | | | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 10.1 - O período mínimo de 6 horas de escuridão é obedecido até 3 dias antes do abate? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 10.2 - A iluminação permite que as aves enxerguem os comedouros e bebedouros? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

12 - AVALIAÇÃO DA SAÚDE DAS AVES

- | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|--------------------------|--------------------------|
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.1 - O consumo de água é diariamente registrado? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.2 - O consumo de ração é diariamente registrado? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.3 - A mortalidade é anotada separando as aves eliminadas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.4 - As variações de mortalidade são analisadas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.5 - O avicultor reconhece comportamentos anormais e comunica a integradora de imediato? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.6 - A eliminação das aves é feita deslocando-se o pescoço e fora do aviário? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.7 - O avicultor inspeciona as aves no mínimo 2 vezes ao dia? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 12.8 - As aves inviáveis são eliminadas de imediato quando identificadas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

13 - POLÍTICA DE SUPRIMENTOS

- | | | | | | |
|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 13.1 - A medicação é prescrita e registrada por técnico da Sadia? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | 13.2 - Os medicamentos estão em local seguro? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

2.10 - Compostagem de aves mortas:

- 2.10.1 - É utilizada adequadamente? SIM NÃO
- 2.10.2 - É protegida da entrada de animais silvestres ou domésticos? SIM NÃO
- 2.10.3 - Livre de proliferação de moscas? SIM NÃO
- 2.11 - Os equipamentos que não estão em uso tem local limpo e seguro para armazenagem? SIM NÃO
- 2.12 - O gás e lenha tem local próprio fora do aviário? SIM NÃO
- 2.13 - O lixo tem destino seguro, ambientalmente correto? SIM NÃO

3 - CAMA

- 3.1 - A cama é livre de objetos pontiagudos? SIM NÃO
- 3.2 - A espessura é adequada? SIM NÃO
- 3.3 - A cama é macia e com boa capacidade de absorção? SIM NÃO
- 3.4 - A cama é mantida seca e sem casca? SIM NÃO
- 3.5 - A cama é fermentada corretamente no intervalo? SIM NÃO
- 3.6 - A cama na área de alojamento está conforme o padrão? SIM NÃO

4 - ÁGUA

- 4.1 - Fonte é protegida ou há poço artesiano? SIM NÃO
- 4.2 - Análise microbiológica é realizada a cada ano? SIM NÃO
- 4.3 - Caixa d'água possui capacidade mínima de reserva para 24h (adulto)? SIM NÃO
- 4.3.1 - Caixa d'água coberta e bem vedada? SIM NÃO
- 4.3.2 - A caixa é lavada a cada intervalo entre os lotes? SIM NÃO
- 4.4.1 - A água está disponível durante 24h por dia à vontade? SIM NÃO
- 4.4.2 - A regulagem dos bebedouros em altura e quantidade é verificada e ajustada diariamente? SIM NÃO
- 4.4.3 - A tubulação é subterrânea? SIM NÃO
- 4.4.4 - O avicultor sabe o que fazer se a água estiver contaminada? SIM NÃO

5 - RAÇÃO

- 5.1 - A ração é fornecida somente pela Sadia? SIM NÃO
- 5.2 - A ração que sobra é transferida para o mesmo tipo de animal? SIM NÃO
- 5.2.1 - O silo é bem vedado? SIM NÃO
- 5.2.2 - Rações de tipos diferentes não são misturadas no silo e nos comedouros? SIM NÃO
- 5.2.3 - Os silos são limpos a cada intervalo entre lotes? SIM NÃO
- 5.2.4 - Ao receber a ração as notas e lacre são conferidos? SIM NÃO
- 5.2.5 - As informações de tipo de ração, peso e data são anotados? SIM NÃO
- 5.2.6 - Os silos são identificados? SIM NÃO

6 - ARRAÇOAMENTO

- 6.1 - A ração está disponível 24 horas por dia do alojamento ao jejum pré-abate, salvo situações especiais? SIM NÃO
- 6.2 - A ração é mantida limpa? SIM NÃO
- 6.3 - As aves caminham menos de 4m (frangos) 6m (perus) para encontrar os comedouros? SIM NÃO
- 6.4 - O espaço no comedouro é suficiente? SIM NÃO
- 6.5 - A regulagem dos comedouros, em altura e quantidade é verificada e ajustada conforme padrão? SIM NÃO
- 6.6 - O período de jejum pré-abate é seguido conforme padrão? SIM NÃO

14 - OUTROS

- 14.1 - Data de início de consumo de ração de retirada é registrado? SIM NÃO
- 14.2 - As aves são pesadas conforme padrão e os pesos são informados e registrados? SIM NÃO
- 14.3 - Há registro dos visitantes com propósito e local anterior? SIM NÃO
- 14.4 - As anomalias são registradas? SIM NÃO
- 14.5 - Existe estrutura para molhar as aves carregadas no caminhão? SIM NÃO
- 14.6 - Todas as fichas de controles do lote foram todas preenchidas corretamente? SIM NÃO
- 14.7 - O carregamento das aves foi realizado conforme padrão? SIM NÃO

QUESTOS	NÚMERO DE POSITIVOS			
	P	R	P	R
Críticos	54		100	
importantes	51		85	
RESULTADO				

AÇÕES PLANEJADAS

O QUE FAZER	PORQUE FAZER	COMO FAZER	PRAZO

DADOS DO AVICULTOR	
NOME	CÓDIGO

CONFIRMO QUE AS INFORMAÇÕES ACIMA ESTÃO CORRETAS

Data _____/_____/_____

Assinatura do Avicultor _____

DADOS DO TÉCNICO	
NOME	ASSINATURA

- Item crítico, devendo estar 100% atendidos
- Item crítico a partir de janeiro de 2003
- Item importante



13 Anexo III – Questionário de Avaliação do SSP – SISTEMA SADIA DE PRODUÇÃO

ITENS CRÍTICOS E IMPORTANTES		SIM	NÃO
I	1. Há um manual de operações?		
C	2. Há um plano de ação para casos de incêndio, contendo informações como: telefone do Corpo de Bombeiros, Prefeitura, etc, extintor de incêndio?		
I	3. Há um plano de ação para casos de falta de energia elétrica, contendo ações como: abrir as portas e cortinas, arrastar manual, fornecimento de água?		
I	4. Há um plano de emergência para suprimento de água?		
I	5. Há informação disponível com dados do lote em criação (área do galpão, nº de bebedouros, nº de comedouros, densidade das aves)?		
C	6. Há um plano de prevenção para os principais riscos de acidente?		
C	7. Há em local visível aviso de "Proibido Fumar" e as pessoas que trabalham no aviário não fumam no local?		
C	8. O pátio e arredores são bem drenados, contendo valetas para escoamento da água da chuva e evitando água empossada?		
C	9. O aviário é mantido fechado e está estruturado com tela antipássaros, inclusive nas portas, portões e demais aberturas, com as "corujeiras" fechadas, garantindo que nenhuma outra ave acesse o interior do aviário?		
C	10. Não há criação de outras aves na propriedade, mantendo apenas frangos e/ou perus da integração com a Sadia?		
I	11. O acesso está identificado com o nome do produtor, com placa de identificação conforme padrão Sadia?		
C	12. Existe uma composteira conforme padrão Sadia, atendendo as dimensões da área de alojamento e protegida do acesso de outros animais?		
I	13. Uma área de biossegurança foi definida e há uma placa "PARE" em local visível?		
C	14. O integrado assegura que nenhuma pessoa não autorizada terá acesso ao aviário sem aprovação da Sadia e possui registro dos visitantes?		
C	15. As paredes das instalações estão pintadas e rebocadas, mantendo as superfícies lisas, permitindo higienização adequada?		
C	16. As portas das instalações apresentam condições de fechamento adequado?		
C	17. Os galpões estão isolados com cerca de proteção?		
C	18. Há uma área destinada a biossegurança contendo pia/tanque, banheiro com vaso sanitário e chuveiro, sabão e toalha para higiene antes de entrar no aviário?		
C	19. Há esgoto ou sumidouro instalados?		
C	20. Há pedilúvio na entrada do aviário contendo desinfetante com conteúdo limpo?		
I	21. Há local para registros das informações?		
I	22. Há lixeiras no local?		
C	23. Há um calçado específico para uso no aviário e está sendo utilizado?		
C	24. O aviário é lavado e desinfetado de acordo com as orientações da Sadia?		
C	25. A qualidade, quantidade e manejo da cama são realizados conforme padrão recomendado?		
C	26. O manejo da cama entre lotes e quando da retirada é realizado de acordo com os padrões recomendados pela Sadia?		
C	27. A água da lavagem das instalações não é direcionada para fontes de água, córregos ou rios?		

ITENS CRÍTICOS E IMPORTANTES		SIM	NÃO
C	28. Os desinfetantes e inseticidas utilizados são unicamente os aprovados pela Sadia?		
C	29. O combate a roedores e insetos (cascudinho) é executado conforme padrão?		
C	30. Existe um sistema de desinfecção com sumidouro para a água, para descontaminar veículos e materiais que se destinam ao aviário e é usado conforme orientação?		
I	31. Existe um local seguro e limpo para guardar equipamentos como campânulas, cestos, rastel, canos de carregamento, cercas divisórias, bandejas, chapas de eucatex, comedouros, que não estão em uso?		
I	32. O gás e a lenha têm locais próprios de armazenagem?		
C	33. O lixo (tóxico, plásticos, vidros, etc) tem destino seguro, ambientalmente correto?		
C	34. A fonte de água está protegida?		
I	35. São realizadas anualmente análises microbiológicas e físico-químicas da água?		
C	36. A caixa de água possui capacidade mínima para consumo de 24 horas (aves adultas 700ml por ave dia x quantidade aves)?		
C	37. A caixa de água é bem coberta e vedada?		
C	38. A caixa de água é lavada a cada intervalo de lote?		
I	39. A tubulação da água é subterrânea?		
C	40. O sistema de preservação da origem da água e da rede e/ou de cloração garantem a qualidade da água disponibilizada para as aves e sempre que utiliza cloro, verifica a concentração regularmente?		
C	41. A posição dos comedouros é adequada para evitar que as aves caminhem além do necessário para encontrar comida? (4m para frangos e 6m para perus).		
C	42. As instalações possuem comedouros suficientes (padrão Sadia) para as aves e são manejados conforme padrão?		
C	43. O número de Bebedouros atende ao padrão Sadia e são manejados de acordo com as recomendações da Sadia?		
C	44. A área de criação está de acordo com a idade das aves e as divisórias estão sendo utilizadas?		
C	45. As instalações possuem ventilação mínima e é utilizada conforme orientação?		
C	46. A instalação possui alarme e desarme automático de cortinas?		
C	47. As instalações permitem ventilação natural?		
C	48. O número de equipamentos para ambientação (ventiladores /exaustores) está adequado?		
C	49. Existe sistema de nebulização ou painel evaporativo e é utilizado corretamente?		
I	50. As instalações possuem sombreamento por árvores não frutíferas e com os galhos inferiores podados? .		
C	51. O número de aquecedores é suficiente e sua distribuição é adequada?		
C	52. O padrão de temperatura está sendo cumprido?		
I	53. O manejo de luz é realizado conforme orientações da Sadia?		
C	54. A umidade e a concentração de gases (amônia e CO2) do ambiente estão controladas?		
C	55. A iluminação interna é adequada e suficiente para cada fase de criação do lote?		
I	56. A instalação possui hidrômetro e o consumo da água é registrado?		
C	57. A medicação utilizada é prescrita e registrada pelos veterinários da Sadia?		
I	58. Os medicamentos estão armazenados em local seguro e adequado?		
I	59. As aves inviáveis são eliminadas conforme normas de bem estar animal?		
C	60. O Jejum pré-abate é realizado conforme orientação?		

ITENS CRÍTICOS E IMPORTANTES		SIM	NÃO
C	61. A apanha das aves é realizada de acordo com os padrões recomendados?		
C	62. Existe estrutura adequada para molhar as aves no caminhão quando destinadas para abate?		
C	63. As informações de peso, mortalidade e consumo são transmitidos de acordo com padrões definidos?		
C	64. Todas as fichas de controle do lote são preenchidas e destinadas corretamente?		

C	Crítico	100%
I	Importante	85%

		Total de itens	Itens neces.	Itens obtidos	Aprovado?
C	Crítico	47	47		() SIM
I	Importante	17	14		() NÃO

ANEXO II: BORDERÔ DE ACERTO DE LOTE

CliFor/N

<u>Endereço</u>	<u>Técnico</u>	<u>Qtde Aviários</u> 1
<u>Município</u>	<u>Dist km</u> 80	<u>Telefone</u>
<u>CPF</u>	<u>Área disp.</u> 1200	<u>Capac.Alojto</u> 15.000
	<u>MicroRegião</u>	
	<u>Capac.Silo</u> 8.000	

ALOJAMENTO

<u>Nº do Contrato</u>	<u>Tipo Animal</u> 1-Fgo Normal	<u>Área Alojada</u> 1.200
<u>Data Alojto</u> /04/08	<u>Qtde Alojada</u> 14.000	<u>Sexo</u> M
<u>Hora Alojto</u>	<u>Peso Médio Alojado</u> 46	<u>Cama</u> 2
	<u>Acerto</u> T	<u>Cód Linhagem</u> 324
		<u>Aves/m²</u> 11,67
		<u>Kg/m²</u> 28,91

ABATE				APUR. PRÊMIO EXC.	
<u>Data Abate</u> 12/06/08 qui	<u>Qtde Abatida</u> 11.775	<u>Aves Faltantes</u>	<u>% Aves Falt</u>	<u>Conversão</u>	0
<u>Data Apanha</u> 12/06/08 qui	<u>Peso Médio</u> 2.946	<u>Qtde Conden.</u> 2.589	<u>% Conden.</u> 21,987	<u>Check Manejo</u>	0
<u>Hora Abate</u> 19:50	<u>Peso Recebido</u> 34.690	<u>IEE</u> 302	<u>% SSP</u> 24,5%	<u>Condenação</u>	0
<u>Idade Abate</u> 45	<u>Ração Consum</u> 63.320			<u>Calo de Pata</u>	0
				<u>Meta</u> 2,5220	<u>Total</u> 0

RESULTADOS			Kg	R\$	ÍNDICES SSP	
<u>l/r Kg Fgo vivo</u> 1,750	<u>Mortalidade Prev</u> 4,28	<u>Resultado do Lote</u>	2.329,09	4.075,91	<u>% Meta Cond.</u>	2,522200
<u>Perc.Básico</u> 6,800	<u>Mortalidade Real</u> 15,89	<u>Resultado Mín</u>	1.506,24	2.635,92	<u>% Real Cond.</u>	3,517555
<u>Aj Idade Abate</u> -0,120	<u>Conversão Real</u> 1,825	<u>Aj Proc SSP</u>	570,65	998,64	<u>%Meta Calo Pata</u>	15,00
<u>Aj Mortalidade</u> 0,000	<u>Conversão Ajust</u> 1,588	<u>(-)Aj. Condenação</u>	345,29	604,26	<u>Outros Compl</u>	82,08
<u>Aj Conversão</u> 0,034	<u>CAP-Conv.Ajust.Prev.</u> 1,590	<u>(-)Aj. Calo Pata</u>	0,00	0,00	<u>C.S.R.</u>	104,70
<u>Perc.Partic.Av.</u> 6,714	<u>Difça (CAP-Ajust)</u> -0,002	<u>Compl Lote Ant</u>	0,00	0,00	<u>Descontos</u>	0,00
<u>Aj Proc SSP</u> 1,645	<u>Conversão Ajust DDO</u> 1,659	<u>Renda</u>	2.554,45	4.470,29	<u>Renda Líq</u>	4.447,67
<u>% Partic. Total</u> 8,359						

MOVIMENTAÇÕES DE RAÇÃO

Recebidas				Destinadas					
Contrato	CliFor/Nome	Tipo Rç	Qtde	dt movim	Contrato	CliFor/Nome	Tipo Rç	Qtde	dt movim

ESPECIFICAÇÕES

Cód e Descrição da Especificação	Amostra	Qtde	Cond	Vlr	Asseg	% Cond
1-FRANGO A	100	0	85,20%	0,00%		
2-FRANGO B	100	0	14,80%	0,00%		
3-CALO NO PEITO	100	0	0,20%	0,00%		
4-HEMATOMAS PEITO	100	0	0,80%	0,00%		
5-HEMATOMAS PERNA	100	0	0,80%	0,00%		
6-HEMATOMAS ASA	100	0	4,00%	0,00%		
7-ARRANHADURAS VELHAS	100	0	6,00%	0,00%		
8-ARRANHADURAS NOVAS	100	0	3,00%	0,00%		
0-CALOS DE PATA	100	15	15,00%	15,00%		

PESO, MORT. e ELIM.

Nºs Reais	Peso	Mortalid	Eliminad
1ª sem			
2ª sem			
3ª sem			
4ª sem			
5ª sem			
6ª sem			

MATRIZES

Origem Lot	Idade	Origem Lot	Idade
1290011007	2	1290011007	2
1290013907	2		

CONDENAÇÕES DO SIF

Condenação	Qtde Conden	% Cond	Condenação	Qtde Conden	% Cond
<u>l-Agropecuária</u>	<u>1.259</u>	<u>10,692%</u>	<u>P-Producao</u>	<u>1.330</u>	<u>11,295%</u>
<u>P-Parcial</u>	<u>1.056</u>	<u>8,968%</u>	<u>P-Parcial</u>	<u>1.312</u>	<u>11,142%</u>
31-CONTUSÃO/FRATURA	117	0,994%	5-CONTAMINAÇÃO PARCI	1.312	11,142%
32-AEROSACULITE PARCI	50	0,425%	<u>T-Total</u>	<u>18</u>	<u>0,153%</u>
38-ABCESSOS PARCIAIS	5	0,042%	4-CONTAMINAÇÃO TOTAL	17	0,144%
39-DERMATOSE PARCIAL	384	3,261%	10-SANGRIA INADEQUAD	1	0,008%
52-SINDROME ASCITICA	1	0,008%			
55-CELULITE PARCIAL	131	1,113%			
56-ARTRITE PARCIAL	366	3,108%			
71-PROCESSO INFLAMAT	2	0,017%			
<u>T-Total</u>	<u>203</u>	<u>1,724%</u>			
2-ASCITE TOTAL	77	0,654%			
3-CAQUEXIA TOTAL	71	0,603%			
12-MORTOS NO TRANSP	51	0,433%			
18-DERMATOSE TOTAL	3	0,025%			
54-CELULITE TOTAL	1	0,008%			

N.F.s Produtor

Nº NF	Qtde	Peso	Nº NF	Qtde	Peso
3.024	8.860		3.024	8.990	
2.919	8.740		2.808	8.100	

ANEXO III: EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE BIOSSEGURIDADE

A Instrução Normativa nº 56 de 4 de dezembro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, discorre sobre os procedimentos de registro, fiscalização e controle de estabelecimentos avícolas e de reprodução comerciais e estabelece, entre outros pontos, as especificações de malha de tela anti-pássaro das instalações e a distância e altura do cercado externo de proteção do aviário.

Elaborado por:
Levino José Bassi*
levino@cnpisa.embrapa.br

Jacir José Albino*
albino@cnpisa.embrapa.br

Márcio Gilberto Saatkamp*
marcio@cnpisa.embrapa.br

*Técnico em Agropecuária - Assistente A
Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC

Revisão técnica:
Jean C. P. V. B. Souza
Jornalista - Área de Comunicação Empresarial
Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC
jeanvb@cnpisa.embrapa.br

Paulo Sergio Rosa
Zootecnista, DSc. - Produção e Manejo de Aves
Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC
prosa@cnpisa.embrapa.br

Fátima R. F. Jaenisch
Médica Veterinária, MSc. - Patologia de Aves
Embrapa Suínos e Aves
fatima@cnpisa.embrapa.br

Patrocínio:



hypocal
Tratamento para todas as águas
www.hypocal.com.br

Embrapa

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Suínos e Aves
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Caixa Postal 21, 89.700-000, Concórdia, SC
Telefone (49) 3441 0400, Fax (49) 3441 0497
http://www.cnpisa.embrapa.br
sac@cnpisa.embrapa.br

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento



1ª Edição - Junho 2008
Tiragem: 3000

TECNOLOGIAS QUE PROMOVEM A BIOSSEGURIDADE NA PRODUÇÃO AVÍCOLA



Foto: Levino J. Bassi

Embrapa

Suínos e Aves

BIOSSEGURIDADE NA PRODUÇÃO DE FRANGOS DE CORTE E GALINHAS DE POSTURA

A biosseguridade é fator de sucesso na atividade avícola, independente do tamanho da criação. Na produção de frangos de corte ou galinhas de postura, deve-se prever a proteção sanitária dos plantéis, pela adoção de tecnologias e práticas que visem a diminuição de riscos da entrada de agentes infecciosos e contaminantes nas instalações de produção. Cortina vegetal, portões de acesso para caminhões com arco de desinfecção, clorador para tratamento da água, placas de advertência, tela anti-pássaros, composteira, vestiário para troca de roupas e destino correto dos resíduos são algumas das tecnologias e práticas que possibilitam melhor controle da qualidade sanitária da granja.

Organização e limpeza: Existem atualmente vários conceitos gerenciais/administrativos ou ferramentas de qualidade utilizados nas empresas brasileiras; a maioria herdadas do estilo japonês de Qualidade Total; e que podem ser utilizadas também na avicultura, objetivando a melhoria das condições sanitárias da granja e bem-estar do trabalhador. Um exemplo destas ferramentas de Qualidade é o Programa 5 Ss que aborda os Sentos de Utilização, Ordenação, Limpeza, Saúde e Higiene e Auto-disciplina. A Embrapa Suínos e Aves dispõe de publicação sobre 5 Ss na Avicultura na seção Publicações Gratuitas / Instruções Técnicas ao Avicultor.



Foto: Levino J. Bassi

Cercado externo: Impede o acesso de animais ou pessoas não autorizadas nas instalações. Em aviários comerciais de corte e postura, a altura mínima da cerca em volta do núcleo ou instalação é de 1,5 m, com afastamento mínimo de 5 m.



Foto: Levino J. Bassi



Foto: Levino J. Bassi

Tela anti pássaro: Impede o acesso de aves que podem eliminar agentes infectantes. Em aviários comerciais de corte e postura a malha da tela deve ter medida não superior a 2 cm.

Escritório/ Vestiário: Localizado na entrada da granja é o local para troca de roupa das pessoas que necessitam visitar o aviário (técnico e produtor), arquivo dos dados zootécnicos dos lotes e disponibilização das lixeiras.



Foto: Levino J. Bassi



Foto: Doreane P. da Paiva

Composteira: Local para destinar as aves mortas de maneira adequada, utilizando o processo de compostagem

Arco de desinfecção: Utilizado para desinfetar os veículos que necessitam adentrar na granja, como caminhões de transporte de ração e aves.



Foto: Levino J. Bassi



Foto: Fátima R. F. Jaenisch

Pédilúvio: Recipiente construído ou disponibilizado na entrada do aviário, com cal virgem ou solução líquida apropriada para a desinfecção de calçados. Deve ser de acesso exclusivo para o homem e isolado das aves.

Clorador: Para tratamento da água de consumo das aves, utilizando pastilhas de cloro.



Foto: Ludiane P. Formig



Foto: Levino J. Bassi

Placas de Advertência: Alerta aos visitantes sobre a entrada nas instalações, permitida somente para as pessoas autorizadas, como o produtor e técnico da extensão rural ou assistência.

Cortina vegetal: Visa a melhor proteção contra a possível entrada de agentes contaminantes e infectantes via ar.



Foto: Arquivo Embrapa Suínos e Aves

O QUE PODE SER RECICLADO IMITANDO A NATUREZA



Foto: Ana Paula Heisenhübener

Lixeiras: Para a eliminação de resíduos de acordo com o tipo: reciclável, não reciclável e orgânicos. Disponibilizar as lixeiras no escritório de apoio.

Manejo Preventivo: O manejo adequado do plantel tem grande influência na saúde das aves, pois favorece o sistema imune a responder aos eventuais desafios. Os procedimentos corretos de manejo devem ser buscados nos Manuais de Boas Práticas de Produção (BPPs) de Frangos de Corte e Galinhas de Postura, disponíveis no site da Embrapa Suínos e Aves, na seção Publicações Gratuitas / Circulares Técnicas.



Foto: Levino J. Bassi

ANEXO IV: FICHAS DE CONTROLE

GERENCIAMENTO DA CRIAÇÃO DE AVES

Código:	Contrato:	An: 1-FRANGO	RAÇÃO UTILIZADA					
Sexo: M	Lnhg: 840-01	Aves P:	Aves R: 14.500	Cama: 4	Nota Fiscal	Data	Tipo Ração	Peso Ração
Nome:								
Endereço:			Telef.:					
Município:								
Técnico:			Aves Mortas Transp:					
Data Alojamento			Origem:					
Transportador:			Hora Chegada Aves no Av.:					

RECEBEU RAÇÃO DE:

Data	Código	Nome Integrado	Tipo Ração	Peso

CEDEU RAÇÃO PARA:

Data	Código	Nome Integrado	Tipo Ração	Peso	Sobra Ração Lote Anterior Kg:
					Total Ração Consumida Kg:
					Sobra de Ração p/ próx. Lote Kg:
					Data Início Cons. Ração de Retirada:
					Hora Recolhim. Ração de Retirada:
					Total Água Consumida(L):

GERENCIAMENTO DAS ANOMALIAS NA CRIAÇÃO DAS AVES

DATA	ANOMALIA - (O QUE ACONTECEU)	CAUSA - (PORQUE ACONTECEU)	AÇÃO - (O QUE FAZER)

CONTROLE SANITÁRIO

Data	Diagnóstico	Medicação	Qtde	Carênc.	Partida	Data Tratamento		Visto
						Início	Final	
	COIBACIOLJE	ENROTEER	02	10				
	AEROSACOLTE	ENROFARM	07	10				

PESAGEM

CONTROLE VACINAÇÃO

Sem	Peso R	Média A	Data	Vacina	Qtde	Partida	Visto Vacinador
22/04	39	X		VAC GUMBORO			X 71
29/04				VAC GUMBORO			5

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data Visita	Nome	Observações

DATA ABATE

Assinatura do Avicultor

MORTALIDADE / ELIMINADOS

Análise de Causas da Mortalidade e Eliminação de Aves

(M)

Mortalidade				Causa da Eliminação (E)						Mortalidade				Causa da Eliminação						
Data	Dia	Total do dia	Acumulado	Probl. Pernas	Bico Torto	Refugos	Outros	Total do dia	Acumulado	Data	Dia	Total do dia	Acumulado	Probl. Pernas	Bico Torto	Refugos	Outros	Total do dia	Acumulado	
23/04	1°									23/05	31°									
24/04	2°									24/05	32°									
25/04	3°									25/05	33°									
26/04	4°									26/05	34°									
27/04	5°									27/05	35°									
28/04	6°									28/05	36°									
29/04	7°	15								29/05	37°									
30/04	8°							1		30/05	38°									
01/05	9°									31/05	39°									
02/05	10°									01/06	40°									
03/05	11°				10			10		02/06	41°									
04/05	12°									03/06	42°									
05/05	13°									04/06	43°									
06/05	14°									05/06	44°									
07/05	15°									06/06	45°									
08/05	16°									07/06	46°									
09/05	17°									08/06	47°	12								
10/05	18°									09/06	48°	75	28							
11/05	19°									10/06	49°	12	430							
12/05	20°									11/06	50°	75	919							
13/05	21°									12/06	51°									
14/05	22°									13/06	52°									
15/05	23°									14/06	53°									
16/05	24°									15/06	54°									
17/05	25°									16/06	55°									
18/05	26°									17/06	56°									
19/05	27°									18/06	57°									
20/05	28°									19/06	58°									
21/05	29°									20/06	59°									
22/05	30°									Aves para Consumo:			Informar aqui o telefone para contato							

3

CliFor/Nome:

Nº Contrato:

Data	Idade	Volume leitura (L)	Água eliminada(L)	Consumo		Data	Idade	Volume leitura (L)	Água eliminada(L)	Consumo	
				Diário (L)	Acumulado(L)					Diário(L)	Acumulado(L)
23/04/2008	1					28/05/2008	36	2			
24/04/2008	2					29/05/2008	37	3			
25/04/2008	3					30/05/2008	38	3			
26/04/2008	4					31/05/2008	39				
27/04/2008	5					01/06/2008	40				
28/04/2008	6					02/06/2008	41	1			
29/04/2008	7					03/06/2008	42				
30/04/2008	8					04/06/2008	43				
01/05/2008	9					05/06/2008	44	2			
02/05/2008	10					06/06/2008	45				
03/05/2008	11					07/06/2008	46				
04/05/2008	12					08/06/2008	47	1			
05/05/2008	13					09/06/2008	48	1			
06/05/2008	14					10/06/2008	49	1			
07/05/2008	15					11/06/2008	50	3			
08/05/2008	16					12/06/2008	51				
09/05/2008	17					13/06/2008	52				
10/05/2008	18					14/06/2008	53				
11/05/2008	19					15/06/2008	54				
12/05/2008	20					16/06/2008	55				
13/05/2008	21					17/06/2008	56				
14/05/2008	22					18/06/2008	57				
15/05/2008	23					19/06/2008	58				
16/05/2008	24					20/06/2008	59				
17/05/2008	25					21/06/2008	60				
18/05/2008	26					22/06/2008	61				
19/05/2008	27					23/06/2008	62				
20/05/2008	28					24/06/2008	63				
21/05/2008	29					25/06/2008	64				
22/05/2008	30					26/06/2008	65				
23/05/2008	31					27/06/2008	66				
24/05/2008	32					28/06/2008	67				
25/05/2008	33					29/06/2008	68				
26/05/2008	34					30/06/2008	69				
27/05/2008	35					Consumo Total					

Volume Leitura
Água Eliminada
Consumo Diário
Consumo

- Volume registrado pelo hidrômetro no momento da leitura (Efetuar leitura todo dia no mesmo horário).
- Água gastá diariamente para limpeza dos bebedouros ou da tubulação do nipple.
- Volume de água que as aves consumiram no dia (Volume leitura menos Água eliminada).
- Volume de água que as aves consumiram no lote (Consumo diário mais Consumo acumulado do dia anterior).

PESO DAS AVES / CONTROLE SEMANAL

4

1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	01	02	03	04	05	06	07	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

07 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	1		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	08	09	10	11	12	13	14	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

14 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	2		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

DATA PREV. PESO: 29/04/2008 ter
 1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	15	16	17	18	19	20	21	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

21 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	3		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

DATA PREV. PESO: 06/05/2008 ter
 1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	22	23	24	25	26	27	28	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

28 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	4		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

DATA PREV. PESO: 13/05/2008 ter CONSUMO TOTAL 21 DIAS
 1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	29	30	31	32	33	34	35	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

35 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	5		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

DATA PREV. PESO: 20/05/2008 ter
 1020-Sadia S. A. - Toledo - PR CONTRATO:
 Cód. Nome:
 DATA ALOJ: 22/04/2008 ter SEXO: M LINHAGEM: 840 Nº AVES: 14.500

IDADE DO LOTE (DIAS)	36	37	38	39	40	41	42	TOTAL SEMANA
SOMAR OS MORTOS+ELIMIN								
SOMENTE OS ELIMINADOS								

42 dias DATA PESAGEM: / / HORA: :

PESAGEM	PESO DA CAIXA (Kg)	PESO TOTAL (Kg)	Nº DE AVES PESADAS
1ª	6		
2ª			
3ª			
4ª			
5ª			
6ª			

DATA PREV. PESO: 27/05/2008 ter

DATA PREV. PESO: 03/06/2008 ter

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)